



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO - CET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

JOSILENE BARBARA RIBEIRO CAMPOS

**TURISMO ARQUEOLÓGICO E A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE SOBRE O
DESENVOLVIMENTO LOCAL DO MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO/PI**

Brasília – DF

2017

JOSILENE BARBARA RIBEIRO CAMPOS

**TURISMO ARQUEOLÓGICO E A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE SOBRE O
DESENVOLVIMENTO LOCAL DO MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO/PI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília para obtenção do Título de Mestre em Turismo. Área de Concentração: Cultura e Desenvolvimento Regional. Linha de Pesquisa: Desenvolvimento, Políticas Públicas e Gestão do Turismo.

Orientadora: Profa. Dra. Lana Magaly Pires

Brasília – DF

2017

Campos, Josilene Barbara Ribeiro

J83t

Turismo arqueológico e a percepção da comunidade sobre o desenvolvimento local do município de São Raimundo Nonato/Piauí / Josilene Barbara Ribeiro Campos. – São Luís, 2017.

109p. il.; 31 cm

Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Universidade de Brasília, 2017.

1. Turismo Arqueológico. 2. Parque Nacional da Serra da Capivara. 3. Patrimônio cultural. 4. Políticas públicas. I. Pires, Lana Magaly (Orientadora). II Título.

CDU 379.85:902



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO - CET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

Dissertação de autoria de Josilene Barbara Ribeiro Campo, intitulada **Turismo arqueológico e a percepção da comunidade sobre o desenvolvimento local do município de São Raimundo Nonato/Pi**, submetida ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Turismo, em 07/07/2017, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo.

Presidente e Orientadora Professora Dra. Lana Magaly Pires
Centro de Excelência de Turismo da Universidade de Brasília/CET - UnB

Membro Titular/Interno Professora Dra. Maria Elenita Menezes Nascimento
Centro de Excelência de Turismo da Universidade de Brasília/CET/UnB

Membro Titular/Externo Professor Dr. Breitner Tavares
Campus Ceilândia da Universidade de Brasília/CET-UnB

Membro Suplente/Interno Professora Dra. Neuza Farias de Araújo
Centro de Excelência de Turismo da Universidade de Brasília/CET-UnB

Dedico essa dissertação, com profundo afeto e gratidão, aos meus amados pais, Josias e Edilene, aos meus irmãos, Júnior e Jonathan, a minha cunhada Karina e às minhas sobrinhas, Isabela e Sara.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Deus, pelo dom da vida, por me guiar e me consolar nos dias mais sombrios em que os pensamentos de desistência e de derrota insistiam em querer me parar, mas tu és o meu Deus, meu refúgio e fortaleza, sempre vai ser. A ti toda honra e toda glória e todo louvor!

Aos meus amados pais, as pessoas mais maravilhosas que Deus podia ter me dado para cuidar de mim aqui na terra, ao meu pai Josias, pelo exemplo de disciplina, persistência, e por sempre incentivar os estudos, afirmando que é a nossa maior herança e pelo seu apoio e amor incondicional, a minha mãe Edilene, pelo estímulo constante, pela dedicação integral a mim em todas as etapas do Mestrado, por todo esforço, e resoluções de situações que pareciam não ter fim. Muita gratidão a vocês, não tenho como agradecer os enormes sacrifícios feitos por mim. Vocês são meu porto seguro!!

Aos meus irmãos, Júnior e Jonathan, anjos de Deus na minha vida, grata pelo apoio e companheirismo de sempre. Não podia ter irmãos melhores na vida. À minha cunhada Karina, pelo carinho e orações e por ter trazido ao mundo minhas lindas sobrinhas, Isabela e Sara, meus amores, não consigo imaginar a vida sem vocês.

À minha orientadora Profa. Lana Pires, pelo acolhimento e por ter me aceitado como orientanda, quando tudo parecia perdido, e o mestrado já não fosse mais possível pra mim, embora já fosse minha co-orientadora me recebeu de forma integral e me colocou nos trilhos novamente, obrigada pelas orientações, carinho e orações. És muito especial, profissional e ser humano fantástico!

A minha banca de Defesa de dissertação, Profa. Elenita Nascimento, Prof. Breitner Tavares e Profa. Neuza Araújo por terem aceito o convite para contribuir com o nosso trabalho.

À minha avó materna querida Nazareth, por seu amor, orações e compreensão das minhas ausências, aos meus tios, primos e “sobrinhos” maternos pela torcida e apoio.

À minha tia Joana e às minhas primas Dija e Sandra pelo amor, orações e apoio em toda trajetória da minha vida.

A querida Maria Luiza, pelo seu fundamental apoio nos dias difíceis dessa caminhada, sua generosidade e sua ajuda foram muito valiosas para mim.

Ao Reitor do Instituto Federal do Piauí – IFPI, Prof. Dr. Paulo Henrique Gomes, por conceder a licença para que eu pudesse me capacitar na Universidade de Brasília – UnB, ao Diretor Geral do Campus São Raimundo Nonato, Prof. Me. Francisco Nogueira por

garantir a minha liberação sem nenhum empecilho para cursar o Mestrado, ao Diretor de Ensino, Prof. Eptácio da Silva, pelo seu apoio incondicional.

Aos amigos de trabalho do Campus São Raimundo Nonato, Rejane, pela grande amizade construída, por todo apoio e revisão deste trabalho, Domingos pela parceria constante e o material acadêmico para que essa pesquisa fosse possível, Kaíse pelo apoio e carinho, ao casal Gerlane e Kelson pela hospitalidade, companhia e torcida de sempre, Tati, pela hospedagem durante o trabalho de campo e outras circunstâncias, Daniela e Alex, pela torcida na fase de seleção do mestrado e pelos livros comprados, somente para que eu estudasse para a prova, não esqueci!!!

A Profa. Maru, pelas manhãs de terça-feira de discussões epistemológicas do turismo, almoços pensantes, apoio e orientação na elaboração e apresentação do Projeto de Qualificação do Mestrado.

À minha banca de qualificação do Mestrado, Profa. Donária e Profa. Lana, pelas contribuições valiosas.

Aos amigos da turma do Mestrado de 2015, em especial a Nathy Garay, pelos momentos de descontração, almoços nas terças em seu lar, conversas longas e animadas, áudios intermináveis, e reflexões sobre o Evangelho, a Josy Almeida, minha xará, pela amizade, auxílio nos dias difíceis, hospedagem em sua casa na fase crucial da Qualificação e conselhos sobre a vida, Paulinha pela companhia nos momentos difíceis, hospedagem em sua “casinha” e “terapia”, Luciana Borges, pela amizade, apoio constante nos momentos de crise, conselhos, companhia e “terapia”, à Drikka, minha conterrânea, pelo carinho e hospitalidade nos dias de tensão em Brasília, ao Vítor, pessoa linda, prestativa de coração generoso, obrigada por seu apoio.

A todos os professores do Mestrado que contribuíram para minha formação, e me ensinaram a trilhar os caminhos da pesquisa, aprofundamento dos estudos, iluminaram os caminhos do saber acadêmico; profissionais da Secretaria do Mestrado, pelo apoio e providências, em especial ao Luiz Lucena, pela atenção nos dias decisivos.

A minha congregação Sara Nossa Terra Calhau, em especial aos pastores Carlos Jorge e Marinete, pelas orações incessantes e auxílio constante nessa e em outras caminhadas pela vida, aos queridos bispos Elton e Cássia por todos os momentos de oração e união, aos meus líderes de célula, Carol e Jordel, mais que líderes, meus amigos fiéis há 20 anos, minha amiga e irmã de todos os momentos da vida, a Jordel por ter iluminado os caminhos quando o

mestrado parecia perdido, pensando nas soluções jurídico-administrativas e com sua intervenção reverteu a situação a meu favor. Grata para sempre a todos!!

A Renata, pela sua presença e apoio desde a seleção do mestrado, sua família e irmãs de oração, que me sustentaram com suas intercessões, orações constantes, conselhos e não me deixaram fraquejar e nem desistir em nenhum minuto, Safira por sua amizade fiel e incondicional.

Aos amigos Wendel e Elda, pelo apoio constante, cuidado e amizade nesses 20 anos, Claudio, por seu carinho e apoio na tradução, a amiga Luciana (Nega), minha amiga de longas datas, por seu cuidado constante nos dias de enfermidade, carinho e palavras de ânimo, a Luciana, Marcelle, Beatrice, pela amizade e torcida durante a caminhada.

Aos amigos Sandra e Tiago, pela acolhida em sua casa no período de seleção do mestrado, e também a Alcimar e o Pr. Israel, pelas palavras de ânimo e força.

Às comunidades visitadas, assentamentos Nova Zabelê I, Nova Jerusalém e Barreirinho, e disponibilidade dos atores e atrizes para participar dessa pesquisa e ao Sócrates, meu guia em São Raimundo Nonato, que me levou em todas às comunidades.

A essência do conhecimento consiste em aplicá-lo uma vez possuído.

(Confúcio)

RESUMO

A criação do Parque Nacional da Serra da Capivara no sudeste do Piauí, em 1979, representou um marco histórico e uma mudança na teoria da chegada do homem no continente americano, despertou também para a implementação do turismo arqueológico no Piauí, pois na Serra encontram-se mais de 400 sítios arqueológicos, além do maior conjunto de pinturas rupestres do mundo. O Parque também é considerado Patrimônio Cultural da Humanidade e detentor da maior área de sítios arqueológicos da América Latina. Dados de tamanha magnitude, despertaram diversas pesquisas na comunidade científica nacional e internacional. A presente dissertação tem como objetivo compreender a percepção da comunidade de São Raimundo(Pi), sobre o turismo arqueológico e desenvolvimento local das mesmas Explicita-se aspectos conceituais do turismo arqueológico e desenvolvimento local e experiência de países que já alcançaram desenvolvimento em suas comunidades através do turismo arqueológico. Descreve-se os aspectos do município de São Raimundo Nonato, bem como a importância do Parque Nacional da Serra da Capivara. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, com procedimentos técnicos de análise documental baseado em Cellard, a fim de compreender os produtores do discurso. Ao final, foram analisadas as falas segundo a Antropologia Interpretativa de Geertz, e obtidas a percepção da comunidade quanto ao Turismo Arqueológico e desenvolvimento local.

Palavras-chave: Turismo Arqueológico. Parque Nacional da Serra da Capivara. Comunidade. Desenvolvimento Local. São Raimundo Nonato-Pi.

ABSTRACT

The creation of the Serra da Capivara National Park in the southeast of Piauí in 1979 represented a historical landmark and a change in the theory of the arrival of man in the American continent, I also awakened also for the implementation of archaeological tourism in Piauí, More than 400 archaeological sites, as well as the largest collection of cave paintings in the world. The Park is also considered Cultural Heritage of Humanity and holds the largest area of archaeological sites in Latin America, data of such magnitude have aroused diverse research in the national and international scientific community. The purpose of this dissertation is to understand the perception of residents of the community of São Raimundo Nonato on the Serra da Capivara archaeological tourism for local development. Conceptual aspects of archaeological tourism and local development and experience of countries that have already achieved development in their communities through archaeological tourism are explained. The aspects of the municipality of São Raimundo Nonato are described, as well as the importance of the Serra da Capivara National Park. It is a qualitative research, of exploratory nature, with technical procedures of documentary analysis based on Cellard, in order to understand the producers of the speech. In the end, the speeches were analyzed according to Geertz Interpretive Anthropology, and we obtained the community's perception regarding archeological tourism and local development.

Keywords: Archaeological Tourism. Serra da Capivara National Park. Community. Local Development. São Raimundo Nonato - Pi.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1- Mapa das regiões turísticas do Estado do Piauí	26
Quadro 2- Principais Tipos de Sítios Existentes	29
Figura 1 – Pizza Gizá, Egito	30
Figura 2 - Mesquita Azul, Turquia	30
Figura 3 - Monumento de Stonehenge (Inglaterra)	30
Quadro 3- Principais Instituições Culturais do México / Regulamentos.....	35
Figura 4 - Museu de Teotihuacán (México)	35
Figura 5 - Cidade Inca de Cusco (Peru)	37
Quadro 4- Cronologia das Mudanças Administrativas do SPHAN.	42
Figura 6 - Gestão do Patrimônio Arqueológico.....	50
Quadro 5- Cronologia das Políticas Públicas de Turismo no Brasil.	54
Figura 7 - Mapa das regiões turísticas do Estado do Piauí.....	57
Figura 8 - Mapa do Piauí	65
Figura 9 - Alto do Cruzeiro	66
Figura 10 - Letreiros de São Raimundo	66
Figura 11 - Fachada da Igreja Matriz de São Raimundo Nonato	66
Figura 12 - Pintura rupestre	67
Figura 13- Visita guiada na Serra da Capivara.....	67
Figura 14- Boqueirão da Pedra Furada / Serra da Capivara	68
Figura 15- Cerâmica que reproduz as pinturas rupestres da Serra da Capivara.....	69
Figura 16- Exposição do material arqueológico do Museu do Homem Americano	71
Figura 17- Painel Interativo do Museu do Homem Americano	71
Figura 18- Assentamento Nova Jerusalém, em São Raimundo Nonato.....	75
Figura 19- Guarita do Parque Nacional da Serra da Capivara	76
Figura 20- Cerâmica Serra da Capivara	77

LISTA DE SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
CEPIMAR	Ceará Piauí e Maranhão
CEPRO	Fundação Centro de Pesquisas Econômicas Sociais do Piauí
CFC	Conselho Federal de Cultura
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNA	Centro Nacional de Arqueologia
CNC	Conselho Nacional de Cultura
CNTUR	Conselho Nacional de Turismo
COMBRATUR	Comissão Brasileira de Turismo
CTI Nordeste	Comissão do Turismo integrado do Nordeste
DAC	Departamento de Aviação Civil
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EMCETUR	Empresa Cearense de Turismo
FUMHDAM	Fundação Museu do Homem Americano
FUNGETUR	Fundo Geral de Turismo
GPA	Gestão do Patrimônio Arqueológico
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICOMOS	Internacional Council on Monuments and Sites – Conselho Internacional para Monumentos e Sítios.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMB	Instituto Marca Brasil
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MARATUR	Empresa Maranhense de Turismo
MTUR	Ministério do Turismo
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMT	Organização Mundial do Turismo

PCH	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
PDA	Projeto do Desenvolvimento do Assentamento
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PIEMTUR	Empresa de Turismo do Piauí
PRA	Projeto de Recuperação do Assentamento
PRT	Projeto de Regionalização do Turismo
SETUR	Secretaria Estadual de Turismo
SPHAN	Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	CONCEPÇÃO DO TURISMO COMO FENÔMENO	19
2.1	Turismo Cultural	22
3	ASPECTOS CONCEITUAIS DO TURISMO ARQUEOLÓGICO E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	27
3.1	Turismo Arqueológico e Desenvolvimento local: experiências nos países México e Peru	34
4	POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	39
4.1	Gestão do Patrimônio Arqueológico no Brasil.....	49
4.2	Políticas Públicas de Turismo no Brasil	51
4.2.1	Políticas Públicas de Turismo no Piauí	55
5	TRILHA METODOLÓGICA DA SERRA DA CAPIVARA.....	62
5.1	O Lócus do Trabalho - O município de São Raimundo Nonato do Estado do Piauí	64
5.2	O recorte territorial do estudo – Parque Nacional da Serra da Capivara	66
6	O LUGAR DA COMUNIDADE DE SÃO RAIMUNDO NONATO DO ESTADO DO PIAUÍ NA IMPLANTAÇÃO DO TURISMO ARQUEOLÓGICO	72
6.1	Análise das narrativas - Comunidade de São Raimundo Nonato	73
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
	REFERÊNCIAS.....	91
	APÊNDICES	96

1 INTRODUÇÃO

Após a minha graduação em Turismo em 2001 na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), comecei a percorrer a trilha acadêmica. Meu ingresso como docente em uma Faculdade se deu em 2004. Mais tarde em 2008 tive a oportunidade de contribuir com a minha instituição como professora substituta, mas o divisor de águas na minha vida acadêmica e pessoal se deu, de fato, quando fui aprovada em 2013 para o concurso público do Instituto Federal do Piauí, no Campus São Raimundo Nonato, sudeste do Piauí, bem distante da minha casa, um novo universo foi desvelado para mim.

A chegada em São Raimundo Nonato, a visitação ao Parque Nacional da Serra da Capivara, e às comunidades no entorno fizeram-me vivenciar mais de perto, uma nova realidade, ao ouvir os relatos sobre a representação da arqueóloga Niéde Guidon conhecida pela cidade como a Doutora, e tudo que ela tinha feito, despertou em mim a curiosidade e motivação para mergulhar mais nesse universo, desse fato histórico e marcante que foi a organização da Serra da Capivara em Parque Nacional, ação que teve início na década de 1970, com a chegada da Expedição Franco Brasileira ao sudeste do Piauí.

Nesse contexto, medidas político-institucionais foram tomadas, e um fato marcou para sempre os moradores que habitavam a área da Serra da Capivara, seu descolamento para Assentamentos e outras comunidades nos municípios de São Raimundo Nonato e Coronel José Dias, provocando surpresa, feridas ainda não cicatrizadas e uma dívida social até hoje pendente.

Como uma moradora de São Raimundo, passei a me interessar por esse assunto, sobretudo, pelas questões sociais e econômicas enfrentadas pela comunidade, o lado mais sensível das mudanças realizadas na Serra da Capivara.

Após o ingresso no Mestrado em Turismo, houve uma motivação para escrever sobre o Programa Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil -PRT, numa visão bem de turismóloga parecia o ideal, mas com o tempo houve uma desconstrução dessa percepção considerando o contexto em que eu estava imersa então, a ideia de escrever, estudar, pesquisar sobre o Turismo Arqueológico no Parque Nacional da Serra da Capivara foi amadurecendo. Havia uma abordagem muito importante a ser feita, era preciso ouvir e dar voz a comunidade, um lado do processo, na maioria das vezes, relegado, pesquisas e investigações científicas e acadêmicas têm contemplado ao longo do tempo outras abordagens, quase sempre sem foco na comunidade.

As razões que motivaram a escolha do tema de pesquisa desenvolvido, fundamenta-se exatamente nessa lacuna, a falta de trabalhos que desvelassem a percepção das comunidades sobre o turismo arqueológico e desenvolvimento local das mesmas, o interesse da pesquisadora também tem ligação direta com o fato de residir e ser professora de Turismo em São Raimundo Nonato, que é também destino indutor prioritário para o Ministério do Turismo, mas baseado na nossa participação em reuniões, visitas à órgãos governamentais locais, percebeu-se que ainda não tem alcançado um desenvolvimento turístico consolidado.

A capacidade que o Turismo tem de gerar divisas e recursos, criar empregos e incentivar o surgimento de novas atividades afins, quando planejado e implantado de forma responsável é inegável. Dados recentes demonstram que o Turismo mundial cresceu 3,9% em 2016, em comparação com 2015, ao registrar um recorde de 1.235 milhões de turistas internacionais, segundo o relatório anual apresentado, em Madrid, pela Organização Mundial de Turismo (OMT). (BRASIL, 2017).

No Brasil, após a criação do Ministério do Turismo (MTUR) em 2003, e a implantação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT) em 2004 pode-se afirmar que temos Políticas Públicas de Turismo consolidadas. Isso provocou uma nova organização no mapa do Turismo Brasileiro. O país foi dividido em regiões turísticas e todos os Estados foram contemplados, o Piauí faz parte desse planejamento, o município São Raimundo Nonato, com forte vocação para o Turismo Arqueológico, foi contemplado para receber investimentos.

No entanto, muitas vezes, tem se presenciado a escolha de localidades com atrativos turísticos, mas com infraestrutura inadequada, com problemas complexos entre governo e comunidade, além de outras questões sociais que não estão atendidas. Desse modo, o Turismo até pode se tornar uma estratégia de desenvolvimento local, mas nesse contexto, não consegue superar as questões locais. Especificamente, em São Raimundo tem-se um atrativo magnífico e de grande envergadura que é o Parque Nacional da Serra da Capivara, contudo existem uma questão urgente a ser deliberada referente as comunidades que habitavam na área do Parque e que até o presente momento não receberam a Escritura de suas próprias casas e vivem à margem desse processo.

Diante desse cenário, foram surgindo diversas inquietações para a pesquisadora, e com muitas indagações que a fez refletir sobre a relevância desse estudo e a necessidade de discussão desse tema, levando para os meios acadêmicos outras reflexões ligadas ao turismo, comunidade e desenvolvimento local.

Nesse sentido a problematização que vai nortear esse estudo pretende responder ao seguinte questionamento: Qual a percepção da comunidade de São Raimundo Nonato (PI) sobre o turismo arqueológico e seu desenvolvimento local?

Delineou-se como objetivo geral: Compreender a percepção da comunidade de São Raimundo Nonato (PI), sobre o turismo arqueológico e desenvolvimento local.

Os objetivos específicos relacionados foram:

- a) Descrever os aspectos conceituais e relevância do Turismo Arqueológico e Desenvolvimento Local;
- b) Descrever as Políticas Culturais e como se processa a Gestão do Patrimônio Arqueológico no Brasil;
- c) Apresentar o processo de implantação das Políticas Públicas de Turismo no Brasil e no Piauí e;
- d) Interpretar a percepção da comunidade de São Raimundo sobre o Turismo Arqueológico e Desenvolvimento Local.

A trilha metodológica percorrida considerando a problematização da investigação foi a pesquisa qualitativa de nível exploratório e interpretativa, com procedimentos técnicos de análise documental com base em Cellard (2012), a fim de compreender os produtores do discurso. As análises das narrativas foram fundamentadas segundo a Antropologia Interpretativa de Geertz (1978).

Após percorrida essa trilha, essa dissertação foi dividida em 6 (seis) capítulos. O capítulo 1 traz considerações gerais sobre o trabalho. O capítulo 2 apresenta a fundamentação do campo de investigação do Turismo com aportes teóricos baseados em Beni (2000), Fuster (1971), Krippendorf (2009), Moesch (2002), Brasil (2015), o Turismo Cultural foi analisado com os autores, Brasil (2010), Camargo e Cruz (2009), OMT (1998).

O capítulo 3 apresenta o campo de investigação sobre o Turismo Arqueológico com análise concebidas à luz de Bezerra (2012), Alfonso (2006), Manzato (2005), Manzato e Rejoswiski (2005), Scatamacchia (2005) e Widmer (2009) e Desenvolvimento Local com fundamentação em Beni (2006), Furtado (1978), Sachs (2004), Tomazzoni (2009), Molina e Rodrigues (2001).

O capítulo 4 apresenta a temática Políticas Públicas baseadas em Gastal e Moesch (2007), Silva e Bassi (2012), Heidemann (2010) e Políticas Culturais analisadas com base em Brasil (2017), Brasil (1988), Bourdieu (2004), Morais (2001), Oliveira (2008), SPHAN (1980), Souza (2017), Mendonça (2010), IPHAN (2017), Pardi (2002). Ainda no mesmo

capítulo são apresentadas Políticas Públicas de Turismo no Brasil e no Piauí fundamentadas em Beni (2006), Brasil (2003, 2010), CEPRO (2001), Cruz (2002), Fortes (2001) e PDTIS (2009), SETUR-PI (2010).

O capítulo 5 traz a trilha metodológica fundamentada nos autores Cellard (2012), Geertz (1989) e Goldenberg (2004), o lócus do trabalho foi respaldado por Rodrigues (2001) FUMDHAM (2016), o recorte territorial teve suas fundamentações nos autores Rodrigues (2002), IPHAN (2016), FUMDHAM (2016).

Por fim, visando responder à questão de pesquisa e seus desdobramentos, e alcançar o objetivo geral proposto, apresenta-se as narrativas dos sujeitos das comunidades de São Raimundo Nonato (PI) e Coronel José Dias (PI), e a interpretação baseada em Geertz (1978) e Benjamin (1996), além das Considerações Finais.

2 CONCEPÇÃO DO TURISMO COMO FENÔMENO

O turismo se planejado de forma adequada favorece o desenvolvimento sociocultural e econômico. Também figura como alternativa expressiva e viável em países e localidades, face à sua capacidade de gerar divisas e recursos, criar empregos e incentivar o surgimento de novas atividades afins, impulsionando a constituição, em particular, de pequenas e médias empresas.

No Brasil, o turismo representa, atualmente, cerca de 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB), empregando, direta e indiretamente, mais de 10 milhões de pessoas. O turismo estimula um desenvolvimento limpo e sustentável, que tem como princípio preservar para gerar renda. Além de forte alavanca econômica, contribui também para a ampliação do repertório cognitivo do povo brasileiro, diversificando referências históricas, culturais e sociais. Por outro lado, estimula também o desenvolvimento local, ao injetar bilhões na economia. Entre os continentes, o maior crescimento foi registrado nas Américas, com um índice de 7%. Ásia (5%), Europa (4%) e África vêm em seguida com (2%). No ano passado, o setor de turismo contribuiu com 9% para o resultado do PIB mundial, 30% das exportações de serviços e 6% do comércio internacional. (BRASIL, 2015).

Diante de dados estatísticos de indiscutível relevância é impossível negar a importância do turismo para economias dos países do mundo. Observamos que em todos os continentes foram apresentados incremento nos fluxos turísticos gerando movimentação de bilhões de dólares.

No entanto, faz-se necessário análises mais aprofundadas que não só destaquem a questão econômica do turismo, mas suas outras interfaces que precisam de uma investigação teórica mais complexa, que tragam à discussão do turismo para o campo acadêmico com aportes teóricos consolidados para que o fenômeno seja melhor compreendido.

Os primórdios conceituais do turismo dão conta que em meados de 1911, o economista austríaco Herman Von definiu turismo da seguinte forma: “Turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída de turista de um determinado município, país ou estado”. (MOESCH, 2002, p. 11).

Observa-se que os primeiros conceitos do turismo apresentam um discurso economicista, baseado em dados estatísticos e quantitativos, sem ainda abordar questões sociais, culturais e ambientais.

Após a Segunda Guerra Mundial, mais estudos foram aprofundados em turismo e novas definições foram surgindo e ampliando a conceituação, a exemplo de Fuster (1971, p. 32), para quem o:

Turismo é, de um lado, conjunto de turistas; do outro, os fenômenos e as relações que esta massa reproduz em consequência de suas viagens. Turismo é todo equipamento receptivo de hotéis, agências de viagens, transportes, espetáculos, guias-intérpretes que o núcleo deve habilitar, para atender às correntes.

Fuster (1971), por sua vez, além de colocar à questão econômica traz uma outra dimensão ao turismo que são inter-relações produzidas pelo movimento de turistas, isso ainda que implícito, deixa claro, que o turismo vai além de ser somente um segmento de movimentação da economia.

Um outro conceito que nos é apresentado, é o da Organização Mundial de Turismo (OMT) que diz ser o turismo a: “Soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais”. (MOESCH, 2002, p. 11).

Nesse conceito, observa-se também uma abordagem econômica que além de não englobar outros aspectos do turismo, descarta as relações dos turistas de eventos que não são considerados turistas no modelo conceitual convencional.

As discussões sobre o conceito de turismo alcançaram avanços significativos, mas somente nas últimas décadas pudemos presenciar esse movimento. Inicialmente o turismo teve uma perspectiva reducionista, limitados aos aspectos econômicos, com debates pouco profundos sobre um tema tão complexo e com diversas conceituações.

O turismo, enquanto objeto de estudo, padece no cenário nacional e internacional de um tratamento epistemológico próprio. De um modo geral, se constitui num agrupamento de iniciativas, preferencialmente, do setor empresarial e privado e em menor escala da academia (sejam universidades e/ou faculdades, públicas e privadas) quando transposto de modo aplicado à inovação. O saber turístico produzido é reduzido às informações e sistemáticas sobre o seu próprio setor produtivo. Este contexto permite delinear a hipótese de que o saber-turístico é um fazer-saber, não existindo saber além daquele que resulta de um fazer-saber (MOESCH, 2002, p. 13).

A abordagem ampla que o turismo compreende como um fenômeno social, cultural, ambiental e econômico, só foi realizada bem mais tarde com a Escola Portuguesa, onde De La Torre publica um enunciado mais complexo, colocando o turismo como um fenômeno social, que promove inter-relações de importância social, econômica e cultural.

De La Torre (1984 apud MOESCH, 2002, p. 12) afirma que:

O turismo é um fenômeno social, que consiste em deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura, ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

De fato, De La Torre (1984 apud MOESCH, 2002), amplia o conceito de turismo, de forma a incluir outras variáveis como recreação, cultura, saúde e inter-relações que são geradas por esses deslocamentos, há uma sinalização clara de que o fenômeno turístico requer investigação mais ampla e tem uma representatividade muito mais significativa que somente o aspecto econômico.

A teorização do turismo foi ampliada com a criação de Cursos de Turismo a partir de 1971, sendo a pioneira a Faculdade Anhembi Morumbi em 1971, já na década de 90, o campo de conhecimento do turismo experimentou implementação de cursos de Turismo em faculdades particulares em grande número e também em universidades em todas as regiões do país.

As trilhas percorridas nos debates conceituais do turismo foram sendo acrescidas de discussões mais relevantes, mas só em 1984 é que, outros aspectos foram discutidos de forma contundente, pela primeira vez, o economista suíço Jost Krippendorf lança a obra “Sociologia do Turismo”, onde faz duras críticas ao turismo de massa que é realizado na Suécia, se posicionando contra a corrente desenvolvimentista do turismo que assolava à Europa.

Krippendorf (2009, p. 31) faz diversas críticas ao modelo de turismo em que não há nenhuma interação dos turistas com a população autóctone, e afirma que “desejamos, pois num futuro um estado de equilíbrio, um mundo harmonizado, onde cada parte seja um centro que não viva à custa de outras, mas de acordo com a natureza e solidário com as gerações futuras”.

Conceitos de turismo diversos foram publicados a partir da década de 90, após a análise de Krippendorf (2009), na tentativa de despertar de uma consciência ambiental que possa colocar o homem, numa situação de ativo defensor do seu patrimônio, seja, cultural, ambiental, natural, econômico em todas as vertentes em que o turismo estivesse inserido.

O debate foi se ampliando cada vez mais. Beni (2000, p. 16) entende o turismo como “resultado do somatório de recursos naturais do meio ambiente, culturais e econômicos, tendo seu campo de estudo superabrangente, complexo e pluricausal”. Enfocando a necessidade de se dispor de um quadro referencial dinâmico, flexível, adaptável, de leitura e

compreensão fácil e simples, que integre toda essa colossal complexidade e represente por inteiro suas combinações.

A partir desse entendimento Moesch (2002, p. 9) propõe uma nova epistemologia para o turismo concebendo-o como um fenômeno e visando reforçar outros aspectos do turismo, sociais, culturais, ambientais quando afirma que:

O turismo é uma combinação complexa de interrelacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais.

Diante dos inúmeros estudos e investigações realizados sobre o turismo no meio acadêmico pode-se afirmar que houve um avanço do turismo em diversos aspectos que não o limitam somente à categoria de atividade ou setor, mas como um fenômeno e complexa análise, que ainda não alcançou o “status” de Ciência mas, tem trilhado um caminho no sentido de se estabelecer como objeto de pesquisa que não esteja reduzido somente à sua prática.

2.1 Turismo Cultural

O mercado turístico se apresenta em constantes mudanças, diante de um mercado globalizado, com influências tecnológicas e mudanças de valores, os consumidores acabam sendo afetados por todas essas variáveis, tendo suas motivações de expectativas de viagens cada vez mais diversificadas e por isso, se faz necessário planejamento para que essas necessidades sejam atendidas.

Como órgão planejador e executor da política e do planejamento turístico do Brasil, o Ministério do Turismo (MTUR), lançou em 2010, a cartilha de segmentação do turismo e mercado, afirmando que é necessário reconhecer essas tendências de consumo como oportunidades de valorizar a diversidade e as particularidades do Brasil.

Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda¹. A partir da oferta,

¹ Características da Demanda – determinam as alterações no volume e na qualidade da demanda - Elasticidade: vulnerabilidade em relação a mudanças na estrutura dos preços e nas diversas condições econômicas; Sensibilidade: vulnerabilidade em relação a condição sócio-políticas; Sazonalidade: dependência das épocas de temporadas (férias, feriados etc), estações e condições climáticas

a segmentação define tipos de turismo² cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- a) atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé);
- b) aspectos e características (geográficas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais);
- c) determinados serviços e infra-estrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer). (BRASIL, 2004. p. 4).

A partir dessa estratégia de segmentar o mercado turístico, houve uma organização da oferta, no entanto, em função das constantes inovações tecnológicas, criatividade e busca permanente por novas sensações e experiências, sabe-se que, embora se trate de uma ampla segmentação, esta não se mostra suficiente, surgindo a cada dia novas denominações.

Os tipos de turismo adotados, então, pelo MTUR são: Turismo Social, Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Estudos e Intercâmbios, Turismo de Esportes, Turismo de Pesca, Turismo Náutico, Turismo de Aventura, Turismo de Sol e Praia, Turismo de Negócios e Eventos e Saúde.

Nesse sentido e considerando as diversas tipologias do turismo acima elencadas, nos focaremos no turismo cultural que é o assunto a se desenvolver neste tópico, os pioneiros realizadores do turismo cultural demonstram que turismo e cultura tem uma relação intrínseca. Para Novoa e Villalva (2007 apud PÉREZ 2009). “a natureza cultural de muitas das viagens é bem antiga, assim na Idade Média viajantes como Marco Pólo mudaram a concepção do mundo”.

Já na Idade Contemporânea, séculos XVIII e XIX, o histórico do turismo nos relata sobre o “Grand Tour” considerado o tipo de viagem que tem relação com o turismo moderno e cultural, e era realizado pela nobreza europeia, sobretudo a inglesa, que enviavam seus filhos para viagens educativas que podiam durar até três anos e geralmente eram acompanhados por professores. Esses deslocamentos ocorriam pela Europa, Grécia e Oriente Médio, regiões consideradas berço da civilização e onde existiam um grande número de monumentos expressivos, aumentavam assim, o “status social” e também garantia uma “educação cultural”.

Após a Revolução Industrial, o turismo teve suas bases alicerçadas, os avanços tecnológicos da época contribuíram para a realização de viagens, com o descobrimento do vapor, invenção de trens e ferrovias, se organizou a primeira viagem por Thomás Cook na

² Tipos de Turismo: Ecoturismo, Turismo Rural, Turismo de Aventura, Turismo Cultural, Turismo de Pesca, etc (BRASIL, 2004. p. 4)

Inglaterra em 1841, iniciou-se a fase do turismo moderno, sendo a partir deste momento, consumido por um maior número de pessoas.

As motivações de viagens deram origens aos mais diversos tipos de turismo, mas suas tipologias de turismo e turistas só foram mais profundamente estudadas na década de 70, dentre estes, o turismo cultural, que foi definido por Smith (apud CAMARGO; CRUZ, 2009, p. 15) como “aquele tipo de turismo que inclui o pitoresco ou o colorido local, um vestígio do estilo de vida tradicional camponês (tecidos, olaria, construções etc que, talvez, pudesse coincidir com o passado da própria cultura”.

Em 1976, segundo Camargo e Cruz (2009, p. 15), o ICOMOS³ define turismo cultural como “aquele que tinha por objeto a descoberta de lugares e monumentos, exercendo sobre eles um considerável efeito positivo à medida que, para seus próprios objetivos, visa manter viva sua proteção”.

Desde o início de suas definições observa-se que o cotidiano da comunidade, modos de produção, o que foi construído e é considerado um patrimônio cultural⁴ do local, e que despertam nos visitantes busca por novos conhecimentos, sempre despertou interesse nos visitantes, não só para conhecer, mas também para provocar no visitante o interesse pela preservação do bem cultural.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) - 1998, diz que o turismo cultural está baseado nas atrações culturais que possui um destino, sejam elas permanentes, temporárias ou ainda baseadas em características culturais e sociais de uma população que dispõe de um estilo de vida tradicional ou com características próprias.

Ao apresentar mais um conceito, observamos que este vem fortalecer a ligação do turismo cultural com o que é produzido pelas comunidades locais no presente ou passado, o que a cada dia tem provocado interesse em visitantes que desejam conhecer a cultura e principalmente, interagir com a comunidade.

A comunidade muitas vezes é quem mais conhece a cultura e história de sua localidade, mas muitas vezes o seu papel na implementação e desenvolvimento do turismo tem sido relegada. Não há na prática, a inclusão desses atores como parte de cultura e história da localidade e que poderiam ainda desenvolver o papel de guardião da sua herança cultural.

³ ICOMOS – Internacional Council on Monuments and Sites – Conselho Internacional para Monumentos e Sítios.

⁴ Patrimônio Cultural inclui bens tangíveis e intangíveis, não só as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano, e não só aquilo que representa a cultura das classes mais abastadas, mas também o que representa a cultura dos menos favorecidos. (BARRETO, 2000, p. 11)

Importa assinalar que as concepções conceituais de turismo cultural não tiveram início em um debate recente e nem tampouco, tiveram seu marco conceitual oficialmente definido. Há Grupo Técnico Temático de Turismo Cultural no âmbito da Câmara Temática de Segmentação do Conselho Nacional de Turismo que em uma reunião em 2005, fez uma releitura dos conceitos de turismo cultural e apresentou a definição abaixo citada: “Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”. (BRASIL, 2003, p. 13).

Após a criação do Ministério do Turismo em 2003, e com início do planejamento das políticas de turismo no Brasil, o Mtur fez diversas publicações para subsidiar e planejar o turismo nas diversas regiões, gestores, atores do turismo poderiam repensar suas localidades e desenvolver o turismo de forma organizada e participativa, uma das publicações lançadas foi o Caderno de Turismo Cultural: Orientações Básicas, nele além de definições de turismo cultural e outros assuntos, mostra os tipos de turismo cultural no (Quadro 1) e suas respectivas definições.

Quadro 1 – Tipos de Turismo Cultural

Tipo de Turismo Cultural	Definição Básica
Turismo Cívico	O Turismo Cívico ocorre em função de deslocamentos motivados pelo conhecimento de monumentos, acompanhar ou rememorar fatos, observar ou participar em eventos cívicos, que representem a situação presente ou da memória política e histórica de determinados locais.
Turismo Religioso	O Turismo Religioso configura-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas, independentemente da origem étnica ou do credo.
Turismo Místico e Esotérico	O Turismo Místico e o Turismo Esotérico caracterizam-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca da espiritualidade e do autoconhecimento em práticas, crenças e rituais considerados alternativos.
Turismo Cinematográfico	Esse segmento pode movimentar significativamente o turismo local e gerar resultados positivos para a comunidade onde será filmada uma produção audiovisual, devido ao movimento de atividades que poderão ser envolvidas nas produções, dentre eles serviços como hospedagem, alimentação e logística de toda uma equipe de filmagem.
Turismo Arqueológico	Ocorre o deslocamento voluntário e temporário de indivíduos, motivados pelo interesse ou desejo de conhecimento de aspectos pertinentes a culturas passadas, a locais onde se encontram vestígios materiais representativos de processo evolutivo do homem no planeta, deixados por sociedades pretéritas.
Turismo Gastronômico	O turismo gastronômico surge como um segmento turístico emergente capaz de posicionar destinos no mercado turístico, quando utilizado como elemento para a vivência da experiência da cultura local pelo turista por meio da culinária típica.
Enoturismo	O termo enoturismo passou a ser utilizado na Itália, quando as visitas a locais onde se produziam vinhos passaram a ser considerados como atrativo âncora de roteiros, e não simplesmente uma atividade complementar destes.
Turismo ferroviário	Os serviços de trens turísticos e culturais caracterizam-se pelo transporte não regular de passageiros, com o objetivo de agregar valor aos destinos turísticos, contribuindo para a preservação da memória ferroviária, configurando-se em atrativos culturais e produtos turísticos das cidades, auxiliando-as na diversificação da oferta.

Fonte: Brasil (2010). Adaptado pela autora.

No Quadro 1, é possível observar, o alcance do turismo cultural e o quanto sua oferta apresenta diversas possibilidades de planejamento, implementação e desenvolvimento de diversos produtos turísticos para uma localidade, aproveitando os diversos bens culturais materiais e imateriais. Apresentamos somente o segmento do turismo cultural, e percebe-se o quanto o turismo pode mobilizar e contribuir para o desenvolvimento de uma região, se atores sociais, governo e iniciativa privada estiverem atentos às suas próprias vocações turísticas, e souberem organizar o turismo com sustentabilidade e amenizando os impactos negativos.

3 ASPECTOS CONCEITUAIS DO TURISMO ARQUEOLÓGICO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Dentro da perspectiva do turismo cultural, há um segmento que foi destacado, que é o turismo arqueológico, que no Brasil, além de ser pouco trabalhado, ainda carece de muitas pesquisas e dados. Vamos abordar neste Capítulo algumas conceituações e o desenvolvimento desse segmento no Brasil, e também como os países Peru e o México tem trabalhado o turismo arqueológico e alcançado o desenvolvimento local.

Antes de adentrarmos aos aspectos conceituais do turismo arqueológico é importante que se faça uma contextualização na origem dessa segmentação a saber, a Arqueologia, sua relevância e como são organizados os sítios arqueológicos para visitação turística.

O turismo apesar de ser realizado muitas vezes de forma massiva e causando grandes impactos sociais, econômicos e culturais negativos nas localidades, também pode ser, se planejado de forma adequada, uma estratégia de desenvolvimento para as localidades que possuem sítios arqueológicos.

No que se refere à Arqueologia, é uma terminologia que teve sua origem na derivação grega *arkhaios* (antigo) e *logos* (ciência), é definida por Scatamacchia (2005, p. 19) como uma “ciência social que estuda os antigos processos históricos a partir dos vários tipos de vestígios materiais deixados pelos homens”.

Estamos diante de um conceito que nos mostra a relevância dos estudos dos nossos antepassados e o quanto isso tem um valor significativo para compreendermos o nosso presente e ser resguardado e conhecido para que possamos compreender também nosso futuro, um legado sobre a nossa própria História que deve pertencer a Humanidade.

A Arqueologia e o trabalho desenvolvido pelo arqueólogo se apresentam de grande relevância para a cultura humana, e como se deu a sua própria evolução no decorrer dos séculos, de que forma viviam nossos antepassados, suas heranças e suas descobertas nos continentes.

Historicamente, a Arqueologia no Brasil começou a alcançar um nível de maior importância no que se refere à estudos e pesquisas. A partir da década de 1970, quando foram criados linhas de pesquisa em Mestrados e Doutorados na Universidade de São Paulo, e mais tarde, já na década de 80, com a criação da Sociedade Brasileira de Arqueologia, esse movimento fez com que o trabalho desenvolvido pela Arqueologia fosse mais conhecido pelo

público do Brasil. A partir daí, as descobertas de sítios arqueológicos no Brasil fosse também mais intensificadas com pesquisas e viagens exploratórias, não por acaso, foi nessa época que a arqueóloga Niéde Guidon, uma das maiores arqueólogas do Brasil e do mundo, tenha chegado à região Sudeste do Piauí, na Serra da Capivara, onde se encontra a maior quantidade de sítios arqueológicos da América Latina.

O turismo, por sua vez, como já se sabe pode contribuir com a preservação se realizado de forma planejada, aliando-se à Arqueologia pode fortalecer o turismo cultural, em regiões que tem essa oferta, mas ainda não tem infraestrutura e organização necessárias para proporcionar a visitação turística.

A conceituação de turismo arqueológico, de acordo com Manzato (2005, p. 44), diz que:

Consiste no processo decorrente do deslocamento e da permanência de visitantes a locais denominados sítios arqueológicos, onde são encontrados os vestígios remanescentes das antigas sociedades, sejam elas pré-históricas e/ou históricas, passíveis de visitação terrestre ou aquática.

A partir do conceito destaca-se que as visitas só podem ocorrer em locais onde há presença de sítios arqueológicos, que são definidos por Canto (2003 apud WIDMER, 2009, p. 70). Como “locais utilizados por grupos pretéritos para habitação e para todas as atividades que permitiram sua subsistência e nos quais os testemunhos (vestígios arqueológicos) encontram-se espacialmente distribuídos”. Há uma diversidade de tipos de sítios arqueológicos, podendo ser aquáticos ou terrestres. O Quadro 2, mostra os principais tipos de sítios arqueológicos existentes.

Quadro 2 – Principais Tipos de Sítios Existentes

Tipo de Sítio	Caracterização Básica
Abrigo sob rocha	Sítio onde a distância da entrada ao fundo é menor que a altura.
Caverna	Sítio onde a distância da entrada ao fundo é maior que a altura.
Acampamento	Sítio caracterizado como local de permanência temporária.
Habitação	Sítio caracterizado por traços de permanência prolongada.
Cemitério	Sítio onde preponderantemente se encontram evidências de sepultamentos.
Cerimonial	Sítio onde se encontram testemunhos de práticas religiosas ou sociais.
Oficina	Sítio onde predominantemente se encontram vestígios da fabricação de artefatos.
Sambaqui	Sítio constituído de elevação em formato cônico, basicamente formatada por amontoado de conchas de moluscos descartadas por grupos coletores -pescadores.
Cerâmico	Sítio onde há predominância de material cerâmico, inteiro ou em pedaços, tais como potes de barro e tigelas, vasos, urnas funerárias, entre outros;
Lítico	Sítio em que há concentração de artefatos em pedra lascada ou polida, tais como ferramentas (machadinhas, moedores), ou zoólitos (esculturas de animais).
Arte Rupestre	Sítio caracterizado pela ocorrência de representações gráficas em suportes rochosos, conhecidos como gravuras ou pinturas. As gravuras consistem nas representações elaboradas por picoteamento, incisão, polimento ou raspagem do suporte rochoso. Quanto às pinturas, são as representações criadas a partir da fricção de pigmentos sobre a superfície da rocha, dando origem aos sítios de arte rupestre denominados pictóglifos.
Monumental	Caracterizado pela existência de obras de arte, de arquitetura ou de engenharia de grande porte, tais como edificações e monumentos.
Submerso	Detentor de características similares aos sítios terrestres, porém localizados sob as águas, em decorrência de processos naturais, como o avanço das águas oceânicas, desastres, como no caso de naufrágios, ou circunstâncias provocadas por intervenção humana, como no caso da construção de represas.

Fonte: (RIES, 2003; CANTO, 2003; MANZATO, 2005 apud WIDMER, 2009, p. 70 e 71)

O patrimônio arqueológico representa um grande potencial para o turismo e conseqüentemente, a enorme capacidade de gerar desenvolvimento social e econômico, além disso, existe uma outra vertente que compensaria esforços e investimentos, o turismo arqueológico que para Manzato e Rejowski (2005, p. 1) é: “capaz de proteger, promover e potencializar o patrimônio arqueológico”.

Tem se promovido alguns destinos com patrimônio arqueológico no Brasil, mas observa-se que esse processo tem ocorrido ainda de forma tímida, muitas vezes de forma desarticulada das Políticas de Turismo vigente no país, soma-se a isso o fato de que os arqueólogos se contrapõem em relação ao desenvolvimento do turismo nos sítios arqueológicos, o pensamento dos pesquisadores em arqueologia entende, que o turismo na verdade, explora o turismo nas localidades exaurindo e subtraindo o patrimônio. Bezerra (2012, p. 150) enfatiza que: “esse pensamento é derivado de três fatores: a sacralização do conhecimento acadêmico, a falta de debates sobre as conexões entre a economia e a cultura e certa indiferença com relação à divulgação da Arqueologia para o grande público”.

Os países que trabalham a questão do turismo arqueológico, geralmente são os que tem grande concentração de sítios monumentais, como Grécia e Egito(Figura 1), na

Europa temos como exemplo, Itália, França e Turquia(Figura 2) e nas Américas, México e Peru.

Figura 1 – Pizza Gizá, Egito



Fonte: Viagem (2017)

Figura 2 – Mesquita Azul, Turquia



Fonte: Dicas da Europa (2014)

Importa ressaltar que nesses países a contribuição do turismo na balança comercial é significativa, gerando desenvolvimento local e impactando nas economias dos respectivos países. Dados da Organização Mundial do Turismo (OMT) - 2016 elenca os países mais visitados do mundo e vários citados tem patrimônio arqueológico dentre os seus atrativos, os países são, por ordem dos mais visitados: França, Estados Unidos, Espanha, China, Itália, Turquia, Alemanha, Reino Unido, México e Rússia.

Figura 3 – Monumento de Stonehenge (Inglaterra)



Fonte: Fay (1997)

Na ampliação do entendimento da questão turismo e desenvolvimento local, abordaremos resumidamente, alguns aspectos destes respectivos temas, a partir da implantação de políticas públicas.

Considerando o fato de que uma Política Pública ao ser implantada em determinada área, sobretudo no Turismo cujo fenômeno é amplo e inclui transformações sociais, ambientais, econômicas, podendo, por seu caráter transversal, com um programa bem elaborado ter um longo alcance social e subsidiar o planejamento e desenvolvimento em localidades com vocação turística, se faz necessário uma reflexão e teorização ao redor desses conceitos e contextos de crescimento e desenvolvimento.

O desenvolvimento é fruto de políticas recentes, na maioria das abordagens de fundo econômico, a ideia de crescimento sempre esteve mais presente, muitas vezes o desenvolvimento em sua manifestação concreta foi considerado antidemocrático, irrelevante, simples. E o próprio termo desenvolvimento fosse denunciado como vazio de conteúdo. À origem do conceito está ligado à época que Harry S. Truman assumiu o cargo de presidente dos Estados Unidos-EUA, em seu discurso de posse, Truman teria definido a maior parte do planeta como áreas subdesenvolvidas, esse fato data de 20 de janeiro de 1949 (SACHS, 2004).

Ao se rememorar a origem do conceito com um olhar mais profundo, pode-se afirmar que a ideia de desenvolvimento, esteve presente em concepções religiosas, antropológicas no século XVIII e XIX, tendo uma visão otimista das pessoas e coisas, uma visão romântica que afirmava que pessoas otimistas podiam desenvolver um mundo melhor, esse pensamento esteve ligado ao progresso. O conceito de desenvolvimento acabaria sofrendo uma razoável influência da ideia de progresso pela simples razão de que foi ele condicionado pelas filosofias dos séculos XVIII e XIX (FURTADO, 1978).

Mais tarde o debate sobre desenvolvimento, enquanto teoria e política, fez um movimento de aumento da riqueza material para a elevação da renda per capita, sendo reduzido ao crescimento econômico.

A teoria do crescimento é fruto da Segunda Guerra Mundial e da Grande Depressão de 1929, aos poucos foi ficando clara a distinção entre crescimento e desenvolvimento, e Sachs (2004, p. 13), aborda, quando diz que:

O desenvolvimento, distinto do crescimento econômico, cumpre esse requisito, na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos.

O crescimento econômico, ainda que importante e favorável, não pode ser equivalente ao desenvolvimento se não provoca transformações significativas na sociedade como redução da pobreza e desigualdades econômicas e sociais. Em vez de maximizar o

crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o objetivo maior se torna promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições, de forma a reduzir a pobreza, fenômeno vergonhoso, porquanto desnecessário, no nosso mundo de abundância (SACHS, 2004).

Portanto, é imperioso considerar que o desenvolvimento mesmo com seus conceitos mais diversos e suas complexidades, deve ser um item a ser considerado nas políticas públicas e no planejamento, atentar se estas têm gerado crescimento ou desenvolvimento e em que medida, isso tem promovido o empoderamento e à justiça social na população.

Uma citação importante de Sen (1999) e Sengupta (2001; 2002 apud SACHS 2004) sobre desenvolvimento diz respeito à reconceituação em termos de apropriação efetiva das três gerações de direitos humanos, são eles:

- a) Direitos políticos, civis e cívicos;
- b) Direitos econômicos, sociais e culturais, entre eles o direito ao trabalho digno, criticamente importante, por motivos intrínsecos e instrumentais;
- c) Direitos coletivos ao meio ambiente e ao desenvolvimento

Observa-se as mais diversas abordagens sobre desenvolvimento, mas na maioria delas, contendo elementos comuns que remetem à igualdade e justiça social. Cabe ressaltar uma série de polissemias sobre o termo desenvolvimento que ainda colaboram, para multiplicar e diversificar as definições, como desenvolvimento local, desenvolvimento territorial, desenvolvimento regional, dentre outros.

O desenvolvimento local ocorre quando os atores locais conseguem se estabelecer como protagonistas, na tomada de decisões, participam nas políticas públicas implementadas e conseguem ser incluídos e empoderados neste processo. Alguns autores consideram o desenvolvimento local semelhante ao desenvolvimento endógeno.

Sobre desenvolvimento endógeno Beni (2006, p. 35) nos traz a seguinte consideração:

É uma interpretação que permite explicar os processos de acumulação de capital, bem como identificar os mecanismos que contribuem para o aumento da produtividade e da competitividade das cidades e regiões. Trata-se de uma interpretação voltada para a ação associada ao momento em que a sociedade civil se mostra capaz de dar, mediante uma política de desenvolvimento local, uma resposta aos desafios produzidos pelo aumento da concorrência nos mercados.

O pensamento do Beni deixa claro que os conceitos estão intrinsecamente ligados, sendo difícil estabelecer um conceito único que se encarregue de definir desenvolvimento

local. Reforçando esse argumento tem-se o conceito de Tomazzoni (2009), que conecta o desenvolvimento endógeno com a comunidade local.

Para Tomazzoni (2009) o desenvolvimento endógeno é um processo liderado pela comunidade local. É a capacidade de utilização de potenciais, como *savoir-faire*,⁵ sistemas de relações e recursos próprios para a melhoria do nível da população.

Ao analisarmos os conceitos apresentados observamos que o desenvolvimento local tem como característica principal, o protagonismo da comunidade, que por sua vez deve está engajada nas discussões político-institucionais de onde mora, e ainda que tenha muitos benefícios, o turismo precisa ser desejado pela comunidade tendo a mesma, um entendimento claro, do que o turismo significa, principalmente em relação aos seus benefícios e malefícios.

Os sítios arqueológicos brasileiros são vastos, mas pouco estruturados e disponibilizados, mesmo sítios com belezas e importância singular, como a Toca do Boqueirão da Pedra Furada situado no Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no sudeste do Piauí. Segundo Pessis (1998, p. 17 apud WIDMER, 2009, p. 80), local:

Onde foram encontrados vestígios de 48 mil anos, fato que causou alvoroço entre a comunidade científica mundial [...] por “ter provocado a necessidade de revisão da história do homem no continente americano e colocado por terra a antiga teoria sobre a vinda do homem para as Américas pelo estreito de Behring, há cerca de apenas 10 mil anos.

É realmente impressionante a subutilização do sítio arqueológico de grande envergadura como a Serra da Capivara, para a comunidade habitante do Piauí, um dos Estados com pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁶ do Brasil, de representatividade significativa para o Brasil e para o Mundo, sendo considerado Patrimônio Cultural da Humanidade e que poderia com sua beleza e singularidade ser melhor aproveitado pelo turismo gerando desenvolvimento para aquela localidade, a exemplo do que acontece em outros sítios arqueológicos pelo mundo.

⁵ *Savoir faire*: termo de origem francesa para designar conhecimento processual. Numa tradução livre possui o significado de **saber-fazer**. (INFOPÉDIA, 2017, grifo nosso).

⁶ IDH Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. A estatística é composta a partir de dados de educação e PIB (PPC) per capita (como um indicador do padrão de vida) recolhidos em nível nacional.

3.1 Turismo arqueológico e desenvolvimento local: Experiências dos Países México e Peru

O turismo arqueológico tem alcançado avanços significativos e gerado desenvolvimento local em regiões que investem nesse produto turístico, organizando as visitas de forma estruturada.

Um exemplo dessa ação de sucesso no turismo arqueológico é o que acontece no México, um dos países mais visitados do mundo e o turismo movimenta significativamente a economia.

O Estado teve um papel relevante no desenvolvimento do turismo, segundo Molina e Rodríguez (2001), desde os anos 60, quando foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Turístico, o Estado mexicano tem uma presença marcante na evolução do modelo no país, assumindo um papel norteador da atividade.

O principal atrativo turístico no México tem seu potencial o patrimônio cultural, com muitos sítios arqueológicos reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como patrimônio da humanidade.

Mas é necessário abordamos um breve histórico sobre o desenvolvimento do Turismo no México, para contextualização da organização das visitas nos seus principais sítios arqueológicos e sua contribuição para o desenvolvimento local.

Ser considerado um dos países mais visitados do mundo e ter como principal atrativo seu patrimônio arqueológico não se deu de forma aleatória. O México é considerado um país pioneiro em leis de proteção do patrimônio na América Latina, com legislação específica desde 1917. Piedras (2006, p. 31 apud ALFONSO, 2012, p. 93), afirma:

A cultura passou a ser reconhecida como um motor de crescimento econômico e do desenvolvimento do país, e foi alçada à condição de um dos setores mais importantes da economia do México, perdendo apenas para as indústrias de cosméticos, do petróleo e para o Turismo, ultrapassando, por exemplo, as telecomunicações e a agricultura.

Dentro ainda desse contexto histórico, é importante ressaltar a criação de instituições e regulamentos, conforme o Quadro 3, em que foram alicerçadas as bases do desenvolvimento do turismo arqueológico e a importante contribuição do papel do Estado nessas ações.

Quadro 3 – Principais Instituições Culturais do México / Regulamentos

Data	Instituição/Regulamentos
	Museu Nacional Mexicano
1905	Secretaria de Instrucción Pública Y Bellas Artes
1917	Criação das Leis de Proteção ao Patrimônio
1939	Instituto Nacional de Antropología e História (INAH)
1960	Implantação da Política Museológica
1960	Museu Nacional de Antropología
1960	Museu Nacional de Culturas
1970	Lei Federal de Patrimônio Cultural da Nação
1980	Criação do Conselho Nacional para a Cultura e Artes

Fonte: Alfonso (2012) adaptado pela autora

Com a organização destas instituições e regulamentos foi construída a base institucional para conservação e proteção dos patrimônios baseado não somente em leis e regulamentos, mas pesquisa acadêmica, formação de profissionais na área, a década de 60 representou um marco na política de proteção ao patrimônio, que transformaram a *Teotihuacán*, em museu de sítio, o principal atrativo turístico do México. Vide Figura 4.

Figura 4 – Museu de Teotihuacán (México)



Fonte: Melhores destinos (2017)

Todo o investimento resultou, conforme Alfonso, (2012, p. 94) em “200 zonas arqueológicas inventariadas e mais de 200 mil sítios, dados da Secretaria de Turismo do México em 2011 cerca de 190 milhões de pessoas visitaram os atrativos turísticos mexicanos”. E com um destaque importante, segundo Piedras (2006, p. 40 apud ALFONSO 2012, p. 94) a maioria “do patrimônio histórico e arqueológico nacional está localizado em zonas não-metropolitanas, o que favorece que seu aproveitamento turístico possa diminuir as diferenças de desenvolvimentos entre estados, zonas urbanas e rurais.”

Dessa forma, proporciona o desenvolvimento local nas diversas regiões do país, amenizando o desgaste dos atrativos provocados pela visitação em massa.

Outro exemplo relevante no âmbito do turismo arqueológico é o caso do Peru, que apresenta características um tanto quanto diferenciadas do México, por ser um dos países mais pobres da América Latina, mas que possui uma enorme herança cultural e natural. De acordo com Silverman (2002, p. 881 apud ALFONSO 2012, p. 107):

O passado arqueológico do Peru foi convertido em grandes projetos turísticos, extremamente contraditórios, que geraram conflitos e negociações pautados pelas relações entre diferentes atores: ruínas e sítios arqueológicos, pesquisadores, indígenas, comunidades, turistas estrangeiros, governo peruano e o setor privado.

No Peru, o turismo é uma das importantes fontes geradoras de riquezas do país, esse contexto de investimentos nasce de um forte conceito de identidade do povo com a cultura local, que impregnou-se historicamente na nação e esse discurso foi estabelecido a partir do ambiente escolar, Forças Armadas e outras instituições.

O Estado também exerce forte influência na base desse discurso, com a utilização de imagens pré-colombianas para autorepresentação em moedas, selos e diversos símbolos nacionais como uma forma de se apropriar e fixar no imaginário local e internacional o patrimônio arqueológico. Silverman (2002, p. 883 apud ALFONSO 2012, p. 111) esclarece:

Três contextos peruanos são interessantes exemplos das dimensões do Turismo arqueológico no Peru: Cusco, a antiga capital do Império Inca, onde as paredes de pedra são marcantes sinais dessa cultura, pelo menos no centro histórico da cidade; Nazca, onde os sinais do passado pré-colombiano não estão expressos na cidade, mas sim no campo; e Trujillo, onde o Estado tem demonstrado interesse na estruturação de diferentes sítios das culturas moche e chimú para o Turismo. Os habitantes das cidades procuraram ler os sinais no presente, por meio do tempo e das mudanças culturais, convertendo-se em um passado que pode ser “usado” e “vendido” no presente por meio da tradição inventada e da produção cultural.

Apesar dessa “organização” com esses três produtos turísticos do Peru, observa-se conflitos sociais e desigualdades nas políticas de uso do patrimônio arqueológico, o que por vezes, gera muita tensão entre as comunidades e o governo peruano.

Detalharemos mais sobre Cusco neste estudo, por ser o mais conhecido e impactado pelo turismo como vamos observar. Cusco, fica localizada na bacia do Rio Huatanay, a mais de três mil metros de altitude, palco também de grandes terremotos, como o de 1650 e outro em 1950, que acabaram por destruir parte significativa da cidade, outros desastres naturais ameaçam este patrimônio como deslizamentos por conta da infiltração fluvial, as transformações urbanísticas do local e uso e ocupação do solo, muitas vezes de forma irregular, também colocam em risco os habitantes do lugar.

A cidade Inca de Cusco, Figura 5, tem uma monumental importância para o mundo, em função de sua arquitetura, um exemplar único da história da colonização da América Latina, foi eleita em 1933, a “Capital Arqueológica da América”, em 1978 foi nomeada como de “Herança Cultural do Mundo”, e seu ponto máximo de reconhecimento se deu em 1983, quando a cidade recebeu o Título de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

Figura 5 – Cidade Inca de Cusco (Peru)



Fonte:TripAdvisor (2017)

Por conta de suas inúmeras ameaças a esse patrimônio, instituições de pesquisas peruanas conduziram estudos que avaliaram os riscos da destruição desse local, tão valioso para o mundo, e as advertências indicaram que seria necessário a diminuição de fluxo turístico nessa localidade de forma drástica, na tentativa de proteger a cidade inca. No entanto, apesar das recomendações do Plano Estratégico Nacional de Turismo lançado em 2002, estimulou ainda mais a visitação em Cusco.

Esse se tornou um dos grandes conflitos e causador de tensão sobre essa questão, de um lado o alerta dos estudiosos, de outro lado, o governo peruano que considerou que a redução da visitação turística no local ou a realização de obras, iam causar uma redução drástica de entrada de divisas para o cofres públicos e as agências que exploram o turismo cultural, para o governo a possibilidade de acontecer um desastre que possa destruir a região por completo parece menos preocupante que o investimento em ações preservacionistas.

Uma consideração importante a ser feita sobre Cusco, é que ela é considerada a cidade-base com infraestrutura adequada para atender os turistas que vão a Machu Picchu,

outra cidade que vem sofrendo de degradação ambiental e impactos causados pela visitação excessiva. Para esse caso, os estudos alcançaram um resultado mais favorável com o lançamento de Plano Emergencial “MachuPicchu” ocorrido em 2007, que tinha como objetivos melhorar o manejo de visitantes e organizar o turismo de forma mais sustentável.

Apesar de todas as contradições aqui apresentadas, dados da Agencia Peruana de Notícias (2011, p. 1 apud ALFONSO 2012, p, 108). apontam que:

Em 2011, o número de turistas estrangeiros ultrapassou a meta do governo peruano, que previa 2 milhões de visitante. Segundo os órgãos oficiais de Turismo, o aumento do número de visitantes é resultado de um intenso trabalho dos setores públicos e privado, por meio da promoção dos principais destinos turísticos, da implementação de políticas estáveis e promotoras de investimento privado e da diversificação da oferta turística no Peru.

O enunciado acima coloca em evidência que quando há uma postura eficiente do Estado aliado a parcerias privadas e articuladas com a comunidade proporciona um crescimento não só no Produto Interno Bruto (PIB) do país, como o desenvolvimento e distribuição de renda são experimentados pelas comunidades locais. Destaca-se que o país mais pobre da América do Sul com um quantitativo de 2 milhões de turistas, trata o turismo como prioridade, enquanto que o Brasil com sua riqueza cultural, natural e grandeza territorial recebe apenas 6 milhões de visitantes, demonstrando não tratar o turismo de forma distinta politicamente.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

As Políticas Públicas tiveram suas primeiras investigações nos Estados Unidos, como área de conhecimento e disciplina, diferentemente do que ocorreu na Europa, a área de Políticas Públicas surge como um desdobramento de trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o Estado e de uma de suas instituições mais importantes – o governo – produtor, por excelência de políticas públicas. Nos Estados Unidos, porém, surge com uma outra ênfase que eram os estudos sobre a ação dos governos, sem estabelecer base teórica sobre o papel do Estado.

No contexto governamental propriamente dito, o uso das Políticas Públicas como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar as consequências, sendo introduzida no Governo dos Estados Unidos por Robert McNamara que estimulou a criação em 1948, da Rand Corporation, Organização Não-Governamental (ONG) financiada com recursos públicos.

São considerados os pais fundadores das Políticas Públicas, quatro grandes estudiosos:

Laswell (1936), introduz a expressão “policy analysis” (análise da política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre os cientistas sociais, grupos de interesse governo.” A análise de **Simon (1957)** destaca a introdução do conceito da racionalidade limitada dos decisores políticos (policy makers), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Para Simon, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas, tais como informação imperfeita ou incompleta, tempo para tomada de decisões e auto-interesse dos decisores. Para **Lindblom (1959)** existiam questionamentos a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon, propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e análise das políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não necessariamente um fim ou um princípio. Em **1965, Easton** contribuiu para a área ao definir Política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e ambiente. (SOUZA, 2006, p. 4, grifo do autor).

Esses seriam os preceitos básicos para o início dessa discussão sobre políticas públicas. No entanto, faz-se necessário ressaltar os conceitos políticas públicas de forma mais objetiva, esclarecendo detidamente termos diretamente ligados a esse tema, a saber, “Estado é uma organização política, administrativa e jurídica que se constitui com a existência de um povo em um território fixo e submetido a uma soberania” (SILVA; BASSI, 2012, p. 16).

O Estado se configura como um elemento permanente, mas suas ações são estruturadas a partir de governos, que tem um caráter transitório e tem um papel de fazer a gestão pública, através desse processo o poder do Estado que é estabelecido como soberano.

A ação dos governos é operacionalizada através da implementação das políticas públicas, o governo possuindo uma capacidade de universalização, coerção e regulamentação pode adotar medidas em favor do bem comum, da população que vive em determinado território.

No entendimento de Silva e Bassi (2012, p. 17). “o governo, dado o uso das atribuições que lhes são conferidas, deve representar e atender os anseios do Estado, pensando estrategicamente e agindo de modo planejado para o bem público. Esta intervenção ocorre por meio das políticas públicas.”

Abordagem teórica de Gastal e Moesch (2007, p. 40) nos desvela que “Políticas Públicas se constrói, historicamente, como o conjunto de ações que objetivem construir o controle social sobre bens, serviços e obras públicas, de modo que estes sejam desfrutados de maneira efetiva por toda a sociedade”.

Ao fazermos um retrospecto histórico sobre políticas públicas observa-se que não é um debate recente, portanto, apresenta uma multiplicidade de conceitos, mas que nos apresenta terminologias sempre presente Governo, Estado, nos remetendo a ideia de administração de poder no seu sentido mais amplo.

O desenvolvimento de uma sociedade resulta das decisões formuladas e implementadas pelos governos dos Estados nacionais, subnacionais e supranacionais em conjunto com as demais forças vivas da sociedade, sobretudo as forças de mercado em seu sentido lato. Em seu conjunto, estas decisões e ações de governo e de outros atores sociais constituem o que se conhece com o nome genérico de *políticas públicas*. (HEIDEMANN, 2010, p. 28, grifo do autor).

Para este autor o conceito de Política Pública é algo que deve englobar muito mais que uma intervenção do Estado, mas que essa intervenção reúna em sua ação uma integração daquele contexto como um todo, de forma a atingir o político, o social, ambiental e o que se relacionar com estes.

No tocante à organização das Políticas Públicas para a conservação do Patrimônio Cultural no Brasil, percorreu um longo caminho até se institucionalizar da forma que se encontra nos dias atuais. Neste sentido, é relevante um breve resgate para que haja uma compreensão mais detalhada desse processo. Diferentemente, do que ocorreu na Europa, as ações de proteção ao patrimônio ocorreram de forma mais tardia na América Latina e no

Brasil e esse processo está ligado à própria evolução econômica experimentada nos diferentes continentes.

Na Europa, as políticas públicas de preservação do patrimônio acentuaram-se ao longo do século XIX, período que coincide justamente com o desenvolvimento do modo de produção capitalista e com a industrialização.

No Brasil, as iniciativas para proteção do patrimônio de monumentos históricos tiveram início em meados do século XVIII, quando D. André de Melo e Castro, Vice Rei do Estado do Brasil (1735-1749), escreveu uma carta ao governador de Pernambuco, onde demonstra notável percepção da complexidade que envolveu os problemas de proteção a monumentos históricos, outras iniciativas foram tomadas na tentativa de fazer algum tipo de proteção ao patrimônio, mas D. Pedro II não conseguiu tomar providências, efetivas, nesse sentido. (IPHAN, 1980).

Em 1808, a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil implicou na criação de lugares de memória - a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional – que acabariam reforçados como instrumentos da constituição da nacionalidade brasileira após a independência, quando em 1838, foram instituídos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Arquivo Nacional, responsáveis, respectivamente, pela criação da História e manutenção da memória histórica nacional. (RODRIGUES, 2001, p. 19).

Bem mais tarde, já na década de 1910 foi que a preocupação com o patrimônio histórico e artístico começou a ficar mais evidente, período que o Brasil passava por uma crise política e de identidade. E essa preocupação foi atribuída, a alguns fatores, dentre eles, o crescimento do nacionalismo, ampliação das cidades e a valorização da arte sacra colonial no mercado internacional. (RODRIGUES, 2001, p. 20).

A valorização do patrimônio local foi grandemente estimulada pelo intelectual modernista, Mário de Andrade⁷, que usou recursos da literatura e da pesquisa etnográfica para o fazer para esse propósito. O arquiteto Lúcio Costa era outro entusiasta desse movimento, seus projetos retratavam a valorização da herança portuguesa e colonial com o objetivo de compor uma arquitetura “autenticamente nacional”.

Os intelectuais modernistas capitaneados por Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Cláudio Portinari, Antonio Bento e Mario

⁷ Mário Raul de Moraes Andrade (1883-1945), nascido em São Paulo, foi poeta, romancista, musicólogo, historiador, crítico de artes, folclorista e ensaísta brasileiro. Foi um dos fundadores do Modernismo brasileiro, publicou “Pauliceia Desvairada” em 1922, primeiro livro de poemas da primeira fase do Modernismo (1922-1930). O ápice de sua criação foi seu romance “Macunaíma”, que mais tarde foi adaptado para o cinema. Foi um dos organizadores da Semana de Arte Moderna de 1922. Faleceu em São Paulo.

Rodrigo de Andrade uniram forças para compreender, conhecer e recriar o Brasil, que foi implantada a concepção de proteção ao patrimônio.

Essa ação foi finalmente, estabelecida durante o governo de Getúlio Vargas (1930 –1945), que decidiu reconhecer, através do Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933, Ouro Preto como “monumento nacional”, mostrando sensibilidade a causa ao diferenciar potencial simbólico dos bens culturais.

No entanto, a importância do patrimônio cultural, teve sua ação mais significativa, quando em 13 de janeiro de 1937, através da Lei nº 378, o então presidente Getúlio Vargas criou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), baseado em um anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, reconhecida como a primeira instituição da América Latina que tinha como missão preservar o patrimônio cultural, tendo como presidente Rodrigo de Melo de Andrade que ficou no cargo até 1967. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) hoje é a instituição pública brasileira mais antiga, acabou de completar 80 anos.

Nessa época houve um entendimento do que seria patrimônio histórico e artístico nacional, que no 1º artigo do Decreto lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 foi definido como:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação aos fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (MORAES, 2001, p. 100).

Segundo Oliveira (2008, p. 36), convém lembrar que, por diversas alterações administrativas, através de decretos governamentais, o SPHAN teve tanto sua denominação quanto sua estrutura funcional alterada ao longo dos anos, podendo ser relacionado conforme mostra o Quadro 4, a seguir:

Quadro 4 – Cronologia das Mudanças Administrativas do SPHAN

Ano	Mudança Administrativa
1936	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN
1946	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN
1970	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
1979	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN
1985	Criação do Ministério da Cultura – MINC, integração do SPHAN/Pró-Memória
1990	Transformação do SPHAN em Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural
1992	Voltou a fazer parte da estrutura do Ministério da Cultura - MINC
1994	Voltou a ser Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

Fonte: Oliveira (2008)

Apesar das mudanças nas nomenclaturas e na estrutura, cumpre ressaltar que muitas vezes, o IPHAN passou por variadas perspectivas que se acentuou, principalmente a partir da década de 70, na direção do órgão estava Renato Soeiro, que não apresentou grandes mudanças nas ações de preservação do Patrimônio, a não ser uma nova política de tombamentos com foco agora em construções em conjunto e não só individuais.

Em 1973, o governo federal lançou o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), contemplado o Nordeste, mais tarde, em 1975, o Programa foi expandido para Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, a partir desse ano, as modificações começaram a ser implantadas quando Aluísio Magalhães assumiu a direção e propôs a revisão das políticas de patrimônio propostas por Mário de Andrade:

Ocorre, entretanto, que o conceito de bem cultural no Brasil continua restrito aos bens móveis e imóveis, permeando essas duas categorias, existe vasta gama de bens precedentes sobretudo do fazer popular que por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano não são considerados como bens culturais, nem utilizados na formulação das políticas econômicas e tecnológicas. No entanto, é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade. Além disso, é deles e de sua reiterada presença que surgem expressões de síntese de valor criativo que constitui o objeto de arte. (IPHAN, 1980, p. 47).

E não foram essas mudanças propostas nessa nova gestão do Aluísio Magalhães, isso fica claro com a citação abaixo:

O esforço no sentido de operacionalizar um conceito mais abrangente de bem cultural, a obtenção do comprometimento de outras entidades com o Programa do IPHAN e a instauração de um diálogo franco e leal com a comunidade atestam a tomada de consciência, por parte da instituição da necessidade de se colocar à altura das exigências suscitadas pelo trato dos bens culturais num contexto histórico de alta complexidade como é o atual. (IPHAN, 1980, p. 53).

No entanto, uma situação brusca e inesperada interrompeu o processo de mudança e os novos trabalhos que já estavam se encaminhando. Aluísio Magalhães faleceu e uma nova retomada desses assuntos só foi possível em 1985.

Fatos importantes marcaram essa retomada das discussões das políticas culturais, como a criação do Ministério da Cultura em 1985. A Carta Constitucional de 1988 retomou os conceitos e propostas de Mário de Andrade sobre o conceito de patrimônio cultural – termo considerado mais amplo que o de patrimônio histórico por abarcar vários outros significados em relação ao patrimônio, inclusive enfatizando que a preservação deve existir independente do ato de tombamento⁸. Outro aspecto importante do período foi a edição da Lei Sarney que

⁸ Ato de tombamento: O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do

objetivava a participação a título de investimento do setor privado na área de cultura com desconto de Imposto de Renda. Essa proposta é fundamentada nas Normas de Quito⁹. (OLIVEIRA, 2008, p. 37).

Um importante fator a ser ressaltado nesse processo de construção das políticas culturais refere-se a criação do Conselho Nacional de Cultura (CNC), criado pelo Decreto Lei nº 526 de julho de 1938, “atuação do CNC era destinado às “massas”, alcunha, evocada nos discursos e documentos oficiais estadonovistas quando se referia ao povo. A “massa” deveria ser diariamente educada para o civismo, o patrimônio cultural, histórico, artístico e literário. Os documentos de interesse nacional deveriam ser salvaguardados pelo CNC, para garantir a civilidade e o patriotismo. (SOUZA, 2017, p. 11).

O Estado possuía um caráter autoritário, e no contexto institucional os órgãos que eram criados e a forma como eram estruturados reforçavam essa condição, fazendo desde sempre no âmbito da cultura uma separação de cultura erudita e popular e usando o notável saber desses conselheiros como forma de controle sobre a arte, patrimônio e tudo que viesse a ser criado pelas “massas”.

O CNC foi desativado após o fim do governo Vargas e foi reinstituído pelo presidente Jânio Quadros pelo Decreto nº 50.293, de 23 de fevereiro de 1961. Ficou fechado de 1964 a 1966, quando foi recriado como Conselho Federal de Cultura (CFC), por meio do Decreto Lei nº 74, de 21 de novembro de 1966, com a instalação a partir do Decreto nº 60.237, de 17 de fevereiro de 1967. O CFC era composto por 24 membros nomeados pelo Presidente da República, com áreas específicas de atuação divididos em: a) Artes, b) Letras, c) Ciências Humanas e d) Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (SOUZA, 2017, p. 12).

Calabre (2006) reflete que o cargo de conselheiro era considerado estratégico e de relevância nacional. Os conselhistas transitavam entre às áreas de educação, cultura, saúde, patrimônio cultural, belas artes e literatura. Auxiliavam nas formulações das políticas públicas para o desenvolvimento da nação. Figuravam entre os conselheiros, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Ariano Suassuna, João Guimarães Rosa, Raquel de Queirós, Roberto Burle Marx, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Cassiano Ricardo, Adonias Filho,

Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias. (IPHAN, 2017)

⁹ Normas de Quito: são um conjunto de normas pertencentes ao documentário final de Reunião de Punta Del Leste. Reunião organizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em novembro e dezembro de 1967. Esta reunião contou com os representantes dos países do continente, tendo a finalidade de discutir sobre a conservação e utilização dos monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. Reconhecia e aceitava o Patrimônio Cultural como detentor de valor econômico e capaz de constituir-se em instrumento do progresso. (OLIVEIRA, 2008, p. 37)

Armando Schnoor, Arthur Reis, Hélio Viana, entre outros nomes da intelectualidade brasileira. Os intelectuais eram recrutados na Academia Brasileira de Letras (ABL), no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no SPHAN. O Conselho tinha a missão de elaborar o Plano Nacional de Cultura.

Entende-se, portanto, pela própria trilha que a organização das políticas culturais seguiu, que os conselheiros não eram nomeados aleatoriamente, mas se encontravam alinhados com a política que o governo exercia e como a escolha era feita diretamente pelo Presidente da República, ele tinha o poder de escolher àqueles que se encaixavam no perfil autoritário e controlador do Estado.

No contexto teórico abordado até aqui, é necessário ressaltar uma medida que teve contribuição significativa para que muitas modificações fossem feitas no modo de pensar e organizar as políticas culturais do país trata-se da Constituição de 1988 que no seu Artigo 216, reconheceu a diversidade étnica presente no patrimônio cultural, vejamos o que nos diz o referido artigo:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL. 1988)

Sem dúvida, isso gerou um fortalecimento das questões referentes ao patrimônio cultural brasileiro e fez com que governos tomassem um posicionamento a respeito dessa pauta, sendo incluída nas agendas governamentais, ainda que não fossem trabalhadas de maneira ideal.

A exemplo, do que aconteceu na gestão do ex-presidente Fernando Collor que fechou o Ministério da Cultura e o Conselho Federal de Cultura na década de 90, e criou o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural, sendo este vinculado à Secretaria da Presidência, com sua curta gestão e não completando o seu mandato, assumiu o governo o vice-presidente Itamar Franco, que em 1992 decidiu reabrir o Conselho Federal de Cultura o renomeando, como Conselho Nacional de Política Cultural em 1993.

A gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), tinha como principal vertente política o neoliberalismo, teve sua atuação pautada pela paralisação das

políticas culturais e poucas ações, e somente restrita às leis de incentivo fiscal, o que provocou a discussões e reivindicações dos movimentos culturais.

Esse cenário só se tornou mais favorável a partir do governo Lula, em 2003, a participação social se tornou mais representativa, sendo sua organização no Conselho, feita de forma paritária, o Ministro da Cultura Gilberto Gil (2003-2008) criou estratégias que colocou a sociedade civil com forte atuação na agenda governamental cultural. A popularização da cultura foi realçada em seu discurso de posse, como pode se lê a seguir:

E o que entendo por cultura vai muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta "classe artística e intelectual". Cultura, como alguém já disse, não é apenas "uma espécie de ignorância que distingue os estudiosos". Nem somente o que se produz no âmbito das formas canonizadas pelos códigos ocidentais, com as suas hierarquias suspeitas. Do mesmo modo, ninguém aqui vai me ouvir pronunciar a palavra "folclore". Os vínculos entre o conceito erudito de "folclore" e a discriminação cultural são mais do que estreitos. São íntimos. "Folclore" é tudo aquilo que - não se enquadrando, por sua antiguidade, no panorama da cultura de massa - é produzido por gente inculta, por "primitivos contemporâneos", como uma espécie de enclave simbólico, historicamente atrasado, no mundo atual. Os ensinamentos de Lina Bo Bardi me preveniram definitivamente contra essa armadilha. Não existe "folclore" - o que existe é cultura. Cultura como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos. Desta perspectiva, as ações do Ministério da Cultura deverão ser entendidas como exercícios de antropologia aplicada. O Ministério deve ser como uma luz que revela, no passado e no presente, as coisas e os signos que fizeram e fazem, do Brasil, o Brasil. Assim, o selo da cultura, o foco da cultura, será colocado em todos os aspectos que a revelem e expressem, para que possamos tecer o fio que os unem. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, criar condições de acesso universal aos bens simbólicos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais, sejam eles artefatos ou mentefatos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade. Porque o acesso à cultura é um direito básico de cidadania, assim como o direito à educação, à saúde, à vida num meio ambiente saudável. Porque, ao investir nas condições de criação e produção, estaremos tomando uma iniciativa de consequências imprevisíveis, mas certamente brilhantes e profundas - já que a criatividade popular brasileira, dos primeiros tempos coloniais aos dias de hoje, foi sempre muito além do que permitiam as condições educacionais, sociais e econômicas de nossa existência. Na verdade, o Estado nunca esteve à altura do fazer de nosso povo, nos mais variados ramos da grande árvore da criação simbólica brasileira. (BRASIL 2003).

É notório que o discurso do então Ministro Gilberto Gil, a retomada do conceito de cultura no sentido andradiano que foi a proposta inicial, quando os modernistas orientaram as primeiras políticas de preservação, que ficou comprovado com as incursões que os mesmos fizeram pelo interior comprovando que a preservação da cultura não era somente preservação de obras de valor artístico e intelectual, mas contemplar a pluralidade cultural presente no modo de ser e de viver do povo brasileiro.

Depois da desarticulação e desmonte dos órgãos de cultura presenciado na década de 90, no Governo Collor e da política neoliberal imposta pelo Governo FHC, que reduziu o investimento na cultura a patamares ínfimos, observa-se a partir do ano 2000, uma realidade diferente no campo cultural, com aumento de investimentos e fortalecimento da gestão.

Para Souza (2017), era indispensável trazer para o campo do debate aqueles que foram folclorizados, aqueles que foram objetos de estudo dos intelectuais da academia, aqueles que ficaram alijados historicamente das políticas públicas. O ministro calcava-se no debate de uma antropologia aplicada e anunciava-se não referir-se mais ao povo, como uma “massa acéfala” ou detentora de uma cultura primitiva, mas como produtor de um conhecimento tácito, capaz de gerir seus interesses identitários, elaborar e controlar socialmente das Políticas Públicas do Ministério da Cultura.

Havia uma clara reorganização no campo cultural a partir da posse do Ministro Gilberto Gil, as atribuições do Conselho Nacional de Cultura sofreram uma ressignificação e “as massas” ocuparam um espaço que por direito também era deles, sendo valorizados e com suas reivindicações sendo atendidas, não tendo mais somente “representatividade” mas participação no sentido amplo da palavra. O ministro então, fortaleceu mais ainda a causa dos movimentos sociais implementando estratégias participacionistas como pontos de cultura, consultas e fóruns públicos e também com a realização de da I Conferência Nacional de Cultura em 2003, com eleições diretas de delegados. Bourdieu (2004, p. 22) nos fala sobre isso ao afirmar que “percebe-se, nesse processo, um espaço de disputa simbólica de luta pelo reconhecimento e pela legitimação do campo cultural”.

No atual momento político-institucional, temos o Ministério da Cultura (MINC), apesar da tentativa do Governo Temer de fechá-lo, o que foi alvo de grande mobilização e resistência de movimentos culturais e sociedade civil em geral, que forçou o presidente a rever sua posição e reabri-lo 12 dias depois.

Atualmente o MINC tem como competências no âmbito geral:

- I - política nacional de cultura;
- II - proteção do patrimônio histórico e cultural;
- III - regulação de direitos autorais; e
- IV - assistência e acompanhamento da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos. (BRASIL, 2017)

O IPHAN amplamente discutido neste capítulo tem como visão e missão:

A Missão do Instituto é a de “promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país.”

A Visão estabelece que o Iphan deve “ser instituição coordenadora da política e do sistema nacional do patrimônio cultural, capaz de identificar, produzir e difundir referências para a preservação do patrimônio cultural no plano nacional e internacional, dotada de carreira de estado, qualificação técnica e estrutura funcional para atender as demandas da sociedade.” (IPHAN, 2017).

A missão e visão acima mencionados são amparadas nas diretrizes gerais da política de preservação, abaixo colocadas:

- a) participação social;
- b) reinserção dos bens protegidos na dinâmica social;
- c) qualificação do ambiente em que estão inseridos os bens culturais;
- d) promoção do desenvolvimento local a partir das potencialidades do patrimônio cultural. (IPHAN, 2017).

Em todo esse tempo pode-se afirmar que houve um amadurecimento nos órgãos que trabalham ações no campo da cultura. O IPHAN ao longo de todos esses anos de trajetória marcadas por avanços e recuos, apresenta na contemporaneidade, política de preservação consistente, organizada e articulada em que preservação de monumentos e obras de arte não tem um fim em si mesmo. Novos marcos da política de patrimônio foram lançados a partir da década de 2000, atendendo a diversidade da cultura e segmentos culturais representadas por diversas raças, povos e etnias, patrimônio material e imaterial alcançaram um equilíbrio em importância e foram incluídos definitivamente na agenda governamental.

São destacados como marcos culturais importantes, a partir do ano de 2000:

Decreto nº 3551/2000, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial, dando início às primeiras ações de inventário e registro (2002);

O lançamento pelo Presidente da República do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (2004), que institucionaliza e disponibiliza recursos para a salvaguarda, apoio e fomento ao patrimônio imaterial;

Início do Programa Legados da Imigração, que resultou no tombamento a diversos bens relacionados à imigração alemã, italiana, ucraniana e polonesa em Santa Catarina (2007);

O tombamento da Casa de Chico Mendes entendida como um testemunho singular de um processo social relevante para o país (2008);

A Portaria de Criação da Chancela da Paisagem Cultural (2009);

O primeiro tombamento relativo à cultura indígena, protegendo como Patrimônio Nacional os locais sagrados dos povos do Xingu;

Os primeiros tombamentos relativos ao Patrimônio Naval (2010). (BRASIL, 2010).

Com os elementos elencados até aqui, comprovadamente, observou-se uma mudança no alcance do campo cultural. É notório que houve uma redemocratização cultural e colocou-se no mesmo nível de importância diferentes heranças culturais presentes na formação do povo brasileiro. Importa ressaltar que as solicitações de bens tombados a partir de 2003, foram solicitações feitas por iniciativa da comunidade envolvida, isso demonstra que

a comunidade tem cumprido um papel mais ativo, colaborando com a política de patrimônio como está declarado na Constituição de 1988.

4.1 Gestão do Patrimônio Arqueológico no Brasil

A trajetória percorrida para que se tivesse políticas de proteção eficazes do patrimônio cultural, teve início no Brasil, após a chegada da Família Real, mas somente encontrando empenho de fato, com Mário de Andrade, este proporcionou grandes debates e realizou registros de diferentes heranças culturais, dentre todo esse acervo cultural, tem-se o grandioso patrimônio arqueológico. Mendonça (2010, p. 188) destaca que: “seja em quantidade, distribuição geográfica, variedade, complexidade, peculiaridade, sem contar com os sítios não conhecidos, revela o vasto tamanho da empreitada que é sua preservação”.

A preservação arqueológica no Brasil é regida por uma legislação própria, embora seja executada também como nos demais segmentos do Patrimônio Cultural pelo IPHAN, sob a égide da Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, e colocou na pauta do órgão a Arqueologia.

De acordo com a legislação em vigor, é atribuição do IPHAN conceder a permissão ou autorização necessária ao licenciamento de projetos de pesquisa arqueológica, com base em parecer emitido pelas Superintendências Regionais, bem como acompanhar, por meio das Superintendências, as pesquisas arqueológicas realizadas em todo território nacional, além de manter um cadastro de monumentos arqueológicos existentes no Brasil. (MENDONÇA, 2010, p. 188).

Os instrumentais administrativos para aplicação da Lei e garantia de proteção do patrimônio arqueológico no Brasil, são o Cadastro dos Monumentos Arqueológicos que constitui um banco de dados, e contém as fichas de registro de sítios arqueológicos, Tombamento e o Plano Diretor Estratégico, que ainda está sendo elaborado pelo IPHAN, mas que viabilizará uma política nacional para o Patrimônio Arqueológico Brasileiro em todos os seus aspectos: identificação, pesquisa, proteção, promoção e socialização.

O IPHAN também conta com o Centro Nacional de Arqueologia (CNA), criado pelo Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009, a sua implementação proporcionou fortalecimento institucional no que se refere à gestão do patrimônio arqueológico no Brasil.

Cabe ao CNA a elaboração de políticas e estratégias para a gestão do Patrimônio Arqueológico Brasileiro, a modernização dos instrumentos normativos e de acompanhamento das pesquisas arqueológicas que, em duas décadas, aumentaram de cinco para quase mil ações por ano. Entre as principais atividades do Centro estão o desenvolvimento de ações de

acautelamento (tombamento e proposição de medidas diversas para a proteção e valorização do patrimônio arqueológico); a autorização e a permissão para realização de pesquisas arqueológicas, o acompanhamento e fiscalização dessas pesquisas; e a implementação de diversas ações de socialização do patrimônio arqueológico. (IPHAN, 2017).

Segundo Pardi (2002), o processo de Gestão do Patrimônio Arqueológico (GPA), que tem como atividades principais, identificação, documentação, proteção e promoção é melhor visualizado no esquema proposto, como mostra a Figura 6, a seguir:

Figura 6 – Gestão do Patrimônio Arqueológico



Fonte: Pardi (2002).

Em que pese a diversidade de ações que são necessárias para que a proteção do patrimônio arqueológico tenha uma proteção eficaz e eficiente, aliado diversidade de sítios arqueológicos existentes no Brasil, pode-se afirmar que a GPA é um desafio de grande magnitude para o IPHAN, pesquisadores, comunidades e todos àqueles que de alguma forma estão envolvidas com essa temática, mas o fato de termos legislação, órgãos, políticas específicas para essa matéria também representa fortalecimento para o que o Brasil seja um

exemplo de país, que preserva e garante sustentabilidade de seu legado arqueológico, como tem feito outros países como México e Peru.

4.2 Políticas Públicas de Turismo no Brasil

Na América Latina, no modo inverso do que ocorreu nos países desenvolvidos, a concepção do Estado se firmou pelo poder oligárquico e foi imposto à sociedade. Na proporção que o desenvolvimento econômico se amplia e a estruturação social é organizada, o Estado apresenta fortes traços industrialistas e populistas, procurando por meio das políticas sociais, cooptar os trabalhadores urbanos.

No entanto, no começo do século XX, o modelo primário exportador da América Latina apresenta sinais de esgotamento provocadas por sucessivas crises econômicas e guerras mundiais, ainda assim países da América Latina conseguiram sustentar por um tempo a produção interna por conta da capacidade anteriormente instalada, suportando a demanda interna que não tinha sido atacada diretamente pela crise.

Politicamente, as elites urbanas, estavam marginalizadas pelo poder, o Estado, por sua vez, assume as rédeas do processo de desenvolvimento interno, com medidas protecionistas da atividade econômica nacional, promovendo a acumulação de capital, pensando em um modelo substitutivo. Nesse contexto, surge o Estado Desenvolvimentista, trazendo em seu bojo, o centralismo, o autoritarismo, o nacionalismo e o populismo.

No Brasil, esse modelo desenvolvimentista/reformista¹⁰ é iniciado no segundo mandato de Getúlio Vargas (1951-1954) e se estende ao mandato de Juscelino Kubitschek (1955-1960). Nesse período, o governo assumiu ações empresariais diretas, programando e executando investimentos. O ponto alto desse modelo de desenvolvimento foi ao final da década de 1950, através da execução do Plano¹¹ de Metas de Juscelino Kubitschek com o objetivo de expandir e diversificar a indústria brasileira, contando com a participação do Governo Federal, do capital nacional privado e do capital estrangeiro para os investimentos no campo energético, transportes, insumos básicos, comunicação e indústria de base (MOESCH, 2008).

¹⁰ O modelo desenvolvimentista/reformista consistia em 31 metas que contemplavam seis setores essenciais: energia, transportes, educação, indústria de base, siderurgia e a construção de Brasília (MOESCH, 2008).

¹¹ Plano pode ser definido como “conjunto de ações ou intenções, objetivos e outros, relacionados num esquema lógico com o propósito de intervir na comunidade com respeito a uma situação de maior alcance”.

Como consequência dessa política de desenvolvimento, teve início a organização do planejamento de forma macro, com elaboração de planos, programas e projetos por parte dos organismos governamentais. O Plano Trienal (1963-1965) já num contexto do Golpe Militar que iniciou em 1964 e perdurou até 1973, num modelo chamado Nacionalista Reformista, acenou com a possibilidade de reduzir as disparidades regionais.

Diante desse cenário, o turismo foi elencado como uma importante estratégia para proporcionar o crescimento econômico no país, não por acaso é desta época, a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), através do Decreto Lei nº 55 de 18/11/1966.

Apesar de não ter se estabelecido uma política de turismo no país, essa possibilidade de alcançar o crescimento econômico através do turismo sem dúvida, iniciará um processo de implementação de planos turísticos que irão lançar as sementes para que se transforme de fato, em uma Política Pública.

No Brasil, as primeiras iniciativas do Estado para estabelecer ações intervencionistas relativas às políticas de Turismo ocorreram a partir de 1939, com a criação do Decreto Lei nº 1.915 de 27 de novembro de 1939, que criou a Divisão de Turismo, que é considerada o primeiro organismo oficial de turismo, em nível federal.

Como essa trajetória de organização das Políticas Públicas teve início a partir de 1939 e entre recuos e avanços, culminou com a criação do Ministério do Turismo em 2003.

Segundo Cruz (2002, p. 44), o Decreto Lei nº 1.915:

Amplia o significado do turismo para a Administração Pública Federal. Pela primeira vez um diploma legal demonstra explícita preocupação com o conjunto dos serviços relativos ao turismo interno e externo, não mais se restringindo a legislar apenas sobre a venda de passagens ou sobre o funcionamento de agências de viagens e turismo.

O contexto político-econômico também era favorável para que o turismo recebesse atenção do governo federal, o governo de Getúlio Vargas instituiu diversas medidas como o salário mínimo, férias remuneradas, diminuição das jornadas de trabalho, além da CLT, o que fez com que lazer fosse também motivo de intervenções estatais.

É necessário, também rememorar, que o momento político-institucional apesar de promover mudanças e benefícios sociais à população, apresentava ainda, uma forte centralização político-administrativa com discursos e ações carregadas de autoritarismo.

Outras ações e órgãos foram criados sucessivamente, em diversas tentativas de se estabelecer uma Política de Turismo, a exemplo da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR)-1958, Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) e Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR)-1966, o Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR)-1971, o

Departamento de Aviação Civil (DAC)-1976, destaca-se também que o Turismo já era um assunto que motivava diversas pesquisas, estudos e análises, sendo em 1971, a criação da primeira Faculdade de Turismo no Brasil, no Anhembi-Morumbi em São Paulo. Colocando o turismo, definitivamente em pauta no meio acadêmico, assim como no tocante às Políticas Públicas.

Ademais, é importante destacar o Decreto Lei nº 55/66, em seu Artigo 1º que define a Política Nacional de Turismo como “atividade decorrente de todas as iniciativas à indústria do turismo, sejam originárias do setor privado ou público, isolados ou combinados entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento econômico do país. Referido Decreto-lei, que define o conceito de Política de Turismo, criou o Conselho Nacional de Turismo, a EMBRATUR e ainda delegou ao Ministério de Relações Exteriores, funções ligadas ao Turismo, que segundo Cruz (2002, p. 51) foram definidas da seguinte forma:

Ao Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) coube, entre outras atribuições, formular as diretrizes a serem obedecidas na política nacional de Turismo (Decreto-Lei nº 60.224/67, art. 6º).

A EMBRATUR caberia, por sua vez, estudar e propor ao CNTUR os atos normativos necessários à promoção da política nacional de turismo e, bem assim, aqueles que digam respeito ao funcionamento (Decreto Lei nº 60.224/67, art.20º).

O Ministério das Relações Exteriores, outro vértice do triângulo que compunha o Sistema Nacional de Turismo, tinha como atribuição a divulgação do turismo nacional no exterior, por meio de suas tarefas diplomáticas (Decreto Lei nº 60.224/67, art. 7º).

No entanto, mesmo com as tentativas de estabelecer uma Política de Turismo, essa ação efetivamente não foi concretizada de imediato e nem mesmo com a criação desses órgãos, pois suas atividades se resumiam em ações pouco eficazes e não conseguiam fortalecer o turismo como prioridade para o governo com investimentos significativos, além de haver uma forte centralização política na EMBRATUR.

A EMBRATUR sofreu alteração em sua denominação, a partir da Lei de nº 8.181 de 28 de março de 1991, passando a se chamar Instituto Brasileiro de Turismo, sendo agora uma autarquia, e vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República e com a finalidade de “formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional de Turismo”. Apresenta-se o Quadro 5, com o resumo da criação dos principais órgãos e políticas de turismo:

Quadro 5 – Cronologia das Políticas Públicas de Turismo no Brasil

Implementação Cronológica das Políticas Públicas de Turismo	
1958	Comissão Brasileira de Turismo – COMBRATUR
1966	Conselho Nacional de Turismo – CNTUR e Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR
1971	Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR
1976	Departamento de Aviação Civil- DAC
1988	O turismo é citado na Constituição Brasileira em seu art.180, no qual se atribui responsabilidades iguais a todos os níveis governamentais.
1992	Plano Nacional de Turismo – Governo Collor
1993	Lançamento diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo
1994	Plano Nacional de Municipalização de Turismo – PNMT – Governo Itamar Franco
1994	Implantação do PRODETUR – NE
1996	Política Nacional de Turismo: Diretrizes e Programas – Governo Fernando Henrique
1997	Instalação dos Comitês “Visit Brasil”, investimentos em promoção no exterior.
2003	Criação do Ministério do Turismo – MTUR
2003	Criação do Plano Nacional de Turismo (2003-2007)
2004	Implantação do Programa de Regionalização Turística – Roteiros do Brasil

Fonte: Beni (2006). Adaptado pela autora.

Importa destacar, que essas Políticas muitas vezes, não chegaram a se cumprir de fato, a exemplo do “Plano Nacional do Governo Collor, que por apresentar um governo com forte instabilidade, o presidente acabou sofrendo afastamento antes do término do mandato. E outro destaque, é relevante fazer acerca das Políticas de Turismo, estarem alocadas em departamentos ou Ministérios que não gerenciavam especificamente o turismo, razão pela qual houve um longo período até que houvesse uma política setorial de turismo, o que só veio a ocorrer em 2003, com a criação do Ministério do Turismo.

O Governo Fernando Henrique alicerçou a criação da Política de Turismo, quando em 1996, criou o documento Política Nacional de Turismo: diretrizes e programas – 1996/1999, sua execução ficaria a cargo do Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo, através da EMBRATUR e também pela iniciativa privada. Essa Política tinha cinco macro estratégias: implantação de infraestrutura básica e turística; capacitação de recursos humanos para o setor, modernização da legislação, descentralização da gestão do turismo e a promoção do Turismo no Brasil e no Exterior.

Havia, sem dúvida, um caminho favorável ao desenvolvimento do turismo e uma sinalização de que o mesmo entrava na pauta governamental, mesmo que ainda sem Ministério próprio e ligado a outro órgão, ao final do Governo Fernando Henrique foi divulgado um balanço declarando que as metas traçadas foram superadas, tendo o setor turístico contribuído com a geração de emprego e renda e com o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas.

A implantação da Política de Turismo no Brasil só se consolidou de fato com a criação do Ministério do Turismo em 2003, pelo Governo Lula, quando foi considerado como política estruturante do modelo de desenvolvimento e distribuição de renda.

Conforme está contido em Brasil (2003, p. 11):

A criação do Ministério do Turismo atende diretamente a uma antiga reivindicação do setor turístico. O Ministério, como órgão da administração direta, terá as condições necessárias para articular com os demais Ministérios, com os governos estaduais e municipais, com o poder legislativo, com o setor empresarial e a sociedade organizada, integrando as políticas públicas e o setor privado. Desta forma o Ministério cumprirá com determinação um papel aglutinador, maximizando resultados e racionalizando gastos. A estrutura do Ministério é composta por órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro, além dos seguintes órgãos finalísticos:

a) Secretaria de Políticas de Turismo: compete precípuamente “ a formulação, elaboração avaliação e monitoramento da Política Nacional do Turismo, de acordo com as diretrizes propostas pelo Conselho Nacional do Turismo”, bem como articular as relações institucionais e internacionais necessárias para a condução desta Política. **b) Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo:** compete realizar ações de estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivos, de fomento, de promoção de investimentos em articulação com os Programas Regionais de Desenvolvimento, bem como apoiar e promover a produção e comercialização de produtos associados ao turismo e a qualificação dos serviços.

c) Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR: Autarquia que tem como área de competência a promoção, divulgação e o apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos do país no exterior.

d) Conselho Nacional do Turismo: órgão colegiado de assessoramento, diretamente vinculado ao Ministro do Turismo que tem como atribuições “propor diretrizes e oferecer subsídios técnicos para a formulação e acompanhamento da Política Nacional do Turismo”. Esse Conselho é formado por representantes de outros Ministérios e Instituições Públicas que se relacionam com o turismo e das entidades de caráter nacional , representativas dos segmentos turísticos. O Ministério tem como desafio conceber um novo modelo de gestão pública, descentralizada e participativa, atingindo em última instância o município, onde efetivamente o turismo acontece. (Grifo nosso)

4.2.1 Políticas Públicas de Turismo no Piauí

A organização dos órgãos oficiais de Turismo no Piauí teve início em 1971, com a criação da Empresa de Turismo do Piauí (PIEMTUR), que desenvolveu ações incipientes na tentativa de organizar o turismo no Estado, tendo sido extinta em 2005.

Na época o governador do Piauí, instituiu a PIEMTUR, tendo como presidente mais atuante o jornalista Renato Castelo Branco, que em 1975 foi eleito presidente da Comissão do Turismo integrado do Nordeste (CTI Nordeste), importante associação que atua no Nordeste e a partir disso conseguiu dar maior visibilidade ao Piauí.

Foi na sua gestão também que o Piauí, participou pela primeira vez de uma feira internacional de turismo, a Brasil Export, realizada em 1973, em Bruxelas. Apesar dos

escassos recursos designados à PIEMTUR, foi possível ainda a criação do Projeto Ceará, Piauí e Maranhão (CEPIMAR), Empresa de Turismo do Piauí (PIEMTUR), Empresa Cearense de Turismo (EMCETUR), Empresa Maranhense de Turismo (MARATUR), que propunha ações integradas de Turismo entre os Estados do Piauí, Maranhão e Ceará, após a extinção da PIEMTUR, foi criada a Secretaria Estadual de Turismo (SETUR), responsável por planejar e organizar as políticas públicas de turismo no Estado do Piauí.

A SETUR tem como missão fomentar o desenvolvimento do turismo piauiense de forma integrada e articulada com as esferas do Governo Federal, Estadual, Municipal, iniciativa privada e a sociedade civil, contribuindo para a melhoria da qualidade dos produtos e serviços turísticos e monitoramento da satisfação do turista. A Secretaria nasceu com a responsabilidade de alavancar o turismo do Estado através da qualificação, da valorização do produto local, da profissionalização do setor, da busca de novos empreendimentos e planejamento da infraestrutura.

Os núcleos indutores do turismo do Piauí, escolhidos para receber estratégias prioritárias de investimentos técnicos por parte do Ministério do Turismo, os 65 destinos indutores foram selecionados a partir de roteiros que já possuíam uma infraestrutura turística básica, com atrativos qualificados, capazes de atrair e distribuir visitantes às próprias cidades do seu entorno. Sob a gestão do Instituto Marca Brasil (IMB), o objetivo maior baseava-se na sensibilização e disseminação de conceitos e práticas de gestão e planejamento turístico, tendo como meta a construção de Planos de Ação focados no aumento da competitividade desses 65 destinos eleitos pelo Ministério do Turismo. Para isso, o IMB, coordenou a aplicação dos projetos direcionados para a capacitação de atores locais, fortalecendo a governança e promovendo a integração entre as regiões envolvidas. (BRASIL, 2010).

O Piauí foi contemplado com três núcleos indutores: Teresina, a capital do Estado; Parnaíba, situada na zona litorânea e São Raimundo Nonato, localizado no centro da caatinga na região oeste do Piauí.

O que consta nos documentos pesquisados, sobre como se deu o processo de implementação do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) no Piauí é que foram realizadas algumas ações prévias até que o mesmo começasse a ser de fato implementado nas regiões, como a organização do primeiro mapa de regionalização do Turismo, identificando 219 regiões turísticas com 3.203 municípios, contendo todas as unidades da federação. A partir desse desenho territorial de potencialidades para o turismo, foi iniciada a seleção das

regiões turísticas, de 219 regiões inventariadas, 134 foram selecionadas e destas foram apresentados 415 produtos, no 1º Salão do Turismo – Roteiros do Brasil. (BRASIL, 2004).

Gradualmente, foram acontecendo às implementações do PRT nas diversas regiões do País, no Estado do Piauí, o lançamento do programa ocorreu no dia 12 de agosto de 2008, 4 anos depois do PRT ser lançado como política nacional, evidenciando um processo bastante tardio em relação a outros Estados.

Em 2005, foram realizadas oficinas com a participação de representantes dos municípios interessados do Estado do Piauí tinham como objetivo decidir sobre a metodologia de dividir o Piauí em regiões turísticas, de acordo com a proposta da política de regionalização. O encaminhamento foi a identificação de 5 regiões turísticas num total de 86 municípios, a saber: Pólo Costa do Delta, Pólo Aventura e Mistério, Pólo Teresina, Pólo Histórico-Cultural e Pólo das Origens, onde está localizado o município de São Raimundo Nonato, objeto de análise deste trabalho. (BRASIL, 2010). Atualmente fazem parte das regiões turísticas do Estado do Piauí, sete Polos, conforme mostra a Figura 7, a seguir:

Figura 7 - Mapa das regiões turísticas do Estado do Piauí



Fonte: Piauí (2013)

Conforme consta no mapa acima, o Estado do Piauí está atualmente dividido em 07 regiões turísticas, a saber: Polo Costa do Delta, Polo Aventura e Mistérios, Polo das águas, Polo Teresina, Polo Histórico-Cultural, Polo das Origens e Polo das Nascentes. (PIAUI, 2013, p.10), com detalhamento a abaixo:

Polo Costa do Delta: Localizado no litoral do Piauí, o Polo Costa do Delta abriga a cidade de Parnaíba, considerada Destino Indutor por possuir maior estrutura e capacidade empresarial relacionada ao turismo. Além disso, é destacada pelo seu principal atrativo, o Delta do Parnaíba, que vem recebendo incentivo, divulgação e consequente visibilidade nacional, o que já está refletindo no aumento do seu fluxo turístico, especialmente por causa da Rota das Emoções, ação integrada dos estados do Ceará, Piauí e Maranhão. Além disso, recebe fluxos provenientes do Piauí e estados vizinhos motivados pelas praias. As cidades de Luís Correia e Cajueiro da Praia apresentam razoável estrutura turística para absorver esta demanda, porém, demonstram típica saturação em períodos de alta temporada. Surgem outras opções de ecoturismo e kitesurf que merecem atenção pelo seu grande potencial de atração de fluxo turístico com perfil especializado. Desse Polo fazem parte os seguintes municípios: Buriti dos Lopes, Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Correia e Parnaíba.

Polo Aventuras e Mistérios: O Polo Aventuras e Mistérios, o maior de todos no Piauí, em números, abrange 26 municípios. Em função dos inúmeros atrativos naturais existentes nesta região como Cânion do Rio Poty, o Parque Nacional de Sete Cidades, a Serra dos Matões, a Pedra do Castelo, várias cachoeiras, como a cachoeira da Lembrada (Buriti dos Montes), cachoeira das Arraias (Castelo do Piauí), e cachoeira do Salto Liso (Pedro II), o turismo em áreas naturais é o que mais tem se desenvolvido e fortalecido. Os municípios que fazem parte deste Polo são: Bom Princípio do Piauí, Cocal, Caraúbas do Piauí, Cocal dos Alves, São João da Fronteira, São José do Divino, Piracuruca, Brasileira, Piripiri, Lagoa do São Francisco, Castelo do Piauí, Novo Santo Antônio, Boqueirão, Domingos Mourão, Pedro II, Capitão de Campos, Cocal de Telha, Milton Brandão, Jatobá do Piauí, Sigefredo Pacheco, Juazeiro do Piauí, Buriti dos Montes, São João da Serra, São Miguel do Tapuio, Assunção do Piauí, Pimenteiras.

Polo das Águas: este Polo recebeu essa denominação pela beleza de suas lagoas, rios e cachoeiras. Mas é também dotada de rico patrimônio histórico e cultural. Em função da rica hidrografia existente, entre os segmentos turísticos potenciais mais expressivos apresentam-se o turismo de pesca, turismo náutico, turismo rural, turismo de aventura e ecoturismo. Desse Polo fazem parte os municípios de: Barras, Boa Hora, Cabeceiras do Piauí, Campo Largo do Piauí, Caxingó, Esperantina, Joaquim Pires, Joca Marques, Luzilândia, Madeiro, Matias Olímpio, Porto, Morro do Chapéu do Piauí, Murici dos Portelas, Nossa Senhora dos Remédios e São João do Arraial.

Polo Teresina: apresenta destaque no Estado por fazer parte dele a capital Teresina, que naturalmente possui uma estrutura mais desenvolvida que as demais cidades componentes. Apesar da grande diferença encontrada com relação à estrutura turística, as demais cidades apresentam atrativos de grandes diferenciais e que agregam muito valor à visitação. Na verdade, trata-se de diferentes perfis de turistas (em geral, na capital – turista de negócios e nas demais cidades – motivados pelo turismo rural), mas que podem ser complementares se os seus produtos turísticos forem bem divulgados e comercializados. Para tanto, o Polo Teresina conta com o Roteiro Caminho Entre Rios criado em 2009 e que envolve as cidades de Teresina, União, José de Freitas, Altos, Campo Maior e os municípios do Polo Aventura e mistério: Castelo do Piauí e Buriti dos Montes. Trata-se de um roteiro baseado no turismo rural que se mostra bem estruturado, com a participação ativa do empresariado local e que revela ao turista os valores e costume do povo rural do Piauí. Os municípios que fazem parte desse Polo são: Alto Longá, Altos, Barro Duro, Beneditino, Campo Maior, Coivaras, Currinhos Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Alves, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Novo Santo Antônio, Pau D'Arco do Piauí, Nossa Senhora de Nazaré, Santa Cruz dos Milagres, Teresina e União.

Polo Histórico Cultural: esse Polo é formado por 21 municípios localizados na região Centro Sul do Estado. A cidade de Oeiras ganha destaque nessa região pelo seu rico patrimônio histórico-cultural, por a mesma ter sido a primeira capital do Estado. Em muitas cidades dessa região, como Floriano e ainda Oeiras, o turismo religioso se destaca, e a religiosidade é muito presente na população destes dois municípios em especial no período da Semana Santa. Os municípios que fazem parte

desse Polo são: Amarante, Arraial, Barra D'Alcântara, Cajazeiras do Piauí, Dom Expedito Lopes, Floriano, Francisco Ayres, Guadalupe, Ipiranga do Piauí, Jerumenha, Nazaré do Piauí, Novo Oriente do Piauí Oeiras, Picos, Santa Rosa do Piauí, Santana do Piauí, São João da Varjota, Tanque do Piauí, Valença do Piauí e Várzea Grande.

Polo das Origens: o Polo das Origens possui no Parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, o seu maior atrativo, que é também outro grande diferencial competitivo do Estado e é o foco principal de divulgação internacional do Piauí pelo Ministério do Turismo. Este destino apresenta excelente estrutura relacionada à visitação no Parque. A cidade é adequada para hospedagem, alimentação e entretenimento noturno, porém, precisa ainda desenvolver mais estruturas e qualificação relacionadas aos meios de hospedagem, alimentação, receptivo e seus serviços, especialmente por causa da expectativa de crescimento do turismo e do grande potencial para se trabalhar com o público internacional. Outro aspecto crucial para o desenvolvimento do turismo é a melhoria dos acessos entre a capital, pelo norte da Bahia, e também o acesso interno, especialmente para o Parque Nacional da Serra das Confusões. Os municípios que fazem parte desse Polo são: Anísio de Abreu, Bonfim do Piauí, Brejo do Piauí, Campo Alegre do Fidalgo, Canto do Buriti, Caracol, Coronel José Dias, Dirceu Arcoverde, Dom Inocêncio, Fartura do Piauí, Guaribas, João Costa, Jurema, São Braz do Piauí, São João do Piauí, São Lourenço do Piauí, São Raimundo Nonato, Tamboril do Piauí, Várzea Branca.

Polo das Nascentes: esse Polo recebeu esse nome por possuir grande riqueza em seu lençol freático, com águas subterrâneas e poços jorrantes que formam piscinas naturais de águas límpidas. O portão de entrada para as nascentes é o município de Corrente. A área possui grande potencial para o ecoturismo e é de grande valor para a conservação da biodiversidade. A região do Cerrado piauiense é exemplo pelo desenvolvimento da agricultura, tendo potencial para o agroturismo, turismo rural e turismo de negócios e sempre atrai turistas de todo o Brasil, alguns inclusive deixam de ser turistas e passam a ser habitantes da região chegando a comprar terras neste local. Por esse motivo a cultura local está se mesclando com outras, como a gaúcha. Os municípios que fazem parte desse Polo são: Cristalândia do Piauí, Sebastião Barros, Parnaguá, Corrente, Riacho Frio, São Gonçalo de Gurguéia, Barreira do Piauí, Gilbués, Monte Alegre, Redenção de Gurguéia, Bom Jesus, Santa Filomena, Baixa Grande do Ribeiro, Currais, Santa Cruz, Cristino Castro, Palmeiras do Piauí. (Grifo do autor)

No Plano Diretor de Desenvolvimento do Turismo do Piauí elaborado pela Fundação Centro de Pesquisas Econômicas Sociais do Piauí (CEPRO), consta os principais destaques do Estado referente ao Turismo, de acordo com Fortes, (2001, p. 5):

Há, pelo menos, três pontos que nos diferenciam dentro do Nordeste. A princípio, a nossa capital está no interior, e não no litoral. [...] Logo temos um original pólo turístico interior, impulsionado pela grande área de influência comercial de Teresina. [...] Outro ponto de diferenciação está no litoral do Piauí. [...] pouco extenso, mas é lá que se localiza, o único Delta do País, num espetáculo de rara beleza, [...] algo extremamente significativo e diferenciado é o nosso potencial arqueológico. [...] As Serras da Capivara e das Confusões nos colocam em definitivo no mapa da discussão em termos de turismo arqueológico.

No discurso do Presidente da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas Sociais do Piauí (CEPRO), o aspecto diferenciado e de destaque que é dado ao turismo arqueológico a ser planejado e desenvolvido no Piauí, tanto é relevante esse destaque que ao mesmo tempo em que foi lançado o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico do Piauí, foi também lançado o Plano Diretor de Desenvolvimento do Turismo Arqueológico do Piauí, em 2000.

Mas que infelizmente, não foi levado a efeito, não conseguindo estabelecer as metas de forma eficaz como previstas no Plano.

As ações que foram realizadas no Parque Nacional da serra da Capivara, de planejamento, organização e visitação, foram implementadas pela Fundação do Homem Americano (FUMHDAM), com aportes financeiros do governo federal.

Após a implementação do PRT em 2005, foi elaborado em 2009 por uma consultoria designada e financiada pela Secretaria Estadual de Turismo, a Rouschmann Consultores de Turismo que elaborou o Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS) que tinha como objetivo estabelecer o Pólo das Origens, como um destino turístico competitivo, propondo um conjunto de projetos e ações que facilitem a solução dos problemas estruturais que afetam o desenvolvimento do turismo na região, aumentem a competitividade de seus produtos e atrativos turísticos, e promovam o desenvolvimento da região de forma sustentável, criando um ambiente favorável ao investimento privado e ampliando as oportunidades de geração de empregos e renda à população local. (PDITS, 2009.)

O Polo das Origens conforme consta no PRT, compreende a região Sudeste do Piauí, onde estão as Serras das Confusões e da Capivara, e os maiores achados do patrimônio arqueológico do Estado, fazem parte desse Polo, os municípios de Anísio de Abreu, Bonfim do Piauí, Brejo do Piauí, Canto do Buriti, Caracol, Coronel José Dias, Dirceu Arcoverde, Dom Inocêncio, Fartura do Piauí, Guaribas, João Costa, Jurema, São Braz do Piauí, São João do Piauí, São Lourenço do Piauí, São Raimundo Nonato, Tamboril do Piauí e Várzea Branca.

A relevância dos achados arqueológicos não se limitaram somente ao conhecimento da população do Piauí, mas chamaram à atenção do mundo, quando arqueólogos de renome internacional se dispuseram a empreender esforço, no sentido de estudá-las, como enunciado abaixo:

As pinturas rupestres do PARNA da Serra da Capivara despertaram o interesse de pesquisadores, principalmente de Niéde Guidon em 1963, porém somente em 1970, quando a arqueóloga veio da França para o Brasil em uma missão de estudos arqueológicos passou pelo Piauí com o objetivo de conhecê-las. A partir deste conhecimento decidiu “batalhar para criar uma missão arqueológica com o objetivo único de estudar essa região” (GUIDON (2003 apud PDITS, 2009, p. 22).

O PDITS, (2009, p. 22) descreve que:

Segundo a pesquisadora, as primeiras missões documentaram as pinturas rupestres e buscaram dados sobre a região. Essa pesquisa bibliográfica demonstrou que ninguém havia ainda estudado e que nada se sabia sobre a mesma, nem sobre as bases físicas, nem sobre fauna e flora. Em 1978, a equipe tornou-se interdisciplinar

para que se pudesse estudar a evolução do clima e da paisagem. Também foram estudados os vestígios dos povos que realizaram as pinturas e nesta época, foi solicitada a criação do Parque para a proteção deste patrimônio.

Apesar da implementação dos planos estratégicos para desenvolvimento do turismo, plano estratégico voltado para o turismo arqueológico, do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) até a elaboração do PDITS especificamente para o Polo das Origens, observou-se que suas ações têm apresentado resultados incipientes, provocados pela desarticulação política, falta de investimentos na região, que deixam um patrimônio arqueológico com importância mundial relegado, praticamente à insignificância.

O turismo arqueológico sem dúvida viria a ser razão de um modelo de desenvolvimento local, mas o que é possível identificar é que a indicação do município como indutor regional foi baseado em sua potencialidade e não nas reais condições de seu impulsionamento como indutor de uma região com contradições tão gritantes, de um lado um patrimônio arqueológico só comparado as grutas do Vézere (Lascaux) na França, e de outro apresentando indicadores de Índice Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,66, um dos piores do Brasil.

5 TRILHA METODOLÓGICA DA SERRA DA CAPIVARA

Este estudo tem como lócus de pesquisa, o destino indutor de São Raimundo Nonato, localizado no Estado do Piauí, um dos municípios que fazem parte do Parque Nacional da Serra da Capivara¹², portão de entrada para o Parque, e que busca compreender, qual a percepção dos moradores das comunidades dos Assentamentos de Novo Zabelê I, Nova Jerusalém e Barreirinho sobre o Turismo Arqueológico e Desenvolvimento Local para as mesmas.

Para execução do trabalho escolhemos a pesquisa qualitativa, pois esta é apropriada para analisar a complexidade da realidade - que é dinâmica - como requer as ciências sociais, conforme constatado com Minayo (1994, p. 22):

A pesquisa qualitativa foi utilizada neste estudo porque responde a questões particulares, preocupando-se com as percepções de um nível de realidade que não pode ser quantificado e possibilitando o aprofundamento no mundo dos significados e das ações e relações humanas mostrando-se adequada porque permite descrições detalhadas de fenômenos, comportamentos, apreensão das impressões ou representações diretas das pessoas.

Fica enfatizado em Minayo (1994) que ao fazer uso da pesquisa qualitativa, vamos captar dos sujeitos ou narradores, diversas percepções que não seria possível realizar com outro tipo de abordagem, interpretações quantificáveis não seriam suficientes nem tão pouco responderiam à problematização da investigação.

Esse aspecto da pesquisa qualitativa fica evidente também em Goldenberg (2004, p. 14), “a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.”, o que acaba respondendo ao anseio de aprofundar nas pesquisas em Turismo e em vários outros campos de investigação das Ciências Sociais.

Realizamos um estudo de natureza exploratória e interpretativa como preconiza Geertz “descrição densa” e os textos desbotados provisórios que interpretamos como de segunda mão, já a primeira interpretação é sempre dos sujeitos, identificamos os informantes chaves para realizarmos as entrevistas nas comunidades locais que foram sujeitos da História, na época que a Serra da Capivara foi categorizada como Parque Nacional e habitavam dentro

¹² O Parque Nacional da serra da Capivara é uma unidade de conservação brasileira de proteção integral à natureza, localizada nos municípios piauienses de Canto do Buriti, Coronel José Dias, São João do Piauí e São Raimundo Nonato. (FORTES, 2016).

da Parque e hoje vivem em Assentamentos localizados em São Raimundo Nonato e uma comunidade de Coronel José Dias.

Procedemos uma entrevista semi-estruturada para registrar as falas dos sujeitos, conforme a singularidade de cada um, foram realizadas três entrevistas (Apêndices A, B e C). Demo (1995) define a entrevista semi-estruturada como a atividade científica que permite ao pesquisador descobrir a realidade. A reafirmação dessa definição também está em Minayo (1994) que defende ser o fenômeno que permite aproximarmos os fatos ocorridos na realidade da teoria existente sobre o assunto analisado, a partir da combinação entre ambos

A escolha desses sujeitos não se deu de forma aleatória, a escolha do morador da comunidade de Barreirinho, localizada em Coronel José Dias, se deu por conta de se tratar do primeiro guia que acompanhou a Expedição Franco Brasileira, nas primeiras incursões da Dra. Niéde Guidon na Serra da Capivara, a escolha do morador do Assentamento Nova Zabelê I, se deu por ele ser um remanescente da comunidade que habitava na Serra da Capivara antes de se tornar Parque e, a escolha da Guariteira (apelido “carinhoso” das agentes de Portaria do Parque Nacional), além de ser uma representante do sexo feminino, queríamos ouvir as impressões de alguém que tenha trabalhado no convívio do cotidiano do Parque.

O processo de transcrição das falas dos narradores, ou seja, a escrita de dados, procurando registrar a pronúncia real do informante, foi realizada pela própria pesquisadora de modo a deixá-la mais fiel possível. Para Meihy (1990, p. 28):

Há três formas de se portar face às transcrições: 1) tradicional, que implica fidelidade absoluta ao que foi dito, 2) conciliatória, que estabelece uma média entre o que foi dito e o que foi vertido em documento, e 3) livre, técnica que se rende às ideias e não às palavras.

Na segunda etapa, foram selecionados e analisados documentos institucionais, a fim de compreender os produtores do discurso a partir da análise documental de (CELLARD, 2012). Na terceira etapa, foram analisadas as falas das pessoas fontes da comunidade que participaram do processo de implantação da Serra da Capivara como Parque Nacional, segundo a Antropologia interpretativa de Geertz (1978, p. 15), e também fundamentado em seu conceito de cultura que nos diz:

O conceito de cultura que eu defendo é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”

5.1 O Locus do Trabalho - O município de São Raimundo Nonato do Estado do Piauí

O município de São Raimundo Nonato, historicamente, teve seu processo de ocupação marcado por uma luta entre os desbravadores da região (vindos de outras capitânicas), chefiados pelo fazendeiro português Domingos Afonso Mafrense. Coube a ele iniciar a penetração para o Oeste, em busca do sertão de dentro, depois foi realizada ocupação de toda região sul do território piauiense. Após sua morte as regiões onde estavam localizadas suas fazendas foram doadas aos jesuítas, os religiosos então construíram uma casa dando-lhe o nome de Sobrado da Conceição, a partir desse momento, colonos, aventureiros, viviam em permanente tensão com a tribo dos tapuias, que também habitavam naquela região

O governador D. João Amorim Pereira, da Capitania do Piauí ordenou a José Dias, conhecido por comandante Zé Dias, que conquistasse a região do atual município de São Raimundo Nonato, na qual estavam em litígio, índios, aventureiros e colonos e dividisse às terras ocupadas entre os integrantes de sua tropa.

Por Decreto da Regência do Império, em 1832, foi considerado distrito eclesiástico num lugar chamado “Confusões”. Quatro anos depois foi transferido para Jenipapo, onde prosperaria um núcleo, dedicado à lavoura e à pecuária. Alcançou a categoria de Vila em 1850. Só veio a adquirir status de cidade em 1912. (RODRIGUES, 2012, p. 258).

Em 1912, São Raimundo foi elevado à categoria de município, teve população estimada de 33.802 habitantes, apresenta-se como maior produtor de caprinos do Estado, faz parte da Microrregião que leva o nome do município. Caracterizado por um clima semiárido, com bioma predominante da caatinga, sua economia se sustenta, predominantemente, do setor de serviços. (IBGE, 2015). Esse município apresenta-se com forte potencial turístico, pois lá estão localizados a Serra da Capivara, Museu do Homem Americano, e ainda a Serra das Confusões, ainda não estruturada para visitação conforme mapa da Figura 8, a seguir:

Figura 8 – Mapa do Piauí



Fonte: <<http://www.wordpress1.br>> Acesso em: 15 jun. 2017

Por sua localização estratégica e também por ser a cidade mais desenvolvida dentre as quatro que o Parque Nacional da Serra da Capivara faz parte, e com infraestrutura adequada de atendimento aos visitantes, São Raimundo Nonato é uma cidade importante para apoiar o desenvolvimento do turismo arqueológico na região, conta com hotéis, restaurantes, linhas de ônibus diárias e recentemente inaugurou o aeroporto. Tem festejos em julho do Santo Padroeiro da cidade e já teve o melhor carnaval do Piauí, além de contar com seus atrativos culturais.

Abaixo as Figuras 9, 10 e 11 apresentam alguns pontos de visitação da cidade de São Raimundo Nonato, no Alto Cruzeiro localiza-se restaurante com cervejas importadas e sanduíches artesanais, na outra figura os letreiros de São Raimundo Nonato, que também ficam no Alto do Cruzeiro, ponto mais alto da cidade. Temos ainda a fachada da Igreja Matriz de São Raimundo Nonato, onde são realizadas tradicionais novenas em homenagem ao Santo Padroeiro da cidade.

Figura 9 -Alto do Cruzeiro



Fonte: Portal SRN (2017)

Figura 10 – Letreiros de São Raimundo



Fonte: Portal SRN (2017)

Figura 11 -Fachada da Igreja da Matriz de São Raimundo Nonato



Fonte: Portal SRN (2017)

5.2 O recorte territorial do estudo – Parque Nacional da Serra da Capivara

Este estudo tem como recorte territorial o Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado na região Nordeste, no sudeste do Piauí, se constitui na maior área de pinturas rupestres da América Latina, conforme descrição abaixo:

Criado em 1979 para preservar vestígios da mais remota presença do homem na América do Sul. Subordinado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) [...] em 1993 passou a constar no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN). A área faz parte de um dos 63 parques nacionais do Brasil e está entre as dez que protegem a caatinga, sendo constituída de 40% da caatinga protegida no país (IPHAN, 2016).

Área de maior concentração de sítios pré-históricos do continente americano foi tombado em 13 de dezembro de 1991 pela Organização das Nações Unidas para Educação,

Ciência e Cultura (UNESCO) como Patrimônio Cultural da Humanidade. Contém a maior quantidade de pinturas rupestres do mundo. Estudos científicos confirmam que a Serra da Capivara foi densamente povoada em períodos pré-históricos. Os artefatos encontrados apresentam vestígios do homem há 50.000 anos, os mais antigos registros na América. Existem atualmente 737 sítios arqueológicos catalogados onde foram encontrados artefatos líticos, esqueletos humanos, pinturas rupestres com aproximadamente 30.000 figuras coloridas, que representam cenas de sexo, de dança, de parto, entre outras. (RODRIGUES, 2012).

Diante desse contexto, de um lado está São Raimundo Nonato com um potencial de atratividade relevante e políticas de turismo organizadas em torno do PRT, as expectativas foram geradas em torno do crescimento e desenvolvimento local com a efetivação do referido Programa.

Abaixo as Figuras 12 e 13 mostram o Parque Nacional da Serra da Capivara, a primeira, representa uma das imagens mais simbólicas da Serra, e a segunda, um momento de visitação, onde observa-se pela imagem que o Parque está estruturado para receber turistas que necessitam de acessibilidade diferenciada.

Figura 12 – Pintura rupestre



Fonte: Fumdhan (2017)

Figura 13 – Visita guiada na Serra da Capivara



Fonte: Fumdhan (2017)

Segundo Rodrigues (2012):

O sítio de Pedra Furada, também localizado no Parque, foi encontrado na década de 1960. Vem sendo estudado desde o início da década de 1970, por uma equipe de estudiosos coordenada pela arqueóloga Niède Guidon. A equipe de

arqueólogos, pesquisa supostos vestígios da presença humana, que teriam entre 48 a 40 mil anos. No local, foram encontrados além de pinturas rupestres, instrumentos de pedras lascadas, vestígios de fogueiras e cacos de cerâmicas de diferentes épocas. Submetidos ao Carbono 14, esses indícios foram datados em até 50 mil anos. Portanto, as pesquisas arqueológicas dirigidas por Niède Guidon, sugerem que os homens pré-históricos habitavam o Brasil há, aproximadamente, 50 mil anos.

No Boqueirão da Pedra Furada, Figura 14, são realizados diversos eventos, apresentações teatrais, gravação de comerciais, exposições, e outras atividades artísticas e culturais, promovidas tanto pela comunidade, como pelos gestores do parque, e universidades que funcionam em São Raimundo Nonato.

Figura 14 – Boqueirão da Pedra Furada / Serra da Capivara



Fonte: Fumdhan (2017)

Uma outra atração, considerada fonte de renda que é fruto das pinturas rupestres encontradas nas pedras e cavernas na Serra da Capivara, é a produção de cerâmica conforme mostra a Figura 15, com a reprodução dessas imagens.

Figura 15 – Cerâmica que reproduz as pinturas rupestres da Serra da Capivara



Fonte: Fumdhan (2017)

Esse processo de fabricação da cerâmica teve início em agosto de 1994. A Cerâmica Serra da Capivara está localizada no povoado do Barreirinho, na área de entorno do Parque Nacional Serra da Capivara, no município de Cel. José Dias.

A motivação de sua criação foi possibilitar às pessoas que moravam na área de entorno uma nova atividade como fonte de renda, diminuindo, assim, a depredação do meio ambiente (fauna e flora característicos da caatinga) e do patrimônio cultural do Parque (pinturas rupestres e vestígios arqueológicos).

Desde o início, foi dado um treinamento para o pessoal do povoado e, ao longo dos anos, foi se fazendo uma seleção do pessoal. Atualmente, a cerâmica está gerando 28 empregos diretos, onde 22 deles são artesãos das localidades no entorno à cerâmica, ou seja, hoje são 22 famílias que tem seu sustento garantido a partir da comercialização das peças Cerâmica Serra da Capivara. É meta da empresa aumentar as vendas para aumentar a produção para gerar mais empregos. Além de toda a beleza e funcionalidade das peças Cerâmica Serra da Capivara, existe um valor social agregado que contribui com o desenvolvimento da região e protege o patrimônio cultural e ecológico do Parque Nacional Serra da Capivara. Todo funcionamento da cerâmica obedece à Legislação Ambiental vigente no país. No cenário nacional, hoje é a única empresa do ramo, que trabalha licenciado pela Defesa Sanitária. (CERÂMICACAPIVARA.COM, 2016).

A comercialização da cerâmica é consumida por visitantes e turistas do Brasil e do mundo, já produz para grandes lojas nacionais, como a Tok&Stok, grupo de Supermercados Pão de Açúcar, além de serem exportadas para outros países como Itália e França.

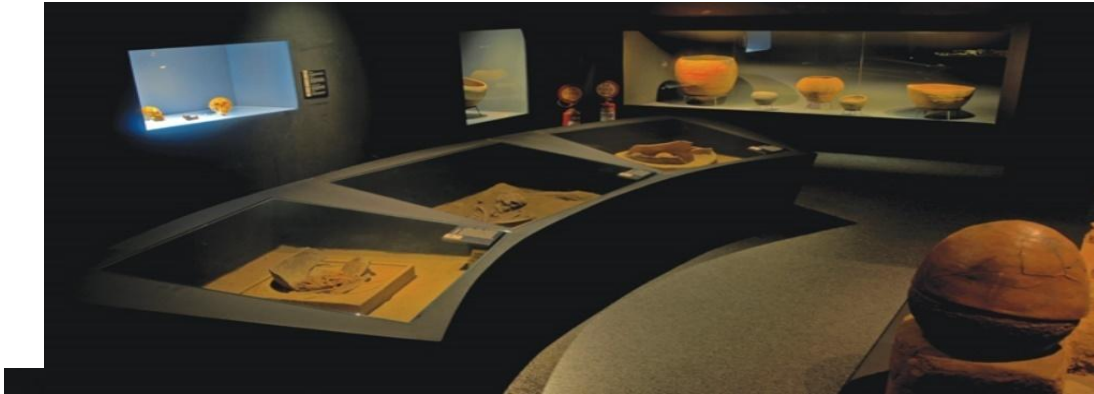
A gestão do parque é realizada desde 1981 pela Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), chefiado pela arqueóloga Niéde Guidon, que foi a responsável pela organização dos sítios arqueológicos em Parque Nacional, no ano de 1979, com base na legislação e requisitos do governo federal.

O Parque Nacional da Serra da Capivara se constitui no principal atrativo turístico de São Raimundo Nonato, motivo pelo qual esse município se tornou um destino indutor, que para o MTUR “destinos indutores são aqueles capazes de atrair e/ou distribuir significativos números de turistas para o seu entorno”. (BRASIL, 2004). Isso, quer dizer, que quando o MTUR adota um destino como indutor, está implícito que estes deveriam possuir infraestrutura básica e turística, caracterizando como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos.

O Museu do Homem Americano, está instalado na Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), localizada no município de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí, foi criado pelos pesquisadores de uma cooperação científica binacional (França-Brasil), cuja equipe formada por cientistas de diversos países trabalha nessa região desde 1973 debruçado no tema “O Homem no Sudeste do Piauí: da Pré-História aos dias atuais”.

No Museu estão expostos os resultados de 39 anos de pesquisas realizadas na região do Parque Nacional. Junto a ele, estão as reservas técnicas que abrigam as coleções de materiais arqueológico (Figura 16), paleontológico, zoológico e botânico, bem como os laboratórios e os serviços administrativos da instituição. A história do Homem, desde há 100.000 anos, até o momento da chegada do colonizador branco é retratada na exposição. (FUMDHAM, 2016).

Figura 16 – Exposição do material arqueológico do Museu do Homem Americano



Fonte: Fumdhan (2017)

Localizado na Caatinga, o Museu do Homem Americano, tem uma organização impressionante, criado com tecnologia de ponta, climatizado, possui 4 ambientes, painel interativo onde são exibidas as principais pinturas e seus significados, televisões mostram escavações feitas em parceria com a França na década de 70, acessibilidade, elevador, além de ser auto-explicativo, onde é possível contemplar e conhecer sem a necessidade de guias.

A Figura 17 mostra o painel interativo, com exibição da pintura arqueológica e reprodução do som, uma impressionante experiência para turistas, visitantes e comunidades.

Figura 17 - Painel Interativo do Museu do Homem Americano



Fonte: Fumdhan (2017)

Nesse cenário e com a diversidade de atrativos que São Raimundo apresenta, seria razoável que o desenvolvimento do turismo na região, pudesse ter avançado níveis significativos, no entanto, não é o que tem demonstrado as diversas avaliações realizadas pelo Mtur e pelas pesquisas de demanda turística desempenhadas na localidade.

6 O LUGAR DA COMUNIDADE DE SÃO RAIMUNDO NONATO DO ESTADO DO PIAUÍ NA IMPLANTAÇÃO DO TURISMO ARQUEOLÓGICO

Com a chegada da Expedição Franco Brasileira formada por arqueólogos em São Raimundo Nonato, sudeste do Piauí em 1973, começava a partir daí um novo momento para a arqueologia no Brasil e uma nova teoria para o processo de ocupação do homem americano no mundo. A expedição era chefiada pela paulista Niéde Guidon, com a participação das arqueólogas, Silvia Maranca e Águeda Vilhena de Moraes, dentre outros.

As pesquisas e descobertas foram realizadas a partir da década de 70, e ao final dessa mesma década a Serra da Capivara, foi organizada como Parque Nacional, através do Decreto nº 83.548, emitido pelo então Presidente da República João Figueiredo em 05 de junho de 1979.

A Serra da Capivara era povoada por uma comunidade, que convivia pacificamente com as pinturas rupestres, ainda que não compreendessem seus significados, se autodenominavam “guardiões” do local. A organização da Serra em Parque Nacional, deixou a comunidade do local temerosa, desorientada e frustrada pois teriam que sair da área da Serra e habitar em outro lugar indefinido, causando grande alvoroço àqueles moradores, as soluções para essas questões na época foram:

Três alternativas que se apresentavam para a resolução do problema dos moradores do Zabelê¹³

- a) indenização pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) (extinto em 1989) e saída da área;
- b) indenização pelo IBDF e reassentamento;
- c) permanência dos moradores na área do Parque como um enclave – foi, a primeira que se concretizou. (GODÓI, 1999, p. 35)

Nesse contexto, os moradores foram “indenizados” e assentados em localidades próximas a Serra da Capivara, assentamentos denominados Novo Zabelê I e II, Nova Jerusalém, Sítio do Mocó e Barreirinho, dentre outros.

Nesse trabalho serão destacados narradores que moram no Assentamento Nova Zabelê I, Barreirinho e Nova Jerusalém, um narrador de cada comunidade. (Apêndices A, B e C)

¹³ Zabelê – nome do povoado localizado na Serra da Capivara

6.1 Análise das narrativas - Comunidade de São Raimundo Nonato/PI

Serão apresentados neste Capítulo as falas dos três narradores, o primeiro narrador e mais antigo mateiro¹⁴, de 84 anos, tem como profissão maniçobeiro e ceramista, morador da comunidade Barreirinho primeiro guia da Dra. Niéde Guidon, em suas incursões no sertão do Piauí, na busca pelos primeiros sítios arqueológicos em 1973, o segundo narrador de 72 anos, maniçobeiro¹⁵ e agricultor, assentado no Novo Zabelê I, e a ex-guariteira¹⁶ do Parque, moradora do assentamento Nova Jerusalém.

Para proceder a análise usamos a Antropologia Interpretativa de Geertz (1978), como já descrito na Trilha Metodológica, e ainda faremos uso do aporte teórico-metodológico de Walter Benjamin¹⁷ quando nos fala do “narrador” e esclarece que:

A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos. Entre estes, existem dois grupos, que se interpenetram de múltiplas maneiras. A figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes esses dois grupos. “Quem viaja tem muito que contar”, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições [...]. (BENJAMIN, 1996, p. 198)

Ao decidirmos por esse tema, não queríamos tão somente realizar uma análise das políticas governamentais com base em planos, programas e projetos, ou entrevistar atores governamentais, pesquisadores, professores, considerando que temos diversas publicações, como livros, artigos dissertações, teses, elaborados sobre este assunto. Queríamos dar “voz” ao outro lado dessa trilha que se formou da Serra da Capivara a sua organização enquanto Parque Nacional, foram Histórias, lembranças, memórias, dores, perdas, frustrações, exclusão, tão comuns nesses processos e que muitas vezes não são captados pelas pesquisas científicas, acadêmicas, ainda que tenham um alto grau de profundidade e discussão. Às vezes, falta sensibilidade nas investigações científicas e algumas memórias não encontram lugar nesses trabalhos. O nosso objetivo era então ouvir e relatar nessa pesquisa essa percepção desses três narradores suas Histórias, emoções e porque não dizer, suas verdades que na maioria, das vezes tem escapado das “lentes” dos pesquisadores.

¹⁴ Mateiro: guia que anda na mata sem auxílio de instrumento de orientação.

¹⁵ Maniçobeiro: trabalhador remanescente da indústria da maniçoba.

¹⁶ Guariteira: apelido “carinhoso” dado as agentes de portaria do Parque.

¹⁷ O grande narrador tem sempre suas raízes no povo, principalmente nas camadas artesanais. Contudo, assim como essas camadas abrangem o estrato camponês, marítimo e urbano nos últimos estágios do seu desenvolvimento econômico e técnico, assim também se estratificam de múltiplas maneiras os conceitos em que o acervo de experiências dessas camadas se manifesta para nós. (BENJAMIN, 1996, p. 214).

Resolvemos então, buscar os pioneiros dessa empreitada da Dra. Niéde pelo sertão nordestino. Qual não foi a nossa sorte quando os localizamos, na comunidade de Barreirinho (em Coronel José Dias), o primeiro mateiro que acompanhou a “Missão Franco Brasileira dos Arqueólogos” que vieram para o Piauí, em 1973. No assentamento Novo Zabelê I, encontramos um maníobreiro um pouco mais jovem, mas com vasto acervo de lembranças guardados em sua memória! Por fim, localizamos a senhora que exerceu o ofício de guariteira do Parque, há uma questão especial acerca dessa função, só são contratadas mulheres para as guaritas do Parque, mesmo sendo um trabalho duro. Como apreciaremos na narrativa, não conseguimos, porém, achar a primeira guariteira mas localizamos uma que se dispôs a conversar conosco e colaborar com essa pesquisa.

Diante desse contexto, fomos ao encontro de cada um desses atores. O primeiro encontro aconteceu na manhã de domingo bem cedo, chegamos ao Assentamento Nova Jerusalém(Figura18), às 7h e fomos recebidos pela senhora ex-guariteira, e ao sermos apresentadas, ela me fez a primeira pergunta “pra que essa “entrevista”, após explicar o objetivo do trabalho, começamos a entrevista que se transformou numa conversa sobre seu antigo emprego no Parque da Serra da Capivara.

Ela era uma pessoa muito falante, extrovertida, resolvemos denominá-la “guariteira”,

“eu morava em São Raimundo e ficava admirada com a Dra, Niéde, vou estudar pra trabalhar com essa mulher, porque só trabalha com ela quem estuda, teve uma seleção no museu, mais de 80 mulheres e a Dra, foi dura no teste, teve teste de capina, torando os paus e 2ª etapa foi no Parque para roçar.”

A guariteira então, começou a trabalhar no Parque em janeiro de 2003, como nos conta “o salário era bom, mas o trabalho era duro, 15 dias direto de trabalho, no Gongo, muito isolado, longe dos filhos e da mãe.”

A guariteira narra que tinha muita pressão no trabalho, sempre com ameaças de perder o emprego “a Dra. dizia que ia colocar todo mundo para fora, pois não tinha verbas para manter o Parque” Tempos depois a guariteira conseguiu mudar de guarita e ficar num lugar “mais seguro dentro do Parque”

“fizeram um Curso da Universidade de Lavras em Turismo e mudei de guarita. Mas o trabalho continuou difícil segundo ela “estávamos sem segurança”, guariteiras dormiam no caldeirão¹⁸, havia muito medo, de onças, de violência, e a minha saída de lá se deu por conta de uma tentativa de invasão da guarita, depois disso 14

¹⁸É um reservatório de cimento para armazenar água. Quando estava vazio era um lugar que elas ficavam protegidas das onças.

guariteiras entregaram a carteira de trabalho, não queriam ter o mesmo fim da Evanir. (guariteira)¹⁹ que morreu defendendo o Parque.”

Observa-se segundo a fala da guariteira que trabalhar no Parque era uma tarefa difícil, sem segurança, em condições insalubres, sujeito à violência física (e até mesmo estupros), não havia guardas armados em quantidade suficiente dando apoio às guariteiras, tendo inclusive um caso de assassinato de uma guariteira, dentro da área do Parque. A nossa narradora ressaltou isso ao dizer “que o trabalho era sofrido, inseguro. Achava rastro de onça, avistava onças da guarita. As guariteiras tinham que se reunir para comprar o gás, depois pediram o fogão que foi descontado do salário.” (Informação verbal). Ou seja, nem o mobiliário do alojamento era garantido pela gestão do Parque da Serra da Capivara.

Sobre a situação da comunidade e o turismo arqueológico a narradora diz:

“a Dra. Niéde trouxe muitos benefícios, não tenho o que falar, distribuiu 30 casas, deu terreno com água encanada mas a maioria não quis, ajudou muito quem trabalhou com ela os turistas queriam saber tudo até onde a gente cozinhava, os condutores faziam um trabalho ruim de baixa qualidade, o próprio Parque não oferecia treinamentos sobre a História do Parque.”

A ex-guariteira nos serviu um café da manhã, com as comidas típicas do sertão do Piauí, e a conversa informal continuou, juntamente com sua família e nos levou ao seu quintal onde fez questão, de nos mostrar sua plantação de maracujá, que ela mesma plantou e ia comercializar, demonstrado todo o seu amor e necessidade da terra.

Figura 18 – Assentamento Nova Jerusalém, em São Raimundo Nonato



Fonte: Brasil (2010)

¹⁹ Em 2011, uma guariteira de nome Evanir, foi assassinada pelo seu próprio irmão, na guarita dentro do Parque no seu horário de trabalho, ao tentar impedir que ele fizesse caça na área do Parque. O criminoso foi julgado e condenado. Em homenagem a guariteira foi erguida uma estátua no Parque.

Figura 19 – Guarita do Parque Nacional da Serra da Capivara



Fonte: foto de André Pessoa. <<http://www.cidadeverde.com>>

Ao prosseguir com a coleta dos relatos, finalmente, encontramos o primeiro mateiro que acompanhou a Dra. Niéde em 1973, o senhor de 84 anos, hoje trabalha na Cerâmica Serra da Capivara na Comunidade do Barreirinho. Ao chegar na Cerâmica, avistei o senhor, aqui denominado mateiro, trabalhando na construção de uma peça de cerâmica, muito concentrado. Perguntei a ele se podíamos conversar, expliquei o trabalho que estava fazendo, ele prontamente, me levou para outra parte do lugar, um restaurante e começou a discorrer sobre o início de tudo, falou da sua infância

“eu morava perto das áreas do Parque, a gente se perguntava como fazia aqueles desenhos que nunca se apagavam. Falando dos caçadores, eles (os pais) diziam que os homens antigos que desenharam nas pedras, e dormiam nas **“tocas” (o mateiro chama de toca e não de sítios)** e muitos animais que não existem mais (desenhavam os animais que viam e alguns não existem mais)”. (grifo nosso).

O narrador chama de Toca o que seria o sítio arqueológico, demonstra um deslumbramento da sua infância como algo mágico sobre as pinturas resistirem ao tempo e aos homens que ali habitaram há 50 mil anos, desenharam sobre as pedras para registrarem suas vidas. Ao se referir a seus pais falam “eles e chamam de caçadores mostrando o distanciamento sobre o fazer deles.

Logo em seguida o mateiro, começou a falar da chegada da Dra Niéde,

“ela chegou a Drª em 1973, e fui o primeiro guia da Doutora, estou com 84 anos, eu nasci no Coronel Dias, nem era município, em homenagem a um velho que vivia aqui. Eu tô com 84 anos, sou da Vargem Grande, do dia 15/10/1932 .Eu escavei junto com a Drª era um trabalho delicado, e eu fui aprendendo ela, a Drª dizia que eu era mais inteligente que os estudantes dela. (risos).”

O mateiro tinha um amplo conhecimento sobre onde estavam situados os sítios arqueológicos, principais imagens, pinturas, cavernas e isso fez com que se tornasse o principal guia da Expedição de Pesquisas da Dra. Niéde, segundo o relato do mateiro,

“ela (a Dr^a) quando vinha ficava debaixo das algarobas, botamos umas estacas pra ela colocar a rede dela, que ela gostava de ficar olhando o céu, a lua e as estrelas. Servi a Dr^a, ela vinha em junho ficava de 3 a 4 meses e voltava porque morava em São Paulo (é francesa, mas morava em São Paulo). Aí ela deixava pra eu “descobrir”, as “tocas”, e me deixava essa tarefa, eu chamava os maníobeiros pra me ajudar nisso, aí quando ela vinha e me pagava pelas “tocas”, os serviços de escavação e me pagava pra guiá-la na Serra, onde tinha descoberto as tocas. Desvendou tocas em São João, Zabelê, Cambrai, Gongo.”

Nessa fala do mateiro evidencia-se o trabalho que realizava, localizar as “tocas”, percorrendo a área do Parque, recebia uma recompensa por isso e depois a equipe de pesquisa da Dra. Niéde, realizava o trabalho científico. O mateiro até o presente momento, refere-se, a Dra. como francesa, fato que é um equívoco, ela é paulista, nascida em Jaú, essa mensagem povoa o imaginário de quase todos os moradores de São Raimundo Nonato.

No que se refere à construção da Cerâmica e da Escola que funcionou na época da organização do Parque, o mateiro nos diz que,

“tinha uma escola grande, que só era feita, se a terra fosse doada, eu doe a gleba para fazer a escola, essa gleba era minha. Aí ela falou que a gente tinha como ganhar dinheiro, não sabia como ganhar. Aí a Dr^a mandou uns professores japoneses para ensinar a fazer a cerâmica, como eu era oleiro fazia telha, fui acompanhar o trabalho, aprender e ensinar a implantar a cerâmica. A terra da cerâmica fui eu que doe.”

A Cerâmica Serra da Capivara (Figura 20), ainda funciona até hoje, emprega 30 pessoas da comunidade, tem uma loja nesse mesmo local e um restaurante. É ponto de encontro para visitantes do Parque que param para fazer suas refeições, comprar cerâmica e conhecer mais da comunidade de Barreirinho.

Figura 20 – Cerâmica Serra da Capivara



Fonte: <<http://www.viajenaviagem.com>> Acesso em: 15 jun. 2017.

Apesar de ter doado às suas terras para a construção da Cerâmica Serra da Capivara em seu relato, ele não deixa claro sua participação de cotas, de algum percentual ao contrário, falou não muito animado que *“a cerâmica passou, foi vendida para outra pessoa Girleide.”* Mas o mateiro desconhece as condições dessa venda.

Ao ser perguntado sobre o que representa a Serra da Capivara ele respondeu:

“a Serra da Capivara já tinha esse nome, quando não era Parque, mas os pesquisadores chamam o Desfiladeiro. Para mim representa muita coisa, não imaginava que tinha tanta importância, mas vejo que tem dia que tenho 200 turistas por dia aqui, só pra visitar as tocas, e eu vim pra cerâmica tá com 23 anos, não sou mais maníobreiro há mais de 50 anos, quando ela (Dr^a Niéde) chegou.”

Por essa fala do narrador podemos afirmar que ele passou a compreender o que eram àquelas pinturas, mas principalmente, como tem muitos turistas interessados em conhecer o local e sua vida mudou, não é mais maníobreiro até porque ninguém vive mais da coleta da maníoba naquele local, é ceramista, e fala isso com muito orgulho mas ressalvamos que suas condições de vida são muito simples.

Ao ser perguntado como o mateiro se sentia em relação ao parque o mateiro respondeu:

“a Dr^a dizia que eu era “a mola mestra” do Parque. Me trouxe muita coisa boa. Os caçadores não querem que eu fique sabendo porque se não acham que eu conto pra Dr^a mas eu nunca “dedei” ninguém. Acho importante proteger, tem alguns homens no Parque que faziam “caeirás” e pegava fogo nas pinturas, mas não sabiam que tinha alguma importância, a Dr^a pediu pra eu dizer pra eles não fazerem mais isso porque era necessário “mil” e tantos anos para queimar uma “caeira” e desmatava a floresta toda, se não quando viesse um “neto” dele não sabia nem contar a história.”

Ficou explícito nessa fala do mateiro, sua satisfação em ser considerado pela Dra. “a mola mestra” do Parque, uma atribuição que poderia trazer além de peso sentimental, mais melhoria à sua vida como um todo. Até para retribuir todo o esforço do mateiro nas descobertas das “tocas” que foram extremamente significativas para organização do Parque Nacional e valorização desse “tesouro pré-histórico”.

Ao ser questionado sobre o turismo, se ele se sentia parte desse turismo, ele nos afirmou:

“aí onde eu vi que adiantou muito, se não a gente não ia ver tanta gente visitando as pinturas e comprando a cerâmica, o pessoal gosta muito, vinha “menino” de excursão aqui e também não tinha energia, e quando botou a escola aqui também arrumou a energia “pra aqui”. Só tinha energia em “Vargem Grande”. Acho que foi muito importante, porque a gente começou a ver movimento de “gente”, aqui tava ficando despovoado e todo mundo indo embora da cidade. Quando ela chegou, começou a voltar a gente pra cá de novo, tem aqui a cerâmica que tem umas 50 pessoas, e tem também a apicultura que ainda dá lucro, fábrica das camisetas, inventou um monte de coisas para as pessoas viverem, para não ter que destruir o

Parque. Então, foi bom, o turismo. Tem muita gente que me conhece em São Paulo, sem eu conhecer.”

Ficou claro na resposta do mateiro o contentamento com que ele, se refere às mudanças que foram feitas após a chegada da Dra. Niède, isto é, energia, oportunidade de trabalho. Não havia mais necessidade de sair da cidade, considera que o turismo foi bom e, fala com orgulho que se tornou conhecido, até fora do Piauí.

No entanto, sobre se a vida melhorou, o que mais chama a atenção é quando o mateiro afirma “Acho que melhorou porque esse pessoal aqui, o que ganha menos, ganha salário. Tem tempo que tem 300 pessoas trabalhando na conservação e limpeza. De vez em quando eu achava muita ‘toca’ mas fui **proibido** de ir lá”. (grifo nosso). O mateiro afirma que mesmo depois de ser ceramista, ainda ia para o Parque procurar “tocas” mas sua presença não foi mais permitida, o que representa um extremo contraste para alguém que foi o primeiro guia e que auxiliou na busca pela localização dos sítios arqueológicos no início da pesquisa da Dra Niède.

O mateiro resolveu responder sobre à questão da saída das famílias da Serra na ocasião do processo de organização em Parque Nacional, mas falou bem resumidamente,

“não tinha 60 famílias que moravam no Parque, mas as terras eram do Governo, aí ela indenizava as benfeitorias, e arrumou o povo no Zabelê Novo, e aí uns foram negociar em São Raimundo Nonato. Eu digo que eles só fizeram ganhar nessa estória, ganhavam casa e ficava numa boa. O povo aqui é tudo pobre.”

Na percepção do mateiro, as famílias que foram retiradas da Serra foram indenizadas e “ficaram numa boa”, mas ao mesmo tempo observa-se que mesmo com “as melhorias, turismo, Cerâmica e outras ações que vieram com a implantação do Parque não foram suficientes para proporcionar uma melhoria na qualidade de vida dessas comunidades, o mateiro mesmo afirma “*o povo aqui é tudo pobre*”, a partir dessa constatação, tem-se uma percepção clara do crescimento de visitantes no Parque, mas que o desenvolvimento local e distribuição de renda na comunidade continuou no mesmo nível, a escolaridade também não melhorou considerando que a escola foi fechada na comunidade, e o próprio mateiro mesmo com toda a importância para a História da organização do Parque é analfabeto como a maioria da população que está nos assentamentos nos arredores de São Raimundo Nonato e que foram retirados da Serra da Capivara.

O narrador continua a falar de vários assuntos sobre sua convivência com a Dra. Niède, suas viagens e visita a outros lugares a convite da Dra., conta histórias de seu avô e um relato triste que corrobora com a questão da falta de investimento na educação das comunidades remanescentes da Serra da Capivara “agora eu já acostumei a conversar com os

estudantes, **mas eu não queria porque sou analfabeto, digo palavra errada, mas eu dizia a eles pra tirar os erros, aí pra botar do jeito que for certo[...]**” (grifo nosso). A partir dessa constatação emerge a preocupação do próprio mateiro que conhece sua condição de analfabeto, suas limitações mas que pede aos estudantes e outros tantos pesquisadores que corrijam sua fala para não ficar errado.

“Às vezes eu até me lembro de outras coisas, às vezes, tem uns alunos de São Paulo que tem vez vem aí “assenta” no chão pra eu contar essas estórias “véias”, e essas coisas, mais logo, não tem quem saiba mais.” Nessa fala, percebemos que o mateiro reconhece a importância de contar as histórias por ser o mais antigo do lugar e que depois não vai mais ter quem conte, ele tem a memória desse passado, não é só ele, mas é um dos poucos do início.

Seguindo a trilha metodológica do trabalho, fomos em busca do terceiro narrador, no assentamento Nova Zabelê I, onde procuramos este senhor de 72 anos. Na manhã do dia 06 de maio, um sábado, chegamos a casa do senhor que nos recebeu sorridente e nos levou até o seu quintal, onde me apresentei e expliquei porque queria conversar com ele, e nos disse “antes de iniciar a entrevista, eu quero mostrar umas coisas daquela época, há mais de um século, o povo veio pra cá em busca de trabalho, na maniçoba.” O narrador 3, vamos denominá-lo maniçobeiro, entrou em sua casa, e trouxe uma bolsa com o que era a maniçoba (na verdade, a resina), um livro “Catingueiros da Borracha: vida de maniçobeiros no Sudeste do Piauí 1900–1960, escrito por Ana Stela de Negreiros Oliveira e lançado pela FUMDHAM, onde conta um pouco da sua história como maniçobeiro, ainda que ele não esteja presente no livro como entrevistado.

E continuou a narrar como viviam os antigos moradores, inclusive ele mesmo

“eles viviam de tirar maniçoba e tirar o “tatuca“ (dezembro a julho), daí em diante a maniçoba não dava mas leite. Aí eles iam sobreviver de caçar “tatuca” uma resina que dava no mato. Depois começaram a trabalhar com o plantio de mamona e extração de algodão, também deu muito dinheiro. Trabalhávamos também com o fumo, deu muito dinheiro nessa região, a gente plantava aqui e ia vender em São João do Piauí, Canto do Buriti, Simplício, Mendes, entre outros[...]

O maniçobeiro, foi falando livremente, adentrou então no assunto do Parque e começou a narrar como foi o começo, segundo sua percepção, como se deu o processo na chegada da Expedição Franco Brasileira a Serra da Capivara,

“muito tempo depois, surgiu a estória do parque, mas não que ia ser um parque, saiu a estória de gente pesquisando na nossa área, levando gente que tinha conhecimento das coisas (comunidade) do que tinha na nossa área, e mostrando o que a gente tinha, porque tinha muita coisa bonita em nosso território, valorosa. Dentro daquelas palestras foi dito pra nós, que ia ser um Parque, então a gente ficou todo mundo

surpreso, porque nós não tinha pra onde ir, nós nascemos e se criemos na roça, o que nós sabia era derrubar uma roça, plantar, colher, nem “adonde” vender não tinha, nos sempre fazia um “paiolzão” de feijão, de milho.”

Ao maniçobeiro não pareceu uma estória tão simples a surpresa causada pelas mudanças que estavam por vir, gerou uma inquietação na comunidade,

“quando foi para dar início mesmo, que a Dr^a Niéde chegou pra trabalhar, ela passou um tempos mais a gente, lá no Zabelê, Terra Branca, Pedra Furada, a gente foi para os sítios e ficou trabalhando com ela, mostrando as coisas, ela prometendo muita coisa boa pra gente, aí foi criado o Parque, ai ela falou que nós tinha que desocupar o Parque porque ali ia ser um Parque e ninguém podia conviver dentro do Parque, só que ela ia tirar “nós” lá de dentro e ia levar pra outras terras, pra “nós” não sentir falta das nossas terras lá, só que não foi acontecido dessa maneira [...]”

Pelo relato até aqui apresentado pelo maniçobeiro, houve uma contradição no discurso da líder da Expedição, num primeiro contato a comunidade foi chamada para mostrar o que sabia e só depois foi avisada do que realmente iria acontecer e mesmo com a promessa de novas terras, a comunidade da Serra não se viu atendida em seus anseios, vejamos a continuidade da narração.

O maniçobeiro continua com seu relato,

“ela (Dra. Niéde) pôs a Dr^a Emília, advogada pra convencer a gente lá, e quando ela viu nosso modo de viver, as nossas brincadeiras, porque “nós tinha” festa de junho, quadrilha, era um lugar que nunca se registrou briga, nunca teve prisão, nunca teve nada. O delegado não se ocupou com Zabelê (nome do local), então [...]”

Aqui ele deixa transparecer que até a advogada ficou sensibilizada de como eles viviam em paz, se divertiam, viviam sem violência. Nesse momento, houve uma quebra do pensamento do narrador, que começa a descrever como foi seu processo de alfabetização, mas depois retorna a remoção da comunidade da Serra, e conclui “com o passar do tempo foi criado mesmo o Parque, aí a comunidade grande, teve que sair mesmo”. (o semblante se entristece ao lembrar desta época).

O maniçobeiro descreve sobre a quantidade de pessoas que haviam na área da Serra, “naquele tempo quem foi indenizado mesmo foi só o pessoal da Serra Vermelha até o Baixão da Vaca que fica em Coronel José Dias, quer dizer que foi indenizado 283 famílias dentro dessa área. Agora teve muitos que saiu sem receber indenização”.

Ao ser indagado sobre o porquê nem todos foram indenizados recebemos a seguinte resposta:

“porque quando terminou o levantamento eles disseram que não tinha mais dinheiro pra pagar, quer dizer que quem era responsável de pagar naquele tempo não era nem o Ibama, era o IBDF, depois passou a ser Ibama, depois “CMBIO”, e aí só no nosso povoado ficou uma faixa de 38 famílias sem receber indenização. Depois passou pra FUMDHAM. A FUMDHAM não teve, não pagou ninguém. Nem o IBDF (extinto

em 1989) teve mais, nem o Ibama também, tudo foi largado de mão, a gente não correu mais atrás, tivemos várias “reunião” e nada, nós deixamos pra lá. Só indenizaram as benfeitorias, por exemplo, vou explicar o modelo, por exemplo, eu tinha roça de 16 ha, quer dizer eu desmanchava minha cerca e tirava todo o arame, quer dizer ela indenizava o que tinha dentro da terra, as plantações – laranja, cajueiro, juazeiro, o pé de mandacaru, fruteira, qualquer tipo era indenizado, porque lá dentro do Zabelê, todo mundo tinha um “barreiro” pra beber água. Esse aí foi o modelo da indenização, a cerca não valia nada. Então essa mudança foi um negócio, meio complicado. Nossos animais tivemos que vender, e alguns com aquela mudança acabaram tudo, foi para região onde teve onça, as onças comiam a criação, aí foi acabando tudo.”

A importância da terra, da casa, das suas origens tem importância significativa na vida de cada um de nós, sobretudo, para aqueles que dependem da terra para sobreviver, observa-se que não foi somente uma mudança de casa, mas uma mudança de tudo, tiveram que abandonar suas origens, causando quebra em diversos tipos de laços, de parentesco, amizade, costumes, bichos de estimação, no seu modo de vida mesmo,

“mas no caso de São Raimundo, não deu o dinheiro que desse pra gente comprar outra terra, foi muito pouco. Então, a maior parte do pessoal, comprou uma “casinha”, um lote, porque o dinheiro era pouco, eu não tinha dinheiro pra comprar a casa, comprei um lote, os adorno pra levantar minha casa, eu trouxe lá de dentro do Zabelê, **outros foram morar em outros lugares do Piauí, foi um tristeza a maior “perca” de parentes**”. (grifo nosso).

Nesse trecho evidencia-se essa perda de “raízes”, de parentes que causou grande tristeza, as condições estavam totalmente desfavoráveis para àquela comunidade. Era sem dúvida, um momento de dor pela separação e por tudo que se havia de deixar para trás.

Nesse intervalo de saída até a organização de uma “nova morada”, muitos fatos foram narrados pelo maníobeiro,

“a Dr^a Niéde com as promessas dela ela foi e ela foi, e comprou uma fazenda, fica no Coronel pra lá um bocado, e aí ela me levou pra olhar as terras para ver se era do meu agrado, chegando lá não me agradei das terras, era muita macambeira, pedras e “adonde” tinha um baixão era só areia que não dava nada, não dava pra gente trabalhar.” Então, ele (Dr. Raimundo Paixão), permitiu “da gente” e ficar em uma parte da fazenda, “deixa está” que o Incra vinha negociava a fazenda e entregava pra nós. Aí isso nós fizemos, aí ameaçaram nos bater, aí advogado chamava a polícia, isso aconteceu no dia 27/09/97, foi a data que nós “cheguemos” aqui, quando “tava” com uns dias Dr Raimundo Paixão marcou de vir, aqui onde tava nós, ele tinha uma roça muito grande aqui de mandioca. Pra nos acusar veio uma pessoa, e a gente tava lá com nossas “casinhas”, rodearam nós e começamos a correr e o “povo” nos cercou e botou fogo, aí chegou Dr. Raimundo Paixão e **viu só tudo queimado, queimaram nossas coisas tudo, mas ele não se importou**, porque sabia que não era nós, sabia que nós “tava” velando e cuidando, aí também não teve nada, só o prejuízo que nós tivemos, aí ele mandou a gente sair daqui [...]”. grifo nosso).

Os fatos narrados pelo maníobeiro reforçam as dificuldades que a comunidade enfrentou em sua remoção da Serra para os Assentamentos, um processo que começou na década de 70, com fatos acontecidos na década de 90, como anuncia o nosso narrador acima,

evidenciando a postura morosa de órgãos do governo como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), e outros.

No final de 1997 finalmente assentaram a comunidade “chegaram aqui pra nos assentar. Fizeram um assentamento aqui e foi um ano muito ruim de inverno, que não choveu, a gente não produziu nada, aí fizemos uns projetos “emergencial”, colocamos maquinário, muita coisa, mas não fomos aprovados, não passou”.

No entanto, as dificuldades não pararam, parecia não ter o mínimo de estrutura, o assentamento,

“aí depois eu e Kelé, fizemos outro, ele era o presidente, eu era o vice (do sindicato que eles fundaram para tentar pleitear o fomento) aí fizemos outro projeto emergencial, naquela época, o padre Herculano era o prefeito, mas não deu condições de nós ter um projeto emergencial, disse que nós era federal, aí fizemos outro projeto emergencial “adonde” a gente colocou fazer “barreiro” (água), estrada, que não tinha estrada, passou, aí foi que a gente fez umas coisas, a gente vivia com R\$ 200,00 reais por mês, a gente recebeu lá do Incra um fomento.”

Mais tarde conseguiram o fomento do INCRA e puderam obter maquinário e com sorte choveu no ano seguinte e conseguiram trabalhar e,

“tinha um auxílio alimentar, e o fomento que era pra trabalhar, que era um direito que o assentado tem dentro da Reforma Agrária e naquele tempo recebemos R\$ 1.025,00 e hoje o fomento tá no valor de R\$ 6.000,00, recebem até hoje. Então, nós “compremos” um caminhão, um trator equipado, nós que “compremos” muita coisa com o dinheiro do fomento pra trabalhar. No outro ano, a gente já trabalhou muito, produziu muito, só a questão de abobóira nós vendemos 180 toneladas pra o Caruaru (PE).”

Houve uma melhora nesse tempo, no ano de 1998, mas o INCRA ainda não concluiu o processo de assentamento até o presente momento, o que impede os assentados de terem uma vida melhor,

“como assentado nós “tinha” o direito de fazer o Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), nós fizemos, mas como não tinha divisão das terras, pra receber tem que ter a divisão do lote pra saber onde vai aplicar o recurso, até agora o Incra não demarcou, só fizeram o levantamento, e já tem 9 anos e até agora não fez, não funcionou, nós perdemos, e aí tem mais 10 anos pra fazer outro projeto, o Projeto de Recuperação do Assentamento (PRA), como nós perdemos o PDA, nós “tem” direito no PRA, só que tá completando de novo 10 anos de novo e nada.”

Dando continuidade análise o maníobreiro, ainda tem muitos descontentamentos quanto à organização do seu território, como assentado, pois não consegue pleitear direitos e acabam ficando desassistidos, passando por muitas necessidades, muitas vezes recebendo auxílio de entidades religiosas que colaboram mas dentro de suas limitadas possibilidades,

“hoje em dia nosso assentamento tá muito grande, muito conhecido, qualquer parte que vá andar, por causa do Dom Helder Câmara que trabalhou muito aqui “mais nós” e também a Cáritas Diocesano, e também tá trabalhando aqui “mais nós” tem muita benfeitoria trazido por eles, o ensino foi uma coisa espetacular aqui tem escola e tem conhecimento, a gente todo mundo reunia, tinha escola que tinha passeio pra conhecer outros Estados, outros assentamentos, como era que vivia lá, como produzia, a gente teve toda a oportunidade com Dom Helder Câmara.”

Ainda corroborando com o auxílio que a Cáritas presta,

“você vê hoje aqui, a gente tem a casa de doce, hoje as frutas nativas, tinha maracujá, fazia rapadura do caju, geleia de goiaba, de manga e de umbu. Então, a gente tem essa grande Casa com todo equipamento para trabalhar nisso, nós “tamo” trabalhando com um grupo de mulheres, mas está parada porque não teve mais inverno (chuva) pra ter matéria prima. Tem a casa do mel, casa muito boa, todo maquinário, o mel já sai todo preparado embalado com tudo pra vender pra qualquer parte, esse funciona, hoje tem a máquina de descarçar o algodão já sai todo “imprensadinho”, tem a máquina te tirar o óleo do algodão, só falta o inverno pra gente trabalhar, tem a casa ali das “menina”, do grupo de “mulher”, onde funciona o restaurante, funciona quando vem também gente de fora que manda pedir pra fazer almoço, aí funciona bem, o pessoal quando vem de São Paulo, do Colégio Santa Cruz,²⁰ eles vem e almoça aí.”

O maniçobeiro volta ao começo da conversa,

“Dr^a Niéde ela não tinha terra pra gente, ela arrumou aquela terra que não foi do nosso agrado, aí ela não arrumou mais e entregou na mão do INCRA, ela não tem participação aqui, ela veio aqui uma vez e o povo ficou revoltado, não aceitou ela aqui, não quis saber dela aqui, ela também não veio mais aqui, eu não concordo com isso[...].”

É perceptível na fala do maniçobeiro uma certa tolerância com os fatos ocorridos talvez, por achar que só era isso que merecia, por avaliar que houve uma tentativa de “ajudar” da Dra Niéde, até uma certa ingenuidade por achar que ela tentou muito mas não conseguiu, e não que foi uma questão de prioridade, ele talvez não tenha percebido que mais do que tudo havia um interesse do Parque, em manter os sítios “protegidos” da comunidade e ao alcance somente da comunidade científica nacional e internacional.

O maniçobeiro, numa percepção inocente, nos conta quais eram as atribuições que lhe era dada quando ficou mais perto da Dra.,

“aí acabou tudo, eu tive uma sorte muito grande que fui chamado pra trabalhar com a Dr^a Niéde lá no museu, mas no museu era um outro lugar, trabalhei lá durante 5 anos, era eu que armava a rede dela, ela só confiava em mim para amarrar a rede dela, enchia as vasilhas para as meninas levar para o mato, fazia a feira, retalhava a carne e botava pra secar e também mandava fazer as ferramentas, elas entregavam toda essa responsabilidade pra mim, tinha grande confiança.”

²⁰ O Colégio Santa Cruz, um dos mais conceituados colégios privados do estado de São Paulo, promove a cada ano um projeto de pesquisa de campo com seus alunos e alunas, com intuito de conhecer os biomas brasileiros. Desde o ano de 2010, escolheram o bioma da caatinga para aprofundar conhecimento, tendo como objeto de estudo o Parque Nacional Serra da Capivara e sua biodiversidade, cultura, e as comunidades do entorno. As comunidades escolhidas para a visita foram o Assentamento Novo Zabelê e comunidade quilombola Lagoa das Emas, no município de São Raimundo Nonato. (<ASA BRASIL, 2017)

Outra importante evidência de sua “gratidão” pela Dra. Niéde,

“defendo muito ela, porque ela me ajudou muito, ela até hoje me ajuda, **eu tenho uma participação na área do Parque**, sou sempre convidado pra **visitar** o Parque, muitas vezes liberam o carro pra “mim levar” gente pro Parque pra conhecer, aí eu sempre dou valor, tenho uma boa relação com ela, mas morar nas antigas área do Parque era melhor, nós não “tinha” conhecimento, nós “via” aquilo ali, mas não mexia sabia que era os índios.(grifo nosso)

Porém, deixa escapar que a vida era melhor antes, quando viviam em harmonia no Parque e não destruíam nada.

Ao ser indagado sobre o que a Serra da Capivara representa para ele, sua resposta é animadora, ele tem prazer em falar sobre cada detalhe da Serra,

“pra mim, é uma grande coisa, pra meu conhecimento, traz muita coisa boa, representa muita coisa boa pra nossa região toda, não só pra São Raimundo, porque entra muito recurso pra toda área do Parque, não sei se a senhora conhece toda a área do Parque, a área que eu gosto de passear é a Serra Branca, o olho d’água, vou lhe “amostrar” pra ver se a senhora conhece.”

Visivelmente emocionado o entrevistado abre o livro “Catingueiros da Borracha: vida de maniçobeiro no Sudeste do Piauí / 1900-1960, da autora Ana Stela de Negreiros Oliveira, que teve origem através do Projeto Trilha Caminhos dos Maniçobeiros foi selecionado, em 2013, pelo Programa Petrobrás Cultural. A publicação deste livro faz parte das ações previstas (mostra o livro) e começa a narrar,

“aqui é a história nossa, aqui tem história de índio, eu trabalho mais “em riba” desse aqui, aqui é a maniçoba (o entrevistado mostrava as fotos do livro para a pesquisadora). Aqui é onde fica o olho d’água da Serra Branca, quer dizer, que aí dentro dessa serra, a água sai dali de dentro da Serra, aí tem um reservatório, que foi feito há uns anos, aí ela vai e fica no reservatório, aí fizeram outro buraco na Serra para da água para os animais e lavar as maniçobas, aí depois que a Dra Niéde chegou lá, ela encanou água do olho pra baixo, para não precisar subir na pedra e beber no reservatório. Aí, deixa eu ver aqui, “adonde” eu queria te “amostrar” umas áreas onde a gente se junta pra fazer palestra (folheando o livro). Toca de Juazeiro aqui eram os moradores que moravam lá – (fotos do livro), aqui era a família do Oswaldo (fotos), toca de João Sabino, essa aqui não tinha essa planta aqui, era liso igual cimento, onde botava a maniçoba pra secar, e nas festas de junho eles comemoravam, aí tinha festa na Serra Branca, aí lá o lajedão era planão, aí tocador ia pra lá e dançava a noite todinha, eu também (risos). É um dos lugares mais bonitos.”

E ao final, presenteia a pesquisadora com o livro!! Emoção pra mim também!!
Sobre a questão do turismo o maniçobeiro nos esclarece,

“pra mim é a coisa mais bacana, quando os turistas vem, pra “vim conhecer” a nossa área, quer dizer, que eles vem conhecer e gastar dinheiro, **chega dinheiro até aqui no assentamento**, que as “mulher” no restaurante pega uma bolada boa, é uma coisa boa eu também pego, agora em maio vem o Colégio Santa Cruz, eu sou um dos convidados pra estar com eles, aí eu cobro uma diária também.” (grifo nosso).

Na fala do maníobreiro, percebe-se que eles não participam diretamente da questão do turismo, a participação dele é apenas ocasional, sendo que o Parque recebe turistas o ano todo, eles não se aproximam, somente quando a visitação inclui o assentamento e são raras, só foi citado até o momento a do Colégio Santa Cruz, de São Paulo.

A pesquisadora resolveu aprofundar essa questão do turismo e perguntou então sobre se o maníobreiro se eles (a comunidade) deveriam ser mais incluídos e sua resposta, “Mas é quando nós “não tem” chance quando foi criado o Parque, eu não sei se foi por falta de recurso ou preconceito, eles me deixaram de lado [...]” (**semblante se entristeceu**). (grifo nosso).

A comunidade que colaborou com a pesquisa não tem permissão pra entrar no Parque e quase nunca tem contato com os turistas, a não ser quando raramente são convidados ou querem levar alguém para conhecer o Parque,

“só de vez em quando, ou quando chega um parente meu que aí eu vou (no Parque) e peço licença pra visitar o Parque e aí eu tenho muito amigo lá dentro, os guias que acompanham e não cobram nada, elas também quando precisam “deu’, elas mandam me chamar e eu também não cobro.”

E por fim sua última fala ainda carregada de tristeza continuou descrevendo sobre preconceito e a dificuldade da vida

“o preconceito muitas vezes é por causa do estudo, (falta do), por causa da cor, por causa de qualquer uma coisa... mais sempre que tem alguma coisa, eles mandam me chamar, lançamento do livro da região de São Vitor. Hoje a vida é mais difícil, porque tem uns aí, como eu que sou aposentado e faço muito empréstimo. Mas tem muita gente que me ajuda, no sindicato.”

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após São Raimundo Nonato (PI) se tornar o meu local de moradia, muitas foram as descobertas e inquietações despertadas desde 2013, por ter a oportunidade de conhecer um Patrimônio tão rico e de uma magnitude singular como as pinturas rupestres da Serra da Capivara, e compreender mais das nossas origens. Várias reflexões e indagações começaram a ser feitas, às inquietações se tornaram mais presentes com o conhecimento da história do Parque como um todo, que não versavam sobre a beleza, arte e cultura, haviam ali, naquela área comunidades que perderam sua identidade ao serem removidas para outros lugares.

Foram indenizadas, removidas, assentadas, mas ainda enfrentam uma série de dificuldades sociais e econômicas, sobretudo pelos locais de habitação que estão, nem dentro da cidade de São Raimundo, nem no Parque, onde se consideravam “guardiões”. No seu antigo local de moradia foram “proibidos” de entrar, como anunciado na narrativa do maniçobeiro, só podem entrar quando são convidados, agora a comunidade científica nacional e principalmente internacional e os turistas é que podem visitar livremente o Parque.

Há um evidente somatório de circunstâncias que contribuem para que diversas situações conflituosas ocorram entre comunidade e a gestão pública em todos os níveis. O governo federal tem se mostrado omissivo durante todo esse tempo não assegurando direitos dos assentados que foram identificados a partir da narrativa do maniçobeiro, muitos deles nem foram indenizados e não receberam as Escrituras dando o direito a casa, criando uma dívida social que ainda causa muito ressentimento, não só nessa geração, mas nas novas que observam seus avós, pais, e outros parentes, sendo esquecidos e tendo suas reivindicações não atendidas nesses anos todos.

Essa situação foi presenciada pela própria pesquisadora quando houve a exibição de um documentário sobre o Parque Nacional da Serra da Capivara²¹, produzido pela UNESCO em parceria com a Petra Engenharia. O vídeo tem a duração de 40 minutos, e segundo a representante da UNESCO no Brasil, presente no dia da apresentação o objetivo era “aumentar a sensação de pertencimento e a valorização do Parque pelas comunidades impactadas por sua criação assim como a autoestima das famílias que vivem no local.” O vídeo foi exibido no dia 28 de julho de 2014, no Assentamento Novo Zabelê I, com várias autoridades presentes, representantes da FUMDHAM, da UNESCO no Brasil, ICMbio, Universidade Vale do São Francisco (UNIVASF), representantes da SETUR – PI,

²¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/documentariooutroladodacapivara>

professores, pesquisadores, estudantes e especialmente a comunidade. Após a exibição do documentário, o microfone foi liberado para quem quisesse se manifestar. A comunidade exteriorizou seu descontentamento cobrando a dívida da falta de regularização, reivindicaram melhores condições de vida, órgãos governamentais e de gestão presentes silenciaram diante dos protestos e falas enfáticas dos assentados.

O Estado Brasileiro tem se mantido omissivo diante dessas e outras diversas questões sobre os assentamentos dos municípios dos arredores do Parque Nacional, não só os pesquisados nessa investigação, mas tantos outros que estão localizados nessa região. E nos parece que não se trata só de assentados removidos de áreas protegidas ambientalmente, mas nas suas variadas formas, os retirados das terras em diversas circunstâncias, como nos retrata o histórico Movimento dos Sem Terra (MST).

Nesse contexto, o arcabouço proposto para essa pesquisa visou compreender a percepção das comunidades de São Raimundo Nonato e Coronel José Dias, localizadas no Estado do Piauí, sobre o turismo arqueológico e desenvolvimento local, esse enunciado se destaca como a problematização desse trabalho.

Para a construção dos aportes teóricos do trabalho, explicitamos os aspectos conceituais e relevância do Turismo Arqueológico e Desenvolvimento Local. Descrevemos as Políticas Culturais e como se processa a Gestão do Patrimônio Arqueológico no Brasil, apresentamos o processo de implantação das Políticas Públicas de Turismo no Brasil e no Piauí e interpretamos a percepção da comunidade de São Raimundo sobre o Turismo Arqueológico e Desenvolvimento Local, esses foram os nossos objetivos específicos.

Importa ressaltar que apesar do Turismo, se constituir em um fenômeno com amplos benefícios sociais, econômicos e ambientais e ter se tornado uma Política Pública no Brasil desde 2003, infelizmente, tem se observado que essa política apresenta um contexto de discursos contraditórios, grandes projetos, programas e planos que estão sendo implementados nas diversas regiões do país, sem antes resolver as questões sociais, locais, deixando de lado um aspecto importante do turismo, que a cidade ou localidade tem que primeiro atender os anseios de seus moradores e só depois dos seus visitantes.

A partir dessa constatação, observamos também que a nuance humanizadora do turismo, deve promover: distribuição de renda, integrar turistas e comunidades, aumentar a valorização das populações locais promover a inclusão social, incentivar às vocações turísticas locais, como está nas premissas do PRT, ou seja, “regionalização”, percebe-se uma lacuna dos projetos turísticos nesse sentido. O turismo no que se refere ao modelo implantado

no Parque Nacional da Serra da Capivara, não tem reforçado a autoestima das comunidades, ao contrário, estas estão excluídas.

Outra vertente fundamental é que o Brasil não trata o turismo como prioridade, apesar de ter um Ministério, o seu investimento ainda é muito restrito, e no caso de São Raimundo Nonato há um agravante, trata-se de turismo arqueológico, um segmento que o Brasil não tem primado por implementar e desenvolver, turismo de sol e praia, ainda é o grande destaque de nosso país

Diante dessa conjuntura, um outro fator que se apresenta diz respeito, à região que está localizado o Parque Nacional da Serra da Capivara, com toda sua magnitude está numa localidade com o pior IDH do Brasil, e na região do Piauí onde está a cidade mais pobre do Brasil, Guaribas. Os índices educacionais possuem um nível baixíssimo e diante desse cenário, surge uma pergunta, como lidar com os visitantes, com tantos analfabetos, sem saber sua própria língua e com baixa capacidade de compreender outros idiomas?

São muitos desafios, mas especificamente sobre as comunidades retiradas da Serra da Capivara, suas próprias narrativas deixam claro que, eles estão à margem do turismo local. O maníobreiro afirmou que eles não tinham chance, por causa da falta de estudos, dos preconceitos de todo tipo. O mateiro reforçou essa situação da falta de conhecimento, quando nos colocou que apesar de ter viajado por vários locais com a Doutora, é analfabeto. Vemos, portanto, um processo extremamente cruel, considerando que não houve um mínimo de investimento na educação dessas comunidades. Parece que de fato, não havia uma intenção de que eles viessem a trabalhar com o turismo, mas que permanecessem da forma que estão até hoje, em um nível econômico e social baixo e ainda, desagregados e segregados.

Essa acepção ganha mais destaque como um argumento negativo dentro desse contexto, considerando que a FUMDAHM foi quem incentivou e criou em parceria da UNIVASF, o primeiro Curso de Graduação em Arqueologia do Brasil, e a Pós-Graduação também na mesma área, isso na verdade, deveria ser uma das ações emergenciais para serem desenvolvidas junto aos assentados, mesmo que não fossem aproveitados para o turismo, o conhecimento traria melhor qualidade de vida.

A partir das narrativas captadas foi desvelado um mundo paralelo de comunidades que vivem somente com suas condições básicas de sobrevivência, analfabetos, em residências simples, muitas vezes, sem ter como empreender, e sem participação efetiva em processos de cooperação, e “sem chance” de participar do turismo, o mateiro nos coloca essa situação quando nos disse “o povo aqui é tudo pobre”.

Como professora do Instituto Federal no campus São Raimundo onde temos o Eixo de Turismo e Hospitalidade, penso que seja relevante sugerir e promover mudanças nas bases curriculares nos cursos de técnicos em guias de turismo onde a questão da Arqueologia, considerando onde estamos localizados, fosse presente. E capacitações de base, fossem estimuladas nas comunidades do entorno até para cumprir a diretriz que versa sobre a Extensão nas Universidades e Institutos Federais, e essas instituições cumprirem também seu papel social, ressaltando que além do IFPI e UNIVASF, temos também o campus da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) no município.

Por fim, para impulsionar uma mudança nas condições de vida dessas comunidades, uma série de medidas político-institucionais deveriam efetivamente serem tomadas começando pela que promovesse a regularização de suas terras, como o estímulo a educação, empreendedorismo, capacitação para o turismo, para que eles pudessem de fato experimentar os benefícios do turismo e também usufruir do desenvolvimento local, como protagonistas desse processo, e não excluídos como está evidente naquela conjuntura.

REFERÊNCIAS

- ALFONSO, Louise Prado. **Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social**. São Paulo, 2012. 377f. Tese (Doutorado em Arqueologia), Universidade de São Paulo, 2012.
- ASA BRASIL. **Comunidades tradicionais**. Disponível em: < <http://www.asabrasil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/7250-alunos-do-colegio-santa-cruz-de-sao-paulo-visitam-semiarido-piauiense-e-se-maravilham-com-tecnologias-de-captacao-de-agua>> Acesso em: 26 jun. 2017.
- BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas, SP: Papirus. 2000 (Coleção Turismo).
- BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2000
- _____. **Política e Planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- _____. **Análise estrutural do Turismo**. 4 ed. rev. São Paulo; SENAC, 2001.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política – ensaios sobre a literatura e história da cultura**, v. 1, 10 ed. Brasiliense, São Paulo: 1996. (Obras escolhidas).
- BEZERRA, Marcia. Arqueologia, Turismo e Comunidades Locais: Reflexões de uma Turista [Arqueóloga] Aprendiz. In: FIGUEIREDO, S. L.; PEREIRA, E.; BEZERRA, M. (Orgs). **Turismo e Gestão do Patrimônio Arqueológico**. Belém: IPHAN, 2012.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campos científico**. São Paulo: UNESP, 2004.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: 1988.
- _____. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Introdução à Regionalização do Turismo**. Brasília/DF: MTUR, 2007.
- _____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas – 2007/2010**. Brasília/DF: MTUR, 2007.
- _____. **Programa de Qualificação à Distância para o Desenvolvimento do Turismo**. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2008.
- _____. **Plano Nacional do Turismo diretrizes, metas e programas – 2013/2016**. Brasília/DF: MTUR, 2013.
- _____. **Programa de Regionalização – Diretrizes**. Brasília/DF: MTUR, 2013.
- _____. **Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas – 2003/2007**. Brasília/DF: MTUR, 2003.
- _____. **Programa de Regionalização - Diretrizes**. Brasília/DF: MTUR, 2004.

_____. **Turismo no Brasil - 2011- 2014** (Documento referencial). Brasília/DF: MTUR, 2010.

_____. **Turismo mundial: mais um ano de crescimento**. 17 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/component/content/article?id=7432>> Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Políticas de desenvolvimento transformam vida em assentamento do Sertão Piauiense**. 28 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/a-vida-se-transforma-no-sertao-piauiense>> Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. Ministério do turismo. **Diretrizes Operacionais do Programa de Regionalização do Turismo**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/regionalizacao/>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. Ministério Do Turismo. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional: São Raimundo Nonato**. Brasília/DF, 2015.

_____. Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 maio. 2017.

CAMARGO, Patricia de. CRUZ, Gustavo da. **Turismo Cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências**. Ilhéus: Editus, 2009.

CALABRE, L. O Conselho Federal de Cultura (1971-1974). **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 37, jan/jun de 2006.

CELLARD, André. Análise Documental. In: POUPART, Jean (Org.). **A pesquisa Qualitativa: - enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CERÂMICA CAPIVARA.COM. **Serra da Capivara**. Disponível em: <<http://www.carasdobrasil.com.br/serra-da-capivara/>> Acesso em: 12 nov. 2016.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto. 2002.

DICAS DA EUROPA. **A incrível Mesquita Azul e sua história em Istambul**. 2014. Disponível em: <<http://www.dicaseuropa.com.br/2014/02/mesquita-azul-em-istambul-turquia.html>> Acesso em: 15 jun. 2017.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo, Atlas, 1995.

FAY, S. **Como foi construído o Stonehenge**. 1997. Disponível em: <<https://www.historiadasartes.com/nomundo/arte-na-antiguidade/pre-historia/stonehenge/>> Acesso em: 15 jun. 2017.

FORTES, Camila. **Serra da Capivara: Ainda há esperança?** 28 abr. 2016. Disponível em: <<http://entrecultura.com.br/2016/04/28/1084/>> Acesso em: 15 jun. 2017.

FORTES, Antonio Cezar Cruz. Discurso. **CartaCEPRO**, Teresina: Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí – CEPRO. v. 20, n 1. Jan/abr,2001.

FUMDHAM. Fundação Museu do Homem Americano. **Parque Nacional da Serra da Capivara**. Disponível em: <<http://www.fumdhan.org.br>> Acesso em: 12 nov. 2016.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FUSTER, Luis Fernandez. **Teoría y Técnica del Turismo**. 2. ed. Madrid, Espanha: Nacional 1971.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka M. **Turismo, Políticas Públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007. (Coleção ABC do Turismo)

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação da Cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GODÓI, Emília. **O Trabalho da Memória: cotidiano e história do sertão do Piauí**. São Paulo: Unicamp, 1999.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HEIDEMANN, Francisco. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 2. ed. 2010.

HISTÓRIAMAIS. **O sítio arqueológico de Pedra Furada**. 2005. Disponível em: <<http://www.historiamais.com/sitioarqueologico.htm>> Acesso em: 12 nov. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisas de informações básicas municipais**. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 01 jun 2016.

INFOPÉDIA. Dicionário Porto Editora. **Savoir-faire**. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/savoir-faire>> Acesso em: 15 jun. 2017.

IPHAN. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Parque Nacional Serra da Capivara (PI)**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/42>> Acesso em: 06 nov. 2016.

_____. **Bens tombados**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>> Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. **Referencial estratégico**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/314>> Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: trajetória**. Brasília: Ministério da Educação, 1980. Disponível em:

<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf)> Acesso em: 15 jun. 2017.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

MANZATO, Fabiana. **Turismo arqueológico: diagnósticos em sítios pré-históricos ou históricos no Estado de São Paulo**. Rio Grande do Sul. 2005. Dissertação. (Mestrado Turismo) Universidade de Caxias do Sul, 2005.

MANZATO, Fabiana. REJOWISKI, M. Turismo Arqueológico do Estado de São Paulo. **Revista Patrimônio** (online), nov. 2005. Disponível em: <<http://www.unisantos.br>> Acesso em: 05 jun. 2017.

MELHORES DESTINOS. **Cidade do México**. Disponível em: <<https://guia.melhoresdestinos.com.br/piramides-de-teotihuacan-197-5458-1.html>> Acesso em: 15 jun. 2017.

MENDONÇA, Guilherme Cruz de. A tutela do patrimônio cultural no Brasil. In: PINHEIRO, Áurea da Paz; PELEGRINI, Sandra C. A. **Tempo, Memória e Patrimônio Cultural**. Teresina: EDUFPI, 2010.

MEIHY, José Carlos. **A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica**. São Paulo: Nova Stella, 1990.

MINAYO. Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAES. José Luiz de. A arqueologia e o turismo. In: FUNARI, P. P.; PINSKY, P. **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MOLINA, Sérgio. RODRÍGUEZ, Sergio. **Planejamento Integral do Turismo: um enfoque para a América Latina**. Bauru/SP: EDUSC, 2001.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. **Cadernos do Ceom**. Bens culturais e ambientais. Ano. 21, n. 29, dez 2008

PARDI, Maria Lúcia Franco. **Gestão do Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação**. Goiânia. 2002. 289f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural), Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia). Universidade Católica de Goiás, 2002.

PDITS. **Polo das Origens**. Secretaria de Estado do Turismo. Teresina. 2009

PÉREZ, Xerardo Pereiro. Turismo Cultural: uma visão antropológica. **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**. 2. ed. Espanha: RPTC, 2009. (Colección PASOS).

PIAUI. Governo do Estado. **Piauí tem 123 municípios com potencial turístico.** 25 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.piaui2.pi.gov.br/noticias/index/id/9733>> Acesso em: 15 jun. 2017.

RODRIGUES, Joselina Lima Pereira. **Geografia e História do Piauí: Estudos Regionais.** Teresina: Halley S.A. 2012.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: **Turismo e Patrimônio Cultural.** São Paulo: Contexto, 2001.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCATAMACCHIA, M. C. M. **Turismo Arqueológico.** São Paulo: Aleph, 2005.

SEBRAE. **Plano Estratégico de desenvolvimento do turismo no Piauí – 2012-2020.** Teresina: SEBRAE, 2012.

SILVA, C. L. da; BASSI, N. S. S. Políticas públicas e desenvolvimento local. In: SILVA, C. L. da (Org.). **Públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 15-38

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias.** Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006.

SOUZA, Giane Maria. A cultura como direito Constitucional: contribuição para um debate metodológico. **Cadernos do Ceom.** Cultura e Sociedade. v. 30, n. 46, jun 2017.

TRIPADIVISOR. **Machu Picchu Viajes Peru.** Disponível em: <https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g294314-d3659129-i131766343-Machu_Picchu_Viajes_Peru-Cusco_Cusco_Region.html> Acesso em: 15 jun. 2017.

TOMAZZONI, Edgar Luis. **Turismo e Desenvolvimento Regional: dimensões, elementos e indicadores.** Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

TOMAZZONI, Edegar Luís; POSSAMAI, Ana Maria; LOVATEL, Rodrigo. Turismo no município de Bento Gonçalves (RS): Análise do Desenvolvimento de um destino indutor no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo.** v. 4, nº 2, p-5-30, ago. 2010

VIAGEM. **Cairo.** Disponível em: < <http://viagemeturismo.abril.com.br/cidades/cairo-2/>> Acesso em: 15 jun. 2017.

WIDMER, Glória Maria. Turismo Arqueológico. In: PANOSSO NETO, Alexandre. ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Segmentação do Mercado Turístico: estudos, produtos e perspectivas.** Barueri/SP: Manole, 2009.

APÊNDICES

APENDICE A – RELATO DA EX-GUARITEIRA

Eu morava em São Raimundo Nonato, ficava admirada com a Dra. Niéde, Hotel Serra da Capivara. Vou estudar pra trabalhar com essa mulher, porque só trabalha com ela quem estuda. Ela começou a pegar mulheres do entorno, em 2002. Teve uma seleção no Museu, mais de 80 mulheres.

Teste de capina/teste de roço – torando os paus A Dr^a foi dura no teste. A 2^a etapa foi no Parque para roçar. Do Carmo fez teste de roça, e foi selecionada, era muita preocupada com o lixo. Na 2^a etapa, a mãe entrou fizeram o teste de roço.

O Salário era bom. Paes Landim, ajudou a construir no Museu. A Dr^a foi convidada para ser prefeita, mas não aceitou.

Janeiro de 2003 até 2011 – assassinato da guariteira, morta no Parque.

Após 3 meses, foi para a guarita, curso de guarda parque.

Pesquisadora: Como era o trabalho de guariteira?

Resposta: 15 dias de trabalho, no Gongo muito isolado, longe dos filhos e longe da mãe. A mãe estava na escavação. Aprendeu muito, se acostumou com os idiomas inglês e francês. A mãe foi aposentada, prestam serviço no Ibama e trabalham para a Fumdam. Saiu em 2012, trabalhava sob pressão. A Dr^a dizia que ia colocar todo mundo pra fora, reclamação, falta de verbas.

A Dr^a Niéde trouxe muitos benefícios não tenho nada que falar. Fizeram um Curso da Universidade de Lavras em Turismo e mudou de guarita. Saída devido a tentativa de invasão na guarita / vândalos / e eu (do Carmo) desferiu um tiro em um invasor. Depois disso, 14 guariteiras entregaram a carteira de trabalho. E não queriam ter o mesmo fim da Evanir (guariteira) que morreu defendendo o parque. Estávamos sem segurança, guariteiras dormiam no caldeirão, havia muito medo, de onças, de violência. A Dr^a não temia ficar na mata.

Pesquisadora: Se alguém tentar te assediar/estuprar?

Resposta: eu vou lutar. A Dr^a depois da morte da Evanir estimulou um curso de defesa pessoal. Trabalho sofrido, inseguro. Achava rastro de onça, avistava onças da guarita. As guariteiras eram as guardiãs do Parque.

Pesquisadora: Situação da comunidade?

Resposta: A minha mãe morou no assentamento. A Dr^a Niéde distribuiu 30 casas, tiveram apoio (assentamento Nova Jerusalém).

Escola – meus sobrinhos estudam no colégio na estrada, não tem no assentamento. As pessoas que saíram do Parque, a Dr^a Niéde deu terreno, água encanada, mas a maioria não quis. Ajudou muito quem trabalhou com ela (Dr^a).

O Ministério do Trabalho não aceitou as escalas. O turista quer saber até onde a gente cozinha. As guariteiras se reuniam para comprar o gás, depois pediram o fogão, e foi descontando do salário. Guaritas inseguras (alojamento).

Depois de sair de lá, sentiram falta de treinamento, o próprio Parque não oferecia treinamento sobre a história do Parque. Até os trabalhos dos condutores era ruim, de baixa qualidade para os turistas.

APENDICE B – RELATO DO MANIÇOBEIRO

Desde quando a Dr^a chegou eu já sabia que tinha essas “tocas”. Eu era maniçobeiro, e a gente ficava admirado e o meu pai disse que era homem que tinham vivido há muitos anos atrás, sem ferramentas/caçador.

Eu morava perto das áreas do Parque a gente se perguntava como fazia aqueles desenhos que nunca se apagavam. Falando dos caçadores, eles (os pais) diziam que os homens antigos que desenharam nas pedras, e dormiam nas “tocas” e muitos animais que não existem mais (desenhavam os animais que viam e alguns não existem mais).

Ela chegou a Dr^a em 1973, e fui o primeiro guia da Doutora, estou com 84 anos, eu nasci no Coronel Dias, nem era município, em homenagem a um velho que vivia aqui. Eu tô com 84 anos, sou da Vargem Grande, do dia 15/10/1932.

Eu escavei junto com a Dr^a era um trabalho delicado, e eu fui aprendendo ela, a Dr^a dizia que eu era mais inteligente que os estudantes dela. Depois, fui trabalhar na conservação das “tocas”, limpeza de cupim. Chegou a Cerâmica, foi criado pela Dr^a.

Tinha uma escola grande, que só era feito, se a terra fosse doada, eu doei a gleba para fazer a escola, essa gleba era minha. Aí ela falou que a gente tinha como ganhar dinheiro, não sabia como ganhar. Aí a Dr^a mandou uns professores japoneses para ensinar a fazer a cerâmica, como eu era oleiro fazia telha, fui acompanhar o trabalho, aprender e ensinar a implantar a cerâmica. 36 tipos de argilas para conseguir produzir a cerâmica. A terra era dele. Mas foi vendida a cerâmica. A cerâmica passou foi vendida para outra pessoa Girleide. A terra da cerâmica fui eu que doei. Ela empregou pessoas no Parque, mas as guaritas eram só mulheres.

Pesquisadora: Assentamento?

Resposta: não respondeu a pergunta

Pesquisadora: Representação da Serra da Capivara?

Resposta: A Serra da Capivara já tinha esse nome, quando não era Parque, mas os pesquisadores chamam o Desfiladeiro. Para mim, representa muita coisa, não imaginava que tinha tanta importância, mas vejo que tem dia que tenho 200 turistas por dia aqui, só pra visitar as tocas, e eu vim pra cerâmica, tá com 23 anos, não sou mais maniçobeiro há mais de 50 anos, quando ela (Dr^a Niéde) chegou.

Ela (a Dr^a) quando vinha ficava debaixo das algarobas, botamos umas estacas pra ela colocar a rede dela, que ela gostava de ficar olhando o céu, a lua e as estrelas. Servi a Dr^a,

ela vinha em junho ficava de 3 a 4 meses e voltava porque morava em São Paulo (é francesa, mais morava em São Paulo). Aí ela deixava pra eu “descobrir” as “tocas”, e me deixava essa tarefa, eu chamava os maníobeiros pra me ajudar nisso, aí quando ela vinha e me pagava pelas “tocas”, os serviços de escavação e me pagava pra guiá-la na Serra, onde tinha descoberto as tocas. Desvendou tocas em São João, Zabelê, Cambrai, Gongo.

A Dr^a dizia que eu era “a mola mestra” do Parque. Me trouxe muita coisa boa, os que trabalham aqui, deu trabalho para 50 pessoas nessa região (restaurante, loja, cerâmica). Só na produção de cerâmica são 30 pessoas.

Pesquisadora: O Senhor se sente guardião do Parque?

Resposta: Os caçadores não querem que eu fique sabendo porque se não acham que eu conto pra Dr^a mas eu nunca “dedei” ninguém. Acho importante proteger, tem alguns homens no Parque que faziam “caeiras” e pegava fogo nas pinturas, mas não sabiam que tinha alguma importância, a Dr^a pediu pra eu dizer pra eles não fazerem mais isso porque era necessário “mil” e tantos anos para queimar uma “caeira” e desmatava a floresta toda, se não quando viesse um “neto” dele não sabia nem contar a história.

Pesquisadora: E o turismo? O que o Sr. Acha que é turista?

Resposta: Aí onde eu vi que adiantou muito, se não a gente não ia ver tanta gente visitando as pinturas e comprando a cerâmica, o pessoal gosta muito, vinha “menino” de excursão aqui e também não tinha energia, e quando botou a escola aqui também arrumou a energia “pra aqui”. Só tinha energia em “Vargem Grande”.

Pesquisadora: O Sr. se sente parte desse turismo, da Serra, a sua participação é importante?

Resposta: Acho que foi muito importante, porque a gente começou a ver movimento de “gente” aqui tava ficando despovoado e todo mundo indo embora da cidade. Quando ela chegou, começou a voltar a gente pra cá de novo, tem aqui a cerâmica que tem umas 50 pessoas, e tem também a apicultura que ainda dá lucro, fabrica das camisetas, inventou um monte de coisas para as pessoas viverem, para não ter que destruir o parque. Então, foi bom, o turismo.

Tem muita gente que me conhece em São Paulo, sem eu conhecer. Eu lasco pedra também. Foram achadas 3 aldeias aqui, com fogueiras.

Pesquisadora: como é a sua relação com a Dr^a o senhor vai lá, ela vem aqui ou não?

Resposta: Ela me deu uma sanfona. Tú andou na Serra Branca? Eu fui tocar lá, com cavaquinho, pandeiro, junto com os manijobeiros e as mulheres faziam a comida e rezavam um terço, quando era no derradeiro dia do mês, eles chamavam eu para ir tocar lá.

Pesquisadora: E a vida aqui melhorou desse tempo pra cá?

Resposta: Acho que melhorou porque esse pessoal aqui, o que ganha menos, ganha salário. Tem tempo que tem 300 pessoas trabalhando na conservação e limpeza. De vez em quando eu achava muita “toca” mas fui “proibido” de ir lá.

Mas teve um dia, que eu achei uma “toca “ com pinturas de um veadinho “azul” e aí veio a especialista e disse que eles devem ter feito uma mistura na tinta porque só tem essa com essa pintura.

Até um tempo desse, tinha mil e poucas “tocas” que eu descobri, mas as vezes eu me chamo.

Pesquisadora: Qual foi a hora mais difícil nessas caminhadas?

Resposta: Tinha um “sumidouro”, eu sabia desse buraco, mas ninguém descia lá, tinha uns 100m de “fundura” aí tinha umas abelhas de esporão. Mas a Dr^a descia protegida com a roupa pra abelhas não ataquem, uma vez ela desceu sem proteção, eu nunca descia. Aí, as abelhas atacaram, a Dr^a, todo mundo já tinha subido, e ela foi tirada puxada na corda, ela disse que quem tivesse esporado ia para São Raimundo Nonato, a Dr^a tava quase desmaiada, iam pedir um avião para levar para Teresina, mas não precisou não. Porque se tivesse que morrer já tinha morrido.

Pesquisadora: Novamente sobre a situação dos assentados?

Resposta: Não tinha 60 (habitantes/famílias?) que moravam no Parque, mais as terras eram do Governo, aí ela indenizava as benfeitorias, e arrumou o povo no Zabelê Novo, e aí uns foram negociar em SRN. Eu digo que eles só fizeram ganhar nessa estória, ganhavam casa e ficava numa boa. O povo aqui é tudo pobre.

Eu tenho ainda terra, e não tenho nada que reclamar, a minha vida aqui é boa, não me arrependo de ter ficado aqui, tô com 84 anos nunca saí daqui pra canto nenhum, quer dizer, já andei Brasília, em Teresina, a Dr^a mandou eu ir pro Rio, “com a mulher dela/Pesquisadora”, fui “lascar” pedra lá, modelagem, e fui outras vezes no Pernambuco e Ceará “caçando” esses desenhos na Serra do Araripe (6 tipos), encontramos 3 tipos lá, cerâmica, essas coisas.

Aí lá teria um lugar que o pessoal não quiseram pra nós “entrar”, nós “podia” ser um “grilador de terra” (risos).

Que nem o povo pensava aqui quando ela chegou, achava que ela tava procurando ouro, não entendia o que ela queria com aquelas pinturas. Tem bem duas tocas do meu avô que tem um forno na Pedra Furada, no Sítio do Meio tem um, ela remodelou ele pra ficar na História, foi o lugar que o meu avô morou quando chegou de Pernambuco para trabalhar na maniçoba, mas ele era sabido e aí tem umas voltas que os turistas “faz” contando a história do meu avô e lá no museu eu comprei as terras do Barreirinho, eu morei de lá pra aqui, se a Dr^a não tivesse me levado por aí, eu só conhecia aqui mesmo, as meninas vieram falar comigo para viajar mas ficaram com medo de eu não querer ir de avião, e elas todas para ir de avião, aí eu imaginei queda de avião (risos). Mas, diz o povo que tem muito mais acidente de carro do que de avião.

Tenho 5 filhos, tenho poucos netos acho que uns 7 ou 8. Tenho um filho que mora em São Paulo.

Agora eu já acostumei a conversar com os estudantes, mas eu não queria porque sou analfabeto, digo palavra errada, mas eu dizia a eles pra tirar os erros, aí pra botar do jeito que for certo. Às vezes eu até me lembro de outras coisas, às vezes, tem uns alunos de São Paulo que tem vez vem aí “assenta” no chão pra eu contar essas histórias “véias”, e essas coisas mais logo, não tem quem saiba mais.

Essa da maniçoba, tem deles que vem só pra saber como se vivia nesse tempo, é como eu dizia, meu avô comprava a maniçoba, trocava pelo arroz, farinha, feijão.

Agora tá muito melhor a vida, os mais velhos gostavam de dizer que pra trás era melhor, porque chovia, no ano que eu nasci, foi o ano da seca 1932, mas eu digo que agora já teve seca maior, mais no meu tempo pra ir comprar as coisas no Remanso, era com jumento, de carro no outro dia já tá aqui.

Trabalho antigamente não tinha só os mais folgados botavam os apertados pra trabalhar na roça, plantar mandioca, milho, feijão.

Meu avô plantava cana, a Dr^a mandou ajeitar os fornos para ficar do jeito que era, ficar na história.

APENDICE C – RELATO DO MATEIRO

Antes de iniciar a entrevista, eu quero mostrar umas coisas naquela época, há mais de um século, o povo veio pra cá em busca de trabalho, na maniçoba. Trabalhar como maniçobeiro.

Eles viviam de tirar maniçoba e tirar o “tatuca“ de (dezembro a julho), daí em diante a maniçoba não dava mais leite. Aí eles iam sobreviver de caçar “tatuca” (uma resina que dava no mato). Depois começaram a trabalhar com o plantio de mamona e extração de algodão, também deu muito dinheiro.

Trabalhávamos também com o fumo, deu muito dinheiro nessa região, a gente plantava aqui e ia vender em São João do Piauí, Canto do Buriti, Simplício, Mendes, entre outros. Por todo canto, andava por todo lugar na costa do jumento, muito tempo depois, surgiu a estória do parque, mas não que ia ser um parque, saiu a estória de gente pesquisando na nossa área, levando gente que tinha conhecimento das coisas (comunidade) do que tinha na nossa área, e mostrando o que a gente tinha, porque tinha muita coisa bonita em nosso território, valorosa. Dentro daquelas palestras foi dito pra nós que ia ser um Parque, então a gente ficou todo mundo surpreso, porque nós não tinha pra onde ir, nós nascemos e se criamos na roça, o que nós sabia era derrubar uma roça, plantar, colher, nem “adonde” vender não tinha, nos sempre fazia um “paiolção” de feijão, de milho.

Quando foi para dar início mesmo, que a Dr^a Niéde chegou pra trabalhar, ela passou um tempos mais a gente, lá no Zabelê, Terra Branca, Pedra Furada, a gente foi para os sítios e ficou trabalhando com ela, mostrando as coisas, ela prometendo muita coisa boa pra gente, aí foi criado o Parque, aí ela falou que nós tinha que desocupar o Parque porque ali ia ser um Parque e ninguém podia conviver dentro do Parque, só que ela ia tirar “nós” lá de dentro e ia levar pra outras terras, pra “nós” não sentir falta das nossas terras lá, só que não foi acontecido dessa maneira, ela pôs a Dr^a Emília, advogada pra convencer a gente lá, e quando ela viu nosso modo de viver, as nossas brincadeiras, porque “nós tinha” festa de junho, quadrilha, era um lugar que nunca se registrou briga, nunca teve prisão, nunca teve nada. O delegado não se ocupou com Zabelê (nome do local), então, a questão dos “fessor” (professor) quer dizer, eu estudei na escola particular que não existia professor (escola pública) então os pais da gente pagava um mês um professor pra ensinar a gente. Depois eu estudei 1 mês, 2 mês, 3 mês, aí começou a Escola Municipal, que nesse tempo, o prefeito daí eu tive oportunidade de estudar, eu era muito “rude”, eu não aprendia nada, eu passei um

tempão pra aprender as letras do alfabeto, apanhava muito, apanhava mesmo. Fui até o terceiro ano primário. Com o passar do tempo foi criado mesmo o Parque, aí a comunidade grande, teve que sair mesmo.

Pesquisadora: Você Lembra quantas pessoas moravam na área do Parque?

Resposta: Naquele tempo quem foi indenizado mesmo foi só o pessoal da Serra Vermelha até o Baixão da Vaca que fica em Coronel José Dias, quer dizer que foi indenizado 283 famílias dentro dessa área. Agora teve muitos que saiu sem receber indenização.

Pesquisadora: Porque?

Resposta: Porque quando terminou o levantamento eles disseram que não tinha mais dinheiro pra pagar, quer dizer que quem era responsável de pagar naquele tempo não era nem o Ibama, era IPDE, depois passou a ser Ibama, depois “CMBio”, e aí só no nosso povoado ficou uma faixa de 38 pessoas sem receber indenização.

Depois passou pra FUMDHAM. A FUMDHAM não teve, não pagou ninguém. Nem o IPDE teve mais, nem o Ibama também, tudo foi largado de mão, a gente não correu mais atrás, tivemos várias “reunião” e nada, nós deixamos pra lá.

Só indenizaram as benfeitorias, por exemplo, vou explicar o modelo, por exemplo, eu tinha roça de 16 hectares quer dizer eu desmanchava minha cerca e tirava todo o arame, quer dizer ela indenizava o que tinha dentro da terra, as plantações – laranjeira, cajueiro, juazeiro, o pé de mandacaru, fruteira, qualquer tipo era indenizado, porque lá dentro do Zabelê, todo mundo tinha um “barreiro” pra beber água, todo mundo foi indenizado. Esse aí foi o modelo da indenização, a cerca não valia nada. Então essa mudança foi um negócio, meio complicado. Nossos animais tivemos que vender, e alguns com aquela mudança acabaram tudo, foi para região onde teve onça, as onças comiam a criação, aí foi acabando tudo.

Mas no caso de São Raimundo, não deu o dinheiro que desse pra gente comprar outra terra, foi muito pouco. Então, a maior parte do pessoal, comprou uma “casinha”, um lote, porque o dinheiro era pouco, eu não tinha dinheiro pra comprar a casa, comprei um lote, os adorno pra levantar minha casa, eu trouxe lá de dentro do Zabelê, outros foram morar em outros lugares do Piauí, foi um tristeza a maior “perca” de parentes. A gente passou 10 anos em São Raimundo, sem trabalhar, porque “nós” sabia fazer o que não tinha lá, era derrubar roça, essas coisas ”nós” não sabia fazer um prato de “massa” para levantar a parede, não sabia fazer nada dentro da cidade, aí a gente ficou por aí. A indenização era pouca, era URV, um dia valia um tanto, outro tanto, amanhecia outro valor, aí a gente ficou movimentando com esse dinheiro

por 1 ano, aí acabou tudo, eu tive uma sorte muito grande que fui chamado pra trabalhar com a Dr^a Niéde lá no Museu, mas no Museu era um outro lugar, trabalhei lá durante 5 anos, eu cuidava, era eu que armava a rede dela, ela só confiava em mim para amarrar a rede dela, enchia as vasilhas para as meninas levar para o mato, fazia a feira, retalhava a carne e botava pra secar e também mandava fazer as ferramentas, elas entregavam toda essa responsabilidade pra mim, tinha grande confiança.

A Dr^a Niéde com as promessas dela ela foi e ela foi, e comprou uma fazenda, fica no Coronel pra lá um bocado, e aí ela me levou pra olhar as terras para ver se era do meu agrado, chegando lá não me agradei das terras, era muita macambeira, pedras e “adonde” tinha um baixão era só areia que não dava nada, não dava pra gente trabalhar.

Aí quando foi com 10 anos em São Raimundo, veio o Sr. Raimundo Paixão, oferecer essa fazenda pra nós comprar, com o que nós não tinha dinheiro.

Então, ele permitiu da gente ficar em uma parte da fazenda, “deixa está” que o Incra vinha negociava a fazenda e entregava pra nós. Aí isso nós fizemos, aí ameaçaram nos bater, aí advogado chamava a polícia, isso aconteceu no dia 27/09/97, foi a data que nós “cheguemos” aqui, quando tava com uns dias Dr Raimundo Paixão marcou de vir, aqui onde tava nós, ele tinha uma roça muito grande aqui de mandioca. Pra nos acusar veio uma pessoa, e a gente tava lá com nossas “casinhas”, rodearam nós e começamos a correr e o “povo” nos cercou e botou fogo, aí chegou Dr Raimundo Paixão e viu só tudo queimado, queimaram nossas coisas tudo, mas ele não se importou, porque sabia que não era nós, sabia que nós “tava” velando e cuidando, aí também não teve nada, só o prejuízo que nós tivemos, aí ele mandou a gente sair daqui e mandou a gente ir pra sede, quando chegou na sede, ele disse que era pra gente trabalhar na roça, “limpar” a sede pra poder trabalhar, não derrubar mata de maneira nenhuma.

Quando foi no dia 10 de dezembro de 97 (no mesmo ano) chegaram aqui pra nos assentar. Fizeram um assentamento aqui e foi um ano muito ruim de inverno, que não choveu, a gente não produziu nada, aí fizemos uns projetos “emergencial”, colocamos maquinário, muita coisa, mas não fomos aprovados, não passou.

Aí depois eu e Kelé, fizemos outro, ele era o presidente, eu era o vice, aí fizemos outro projeto emergencial, naquela época, o padre Herculano era o prefeito, mas não deu condições de nós ter um projeto emergencial, disse que nós era federal, aí fizemos outro projeto emergencial “adonde” a gente colocou fazer “barreiro” (água), estrada, que não tinha

estrada, passou, aí foi que a gente fez umas coisas, a gente vivia com R\$ 200,00 reais por mês, a gente recebeu lá do Incra um fomento.

Tinha um auxílio alimentar, e o fomento que era pra trabalhar, que era um direito que o assentado tem dentro da Reforma Agrária e naquele tempo recebemos R\$ 1.025,00 e hoje o fomento tá no valor de R\$ 6.000,00, recebem até hoje.

Então, nós compremos um caminhão, um trator equipado, nós que compremos muita coisa com o dinheiro do fomento pra trabalhar. No outro ano, a gente já trabalhou muito, produziu muito, só a questão de abobora nós vendemos 180 toneladas pra o Caruaru (PE). Nós vendia pra cidade, pra São João do Piauí, cidade vizinha nós vendia. Porque não tem a divisão das terras, pra receber tem que ter a divisão do lote pra saber onde vai aplicar o recurso, até agora o Incra não demarcou, só fizeram o levantamento, e já tem 9 anos e até agora não fez.

Como assentado nós “tinha” o direito de fazer o Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), nós fizemos, mas como não tinha divisão das terras, não funcionou, nós perdemos, e aí tem mais 10 anos pra fazer outro projeto, o Projeto de Recuperação do Assentamento (PRA), como nós perdemos o PDA, nós “tem” direito no PRA, só que tá completando de novo 10 anos de novo e nada. E aí agora, eu vou ver se resolvo isso aí dentro de “poucos tempos”, hoje em dia nosso assentamento tá muito grande, muito conhecido, qualquer parte que vá andar, por causa do Dom Helder Câmara que trabalhou muito aqui mais nós e também a Cáritas Diocesano, tá trabalhando aqui mais nós, tem muita benfeitoria trazido por eles, o ensino foi uma coisa espetacular aqui tem escola e tem conhecimento, a gente todo mundo reunia, tinha escola que tinha passeio pra conhecer outros Estados, outros assentamentos, como era que vivia lá, como produzia, a gente teve toda a oportunidade com Dom Helder Câmara. Você vê hoje aqui, a gente tem a casa de doce, hoje as frutas nativas, tinha maracujá, fazia rapadura do caju, geleia de goiaba, de manga e de umbu. Então, a gente tem essa grande Casa com todo equipamento para trabalhar nisso, nós “tamo” trabalhando com um grupo de mulheres, mas está parada porque não teve mais inverno (chuva) pra ter matéria prima. Tem a casa do mel, casa muito boa, todo maquinário, o mel já sai todo preparado embalado com tudo pra vender pra qualquer parte, esse funciona, hoje tem a máquina de descarocar o algodão já sai todo impressadinho, tem a máquina te tirar o óleo do algodão, só falta o inverno pra gente trabalhar, tem a casa ali das “menina”, do grupo de “mulher”, onde funciona o restaurante, funciona quando vem também gente de fora que

manda pedir pra fazer almoço, aí funciona bem, o pessoal quando vem de São Paulo, do Colégio Santa Cruz, eles vem e almoça aí.

A gente pode dizer que tem algumas coisas, algumas benfeitorias, a energia que podia vim pelo Inbra, tem um modelo, o Inbra tem 40%, o “PCPR” com 40%, e nós 20%, quer dizer que ele não fez totalmente. A água, a Agespisa, eu tive com Assis Carvalho aqui, presidente da Agespisa naquela época, ele veio ver nosso sofrimento, nós pegava água num buraco que tem no asfalto, num buraco “adonde” os carros quebravam até lata d’água lá, quando ele viu aquilo, ele pegou e tirou de lá e aí ele prometeu que ia encanar água pra nós, e dentro de poucos “mês”, a água tava encanada pra nós e encanou, mas foi o Assis Carvalho que trouxe água encanada pra cá, então até o momento tem muita benfeitoria, tem, nós tem um “caldeirão” que foi feito projeto do Dom Helder Câmara e outros foi pela Codagro, foi eu que arrumei. O Inbra falhou e tem falhado completamente em tudo.

Dr^a Niéde ela não tinha terra pra gente, ela arrumou aquela terra que não foi do nosso agrado, aí ela não arrumou mais e entregou na mão do Inbra, ela não tem participação aqui, ela veio aqui uma vez e o povo ficou revoltado, não aceitou ela aqui, não quis saber dela aqui, ela também não veio mais aqui, eu não concordo com isso, eu sempre defendo a Dr^a Niéde, defendo muito ela, porque ela me ajudou muito, ela até hoje me ajuda, eu tenho uma participação na área do Parque, sou sempre convidado pra visitar o Parque, muitas vezes liberam o carro pra “mim” levar gente pro Parque pra conhecer, aí eu sempre dou valor, tenho uma boa relação com ela, mas morar nas antigas área do Parque era melhor, nós não “tinha” conhecimento, nós “via” aquilo ali, mas não mexia sabia que era os índios.

Pesquisadora: O que representa a Serra da Capivara para o Senhor?

Resposta: Para mim, é uma grande coisa, pra meu conhecimento, traz muita coisa boa, representa muita coisa boa pra nossa região toda, não só pra São Raimundo, porque entra muito recurso pra toda área do Parque, não sei se a senhora conhece toda a área do Parque, a área que eu gosto de passear é a Serra Branca, o Olho D’água, vou lhe “amostrar” pra ver se a senhora conhece.

Comentário da pesquisadora:

O entrevistado foi buscar um livro para mostrar para a pesquisadora “Catingueiros da Borracha: vida de maniçobeiro no Sudeste do Piauí / 1900-1960, da autora Ana Stela de Negreiros Oliveira, que teve origem através do Projeto Trilha Caminhos dos Maniçobeiros foi selecionado, em 2013, pelo Programa Petrobrás Cultural”. A publicação deste livro faz parte das ações previstas.

Resposta: Aqui é a história nossa, aqui tem história de índio, eu trabalho mais “em riba” desse aqui, aqui é a maniçoba (o entrevistado mostrava as fotos do livro para a pesquisadora).

Aqui é onde fica o olho d’água da Serra Branca, quer dizer, que aí dentro dessa serra, a água sai dali de dentro da Serra, aí tem um reservatório, que foi feito há uns anos, aí ela vai e fica no reservatório, aí fizeram outro buraco na Serra para da água para os animais e lavar as maniçobas, aí depois que a Dr^a Niéde chegou lá, ela encanou água do olho d’água lá pra baixo, para não precisar subir na pedra e beber no reservatório.

Aí, deixa eu ver aqui, “adonde” eu queria te “amostrar” umas áreas onde a gente se junta pra fazer palestra (folheando o livro).

Toca de Juazeiro, aqui eram os moradores que moravam lá (fotos do livro), aqui era a família do Oswaldo (fotos), toca de João Sabino, essa aqui não tinha essa planta aqui, era liso igual cimento, onde botava a maniçoba pra secar, e nas festas de junho eles comemoravam, aí tinha festa na Serra Branca, aí lá o lajedão era planão, aí tocador ia pra lá e dançava a noite todinha, eu também (risos).

É um dos lugares mais bonitos. Quando a gente vai pra lá, pra fazer a palestra lá, muito bonito mesmo, a Beth, da comunidade, que construiu um alojamento próximo a Serra tava ajeitando as tocas lá, mas com um modelo muito diferente, mas eu conversei com ela e disse se não era bom ela fazer do modelo que era antigamente. Aí ela veio me chamar pra “mim” dizer como era.

Foi recuperando algumas paredes como era antigamente, eu tenho o maior prazer quando estou naquela região.

Esse livro, tem uma caixa desse livro lá, ela dá, lá no IPHAN, você pode chegar lá e pedir pra ela (Ana Stela, que trabalha no escritório do IPHAN em São Raimundo e é autora do livro) eu também vou lá e peço, mando pro Paraná todo canto, se você não conseguir, venha aqui que vou lá (risos). Não tem um lugar mais bonito que a Serra Branca (mostrando as fotos do livro), tem muita coisa pra ver.

Pesquisadora: E a questão do Turismo?

Resposta: Pra mim é a coisa mais bacana, quando os turistas vem, pra vim conhecer a nossa área, quer dizer, que eles vem conhecer e gastar dinheiro, chega dinheiro até aqui no assentamento, que as “mulher” no restaurante pega uma bolada boa, é uma coisa boa eu também pego, agora em maio vem o Colégio Santa Cruz, eu sou um dos convidados pra estar com eles, aí eu cobro uma diária também.

Pesquisadora: Vocês se sentem incluído nessa questão do turismo ou é só de vez em quando?

Resposta: Só de vez em quando, ou quando chega um parente meu que aí eu vou (no Parque) e peço licença pra visitar o Parque e aí eu tenho muito amigo lá dentro, os guias que acompanham e não cobram nada, elas também quando precisam “deu”, elas mandam me chamar e eu também não cobro.

Pesquisadora: Mas o senhor acha que vocês deveriam ser mais incluídos, na questão do turismo?

Resposta: Mas é quando nós “não tem” chance quando foi criado o Parque, eu não sei se foi por falta de recurso ou preconceito, eles me deixaram de lado (semblante se entristeceu).

Pesquisadora: Mas o senhor acha que tem preconceito de que?

Resposta: o preconceito muitas vezes é por causa do estudo, (falta do estudo), por causa da cor, por causa de qualquer uma coisa, mais sempre que tem alguma coisa, eles mandam me chamar, lançamento do livro da região de São Vitor.

Hoje a vida é mais difícil, porque tem uns aí, como eu que sou aposentado e faço muito empréstimo. Mas tem muita gente que me ajuda, no sindicato.